



RAFAEL SALMAZI SACHS

**O TEXTO DIGITAL COMO PROCESSO E A POLÍTICA
COMO REGIME DE ENUNCIAÇÃO:
UM ESTUDO DE *MASHUPS* MULTIMODAIS
NAS JORNADAS DE JUNHO**

**CAMPINAS,
2015**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**

RAFAEL SALMAZI SACHS

**O TEXTO DIGITAL COMO PROCESSO E A POLÍTICA COMO
REGIME DE ENUNCIÇÃO:
UM ESTUDO DE *MASHUPS* MULTIMODAIS
NAS JORNADAS DE JUNHO**

Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Mestre em Linguística Aplicada, na área de Linguagem e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo El Khouri Buzato

**CAMPINAS,
2015**

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem
Crisllene Queiroz Custódio - CRB 8/8624

Sachs, Rafael Salmazi, 1990-
Sa14t O texto digital como processo e a política como regime de enunciação : um estudo de mashups multimodais nas Jornadas de Junho / Rafael Salmazi Sachs. – Campinas, SP : [s.n.], 2015.

Orientador: Marcelo El Khouri Buzato.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Política e cultura. 2. Ciberespaço - Aspectos políticos. 3. Mashups (World Wide Web). 4. Multimodalidade. I. Buzato, Marcelo El Khouri, 1965-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Digital text as process and politics as a regime of enunciation : a study of multimodal mashups in the June Journeys

Palavras-chave em inglês:

Politics and culture

Cyberspace - Political aspects

Mashups (World Wide Web)

Multimodality

Área de concentração: Linguagem e Sociedade

Titulação: Mestre em Linguística Aplicada

Banca examinadora:

Marcelo El Khouri Buzato [Orientador]

Daniela Palma

Carlos Frederico de Brito D'Andréa

Data de defesa: 16-03-2015

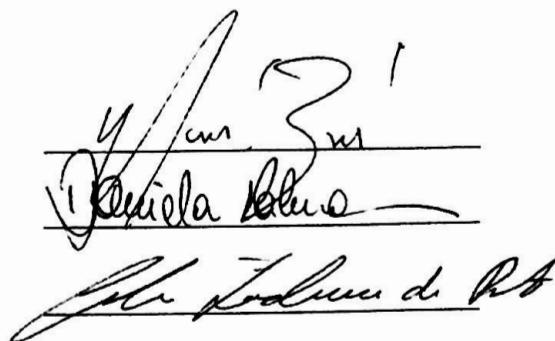
Programa de Pós-Graduação: Linguística Aplicada

BANCA EXAMINADORA:

Marcelo El Khouri Buzato

Daniela Palma

Carlos Frederico de Brito D'Andréa



Marko Synésio Alves Monteiro

Camila Lawson Scheifer

**IEL/UNICAMP
2015**

ABSTRACT

The main goal of the present study is to suggest ways of understanding the relation between digital culture and contemporary political action, based on the connection, drawn in the field of Applied Linguistics, between the notion of digital language as process and the concept of politics as a regime of enunciation which aims to translate the interests of many into one. The events of the June Journeys in 2013 were taken as context for the study, since they included not only the sudden emergence of massive protests on Brazilian streets, but also the publishing, on social network sites, of large amounts of remixes and mashups containing political statements on that regard. Seen as the outcomes of disassembling and assembling trajectories, and therefore, of deresemiotization trajectories, those texts were analyzed in the light of an articulation (also presented as a theoretical objective of this work) between Social Semiotics studies on multimodality and Actor-Network Theory principles for the understanding of translations. As empirical objectives, this work aimed to describe the representational meanings and the assembling trajectories of the texts in the corpus, in relation to the political regime of enunciation. The research questions were two: (1) what were the main actants mobilized in the remixes in the corpus, and in which kind of semiotic processes those actants appeared more often?; and (2) what were some of the resemiotization operations used for the continuous derestabilizations of different versions of Brazil and Brazilian reality represented in those texts? Results enroll the most frequent figurativizations and the most usual representational processes in the corpus, in which the demonstrators, Brazilian nation, politicians and mass media were the main actants, and were depicted, in general, through symbolic attributive processes. In that enrollment, the image of a stone giant rising in Rio de Janeiro was prominent, for it was used by many as a unified depiction of Brazil as a whole and of the multiple interests acting during the Journeys. From that picture, the results described the processes of negotiation of affordances for the composition of some of the analyzed texts, and their relation to the disputes for the meaning of the June Journeys events, and for what meant “to be Brazilian” then. As a conclusion, data reflects the need of pursuing less determinist ways of understanding the relation among politics, digital technologies and society, as well as the need for ways of citizenship education, regarding digital media, that address the understanding of political statements as outcomes of semiotic entanglements which are always connected to interests in dispute, even when allegedly neutral.

Key words: politics; digital culture; regimes of enunciation; resemiotization; social movements

RESUMO

Esta dissertação teve como objetivo mais amplo gerar inteligibilidades acerca da relação entre a cultura digital e a ação política na contemporaneidade, a partir da articulação, no campo da Linguística Aplicada, entre a noção de linguagem digital como processo e o conceito de política como regime de enunciação, que objetiva traduzir em um os interesses de muitos. Como contexto para o estudo, escolheram-se os eventos das Jornadas de Junho de 2013, caracterizadas tanto pela emergência repentina de massivos protestos de rua no Brasil, quanto pela publicação, em *sites* de redes sociais, de uma grande quantidade de remixes e *mashups* contendo enunciados políticos a respeito. Compõem o *corpus* empírico da pesquisa 88 textos verbovisuais desse tipo, publicados no *Facebook* entre junho e julho de 2013. Entendidos como frutos de percursos de desmontagem e remontagem, e, portanto, de desressemiotização, esses textos foram analisados com base na articulação (proposta como objetivo teórico do trabalho) entre as categorias da Semiótica Social para a multimodalidade e as da Teoria Ator-Rede para translações. Como objetivo empírico, buscou-se descrever os significados representacionais e os percursos de constituição das montagens do *corpus*, em relação ao regime de enunciação da política. As perguntas de pesquisa foram duas, a saber: (1) quais foram os principais actantes mobilizados nos remixes estudados, e em que tipo de processos semióticos tais actantes apareceram com maior frequência?; e (2) quais foram algumas das operações de ressemiotização empregadas nas desreestabilizações sucessivas das diferentes versões de Brasil e realidade brasileira constituídas nesses textos? Os resultados elencaram as figurativizações mais comuns e os processos representacionais mais frequentes no *corpus*, em que os manifestantes, a nação brasileira, os políticos e a grande mídia foram os principais actantes representados, em geral, através de processos atributivos simbólicos. Destacou-se, nesse levantamento, a figura do gigante de pedra se levantando no Rio de Janeiro, empregada por muitos como representação unificada do Brasil e dos interesses múltiplos em atuação nas Jornadas. A partir dessa figura, descreveram-se ainda os processos de negociação de *affordances* para constituição de alguns dos textos analisados, e sua relação com as disputas pelo significado dos acontecimentos das Jornadas de Junho, e pela definição que era “ser brasileiro” no momento dos protestos. Como conclusão, os dados refletem a necessidade de buscar caminhos para compreensões menos deterministas da relação entre política, tecnologias digitais e sociedade, e modos de formação cidadã, no âmbito das mídias digitais, que viabilizem a compreensão de enunciados políticos como fruto de enredamentos semióticos sempre articulados em disputas de interesse, mesmo quando se pretendem neutros.

Palavras-chave: política; cultura digital; regimes de enunciação; ressemiotização; movimentos sociais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
As Jornadas de Junho: uma breve apresentação	9
O Gigante e as Novas Tecnologias	12
Objetivos e Justificativa	18
Organização do Estudo	23
1 CULTURA DIGITAL.....	27
1.1 O Conceito de Cultura Digital	27
1.2 Aspectos Técnicos e Aspectos Culturais	31
1.3 Cultura Digital, Convergência e Produsagem: Interfaces	42
2 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NA CULTURA DIGITAL	51
2.1 A Política como Regime de Enunciação	51
2.2 Movimentos Sociais, Ativismo e Redes de Movimentos	56
2.3 Ação (Política) Coletiva e Tecnologias Digitais	59
2.4 O Ativismo em Textos: um brevíssimo histórico	68
3 O TEXTO DIGITAL COMO PROCESSO: <i>MEANING IN THE MAKING</i>.....	73
3.1 Introdução	73
3.2 Remix e <i>mashup</i> : textos-processos	75
3.3 Semiótica Social e Multimodalidade	81
3.4 A Semiótica Material	89
3.5 Translação e Desressemiotização: Semiótica Social e Semiótica Material	96
4 METODOLOGIA E DESENHO DA PESQUISA	101
4.1 Objetivos	101
4.2 Perguntas de Pesquisa	101
4.3 Natureza, Seleção e Organização dos Dados	102
4.4 Geração e Análise dos Dados	106
5 ANÁLISE DOS DADOS.....	109
5.1 Apresentação do <i>Corpus</i>	109
5.2 O Gigante Acordou (ou não?): alguns percursos de desressemiotização	115
5.2.1 <i>Mashup</i> 1: o gigante e suas <i>affordances</i>	115
5.2.2 Primeiro Percurso: da Propaganda ao <i>Mashup</i>	118
5.2.3 Outros <i>mashups</i> : o gigante acordou?	123
5.2.4 Terceiro momento: o gigante voltou a dormir?	128
CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
REFERÊNCIAS	143

Dedico este trabalho àqueles que, de diversos modos, mesmo sofrendo, lutam por sociedades mais justas e menos cruéis. Dedico-o, ainda, a todos que incentivam a olhar para trás e a olhar além.

AGRADECIMENTOS

A meus pais e familiares, pelo apoio sempre presente e fundamental, e pelas experiências, densas e necessárias, que moldaram meu amadurecimento, e abriram as portas para tudo o que tenho vivido.

Ao Prof. Dr. (e amigo) Marcelo El Khouri Buzato, pelo ânimo incansável, pela disposição absoluta, pela lucidez indescritível e pelo fino trato com as questões intelectuais, pragmáticas, pessoais e existenciais que volta e meia afligem seus orientandos.

À CAPES, cujo financiamento tornou possível esta empreitada, e aos funcionários e docentes sempre tão solícitos do Instituto de Estudos da Linguagem, em especial Cláudio, Rose e Miguel, pelo auxílio em todo o processo.

Aos professores Daniela Palma, Carlos D'Andréa e Marko Monteiro, que participaram do processo de avaliação desta dissertação, com leitura, percepções e comentários valiosíssimos.

Às amigas Dáfnie Paulino, Débora Coser e Camila Scheifer, por terem acompanhado de perto os percalços desta conflituosa etapa de minha formação, e em especial à querida Nayara Barros, pelos almoços e jantares, pelas profundas conversas e sessões de cinema, sem as quais não teria sido possível (nem viável) concluir esta dissertação.

Aos amigos que estiveram comigo desde a graduação, pelas conversas e momentos de diversão, pelos filmes e festas, pelas séries e piadas. Obrigado Ana, obrigado Fefa, obrigado Aline, obrigado Gabi. E sobretudo, obrigado, Bruna Garcia, por dividir comigo a vida, em momentos simples e profundos, da azeitona à psicanálise, e Aruan Costa, por me fazer sempre repensar tudo, com um tanto de poesia e café, e ainda Gabriel Silveira, por de algum modo ter estado comigo sempre, mesmo sem nunca estar aqui.

Aos alunos e colegas do colégio Progresso Campineiro, pelo estímulo constante que ofereceram, ainda que sem saber, mantendo-me a vida em movimento de constante aperfeiçoamento. Obrigado, Cris Tempesta, por apostar e acreditar em mim, e obrigado às amigas Ana Teresa e Kátia, por celebrarem comigo cada conquista.

Aos demais colegas do Instituto de Estudos da Linguagem que, na graduação e na pós-graduação estiveram comigo em diversos momentos da minha vivência na Unicamp, deixando tudo um pouco menos difícil e muito menos doloroso.

Ao Érick, por ter me ajudado a continuar vivendo e a continuar buscando o melhor, e pelos conselhos e conversas, nos momentos felizes e mesmo nos momentos de tristeza.

E, finalmente, a Maria Vera Lucia Barbosa Kleijn, cujas palavras tornaram estas possíveis, porque me fizeram perscrutar a beleza, ainda que melancólica, de estar vivo — com pernas em vez de raízes...

Como acordar sem sofrimento?
Recomeçar sem horror?
[...]
Ninguém responde, a vida é pétrea.

Carlos Drummond de Andrade

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Exemplo de <i>mashup</i> publicado durante as Jornadas de Junho de 2013.	4
Figura 2 - Exemplo de <i>culture jamming</i> publicado na página oficial do movimento <i>Adbusters</i>	70
Figura 3 - Exemplo de <i>mashup</i> como enunciado político.....	95
Figura 4 - Exemplos de figurativizações típicas para o actante “manifestantes”	110
Figura 5 - Gigante Pão de Açúcar, empregado como figurativização dos actantes “Brasil” e “manifestantes”	111
Figura 6 - Exemplo de processo não transaccional com possibilidade de interpretação ambígua em representação pictórica	113
Figura 7 – Exemplo de representação da Rede Globo de Televisão a partir de seu próprio logotipo	114
Figura 8 - <i>Mashup</i> 1: Representação das Jornadas de Junho como gigante que desperta	115
Figura 9 - Sequência de capturas de tela de vídeo publicitário da empresa <i>Johnnie Walker</i>	119
Figura 10 - <i>Mashup</i> 2: representação do embate entre o gigante Brasil e o gigante Rede Globo.....	123
Figura 11 - <i>Mashup</i> 3: representação da disputa entre manifestantes e forças policiais...	124
Figura 12 - Fotografia utilizada como fonte para o <i>mashup</i> 3	126
Figura 13 - <i>Mashup</i> 4: representação do gigante Brasil voltando a dormir	129
Figura 14 - <i>Mashup</i> 5: representação do gigante Brasil deixando o próprio território	130

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Principais formas de atuação associadas à ação coletiva na internet	62
Quadro 2 - Sumário das categorias para análise de signos visuais (KRESS; VAN LEEUWEN, 1996).....	85
Quadro 3 - Composição do <i>corpus</i> definitivo da pesquisa	105
Quadro 4 - Dados gerais sobre os <i>mashups</i> selecionados para análise detalhada	108
Quadro 5 - Distribuição dos textos do <i>corpus</i> quanto aos participantes representados....	109
Quadro 6 - Distribuições quantitativa dos tipos de processos representacionais observados no <i>corpus</i>	112

INTRODUÇÃO

Em junho de 2013, o Brasil vivenciou as mais expressivas manifestações de rua desde o *impeachment* do presidente Collor (1992), em um conjunto amplo de protestos que foram comparados aos das Diretas Já em 1984 (MOREIRA; SANTIAGO, 2013), quando a população brasileira tomou as vias públicas reivindicando eleições democráticas. Embora semelhantes às mobilizações do passado em tamanho e visibilidade, as chamadas Jornadas de Junho de 2013 se desenrolaram de maneira bastante peculiar, em especial por seu caráter aberto, instável, inesperado, múltiplo e controverso. Caracterizadas por uma ocupação simultânea das ruas e das redes sociais *on-line*, as Jornadas foram um período de intensa ebulição, na internet, de textos digitais com conteúdo político produzido por seus usuários; por isso, foram tomadas, aqui, como um conjunto de eventos produtor de um contexto propício ao estudo do objeto deste trabalho: os processos de produção de sentido em certas formas textuais características da chamada cultura digital (MILLER, 2011).

Este estudo, que se filia à Linguística Aplicada (doravante LA) com vocação indisciplinar (MOITA LOPES, 2006), tem como objetivo produzir inteligibilidades acerca da relação entre o caráter processual da textualidade digital e o regime de enunciação da política (LATOUR, 2003), e, para isso, buscou reconstituir alguns percursos de produção de textos publicados na internet ao longo das Jornadas de Junho. As análises aqui apresentadas focalizaram uma seleção de exemplos considerados representativos da cultura digital, extraídos de um *corpus* composto por publicações do *Facebook* que tematizaram, em junho e julho de 2013, a onda de protestos que, à época, encheu as ruas de inúmeros municípios brasileiros. Tencionou-se, com isso, produzir subsídios à análise semiótica de textos desse tipo, de modo a retratar, materialmente, as associações de significados que permitem conectar a produção e publicação de formas textuais como essas a contextos de mobilização popular como o das Jornadas.

O interesse mais amplo por essa questão nasceu das pesquisas que venho desenvolvendo desde 2010 com enfoque em produções textuais/discursivas associadas às

tecnologias digitais, primeiro no âmbito das práticas de fãs, e em seguida no contexto das mobilizações políticas e do ativismo. Inicialmente, em projeto de iniciação científica, tomei por objeto as práticas de criação de textos multimodais empreendidas em *sites* de redes sociais (no caso, o *Tumblr*) por fãs do seriado *Glee*, que buscavam publicar conteúdos novos a partir dos conteúdos oficiais lançados pela franquia. Ao retrazar os percursos de produção de *posts* multimodais empreendidos por tais fãs a partir de cenas do seriado, pude constatar que eles não raro alcançavam, no processo, discussões que escapavam ao mundo do entretenimento, atravessando para universos de reflexão mais críticos acerca de sua própria prática e acerca de questões sociais de relevância na atualidade, como sexualidade, identidade e política (SACHS, 2012; 2013).

Diante desses resultados, optei por dar continuidade a essa pesquisa no mestrado, tomando por base as considerações de Jenkins (2009), para quem os fenômenos de convergência e participação relacionados às tecnologias digitais aparecem muito claramente no mundo do entretenimento, mas não se restringem a este, e vêm se espalhando, gradativamente, para a educação, para a ciência e para a política.

A articulação entre essas questões e o fenômeno das Jornadas de Junho se ampara no pressuposto-chave de que a tentativa, por diversos atores, de representar a seu modo as manifestações (seja na internet, seja nos veículos de mídia ou em estudos posteriores) caracteriza uma intensa disputa quanto ao significado desses eventos (ALMEIDA, 2013), a qual ecoa e deixa transparecer disputas mais amplas, na atualidade, acerca das relações entre as tecnologias digitais e uma série de transformações vividas na contemporaneidade, aqui articuladas sob o conceito de cultura digital, a partir do trabalho de Miller (2011). Dito de outro modo, este trabalho parte da constatação de que as novas possibilidades técnicas habilitadas pelo digital estão associadas a uma série de processos de mudanças em nossa relação com a economia, a sociedade, a política, as mídias, a linguagem e nosso próprio corpo (MILLER, 2011). Embora cada um dos aspectos dessas mudanças seja extremamente relevante, este trabalho toma como escopo certas transformações contemporâneas no cenário das mídias e da política, as quais estão vinculadas a usos específicos da linguagem no meio digital. Mais especificamente, trata-se, fundamentalmente, de propor certos modos e mecanismos de análise que, argumento,

evidenciam mais claramente o caráter processual da textualidade digital em sua relação com (novas) formas de mobilização política, como é o caso das Jornadas.

Condizente com a noção de cultura como um processo permanente, relacionado aos códigos de conduta imbricados num grupo social específico (RICHARDS, 1996), a definição de cultura digital adotada aqui (a ser pormenorizada no capítulo 1) refere-se, pois, a um conjunto de experiências, formas de organização e relacionamentos (MILLER, 2011) vivenciados pelas pessoas que têm em comum a dependência e/ou sistemática utilização da infraestrutura digital para a constituição coletiva do sentido de si mesmos e de suas vidas. Trata-se, portanto, de um termo análogo à noção de “cultura impressa” (EISENSTEIN, 2005), empregada em referência aos grupos para os quais a escrita tipográfica é que desempenha(va) tal papel.

Da mesma maneira que a cultura impressa se caracteriza por formas textuais que lhe são próprias (como o livro ou os textos de jornal impresso), pressupõe-se, aqui, a existência de formas textuais características da cultura digital. Para melhor elucidar essa colocação, apresento, na Figura 1, um exemplo representativo de uma das formas textuais que compõem o *corpus* empírico desta dissertação: um *mashup* produzido e publicado durante as Jornadas de Junho em uma página do *Facebook*. A relevância do estudo de textos como esses está justamente em que evidenciam, como explicitarei a seguir, o caráter processual e aberto da textualidade digital (MILLER, 2011), que coincide, em certa medida, com dinâmicas processuais igualmente mais fluidas e abertas atualmente vigentes na comunicação social (com suas mídias específicas) e na política. Esta, por sua vez, é entendida aqui não como prática institucionalizada, que se realiza no parlamento ou em outras instâncias oficiais, mas, de modo mais amplo, como um regime de enunciação (LATOUR, 2003) específico, não necessariamente vinculado às atividades dos políticos profissionais, constituindo uma forma específica de falar que pode estar tanto no Congresso Nacional como na rua ou numa sala de aula. Longe de querer propor um método geral e definitivo para a análise desse tipo de texto, busco apenas, nesta pesquisa de mestrado, ilustrar a necessidade e plausibilidade de um olhar para a linguagem digital que contemple a abertura e o movimento como sua característica principal, e que permita relacionar essa compreensão aos diferentes regimes de enunciação em que os digitais são produzidos.



Figura 1 - Exemplo de *mashup* publicado durante as Jornadas de Junho de 2013.

FONTE: AMaiorArquibancadaDoBrasil, 2013

Nesta fotomontagem, a imagem principal (a silhueta de um gigante de pedra em pé sobre a baía de Guanabara) corresponde a uma captura de tela extraída de um vídeo publicitário da marca de uísque *Johnnie Walker*, e, embora não se possa identificar uma fonte precisa para a imagem da bandeira do Brasil empunhada pelo gigante, sabe-se que, a princípio, ela não estava presente no vídeo, e que, portanto, foi acrescentada pelo montador da peça, responsável também por sobrepor adendos textuais às imagens. Assim, a exemplo de uma infinidade de outras imagens produzidas e publicadas ao longo das manifestações de junho de 2013, trata-se de um construto verbovisual que, de maneira mais ou menos explícita, evidencia o processo de sua composição como um percurso de desmontagem e remontagem de outros textos, tomados como fontes, e que, tendo em vista as formas de circulação e compartilhamento de textos digitais não oficiais, estende-se, de alguma forma, também por diferentes percursos espaciais e temporais. Conforme detalharei no capítulo 1, é isso que permite considerá-lo, como propõem Buzato e colegas (2013), um *mashup*.

Do ponto de vista do estudo das mídias, a produção e publicação de *mashups* e outros tipos de montagens multimodais na internet sinaliza alterações na relação entre o usuário das tecnologias digitais e os objetos de mídia, uma vez que estão disponíveis hoje possibilidades para experimentação, edição e manipulação de conteúdos que escapam às previsões de seus produtores (MILLER, 2011). A digitalização das mídias oferece ao usuário, nesse sentido, maiores possibilidades de participação na criação de conteúdos multi e hipermodais, processo outrora reservado a especialistas, mas agora acessível, a baixos custos, a qualquer um que saiba e possa utilizar um computador conectado e disponha dos programas necessários. Tanto Miller (2011) quanto Jenkins (2009) associam essas possibilidades ao fenômeno da convergência de mídias, caracterizado pela interação cada vez mais complexa entre as mídias anteriores ao digital e as chamadas “novas mídias” (MANOVICH, 2001), ou mídias efetivamente digitais.

A convergência de mídias (que também será melhor definida e detalhada no capítulo 1) envolve, nesse sentido, a maneira como os conteúdos publicados pelos típicos produtores de mídia – em geral, corporações comerciais – têm convivido e interagido com as criações de usuários da internet, num jogo tenso de relações que tendem ora à consonância, ora à contradição. Em termos da produção de informação, essa tensão também inclui a contraposição, que foi bastante marcante nas Jornadas (ALMEIDA, 2013), entre a informação veiculada pela grande mídia jornalística e as postagens de *blogs* e *sites* de redes sociais. No caso dos protestos de junho, por exemplo, a televisão e os grandes jornais e revistas a princípio desprezaram a ação nas ruas como arruaça e vandalismo (TELES, 2013), visão que foi contradita pelos vídeos e narrativas produzidos de maneira amadora nas próprias mobilizações e publicados na internet, com cenas de manifestantes pacíficos sendo agressivamente confrontados pela violência policial. A contradição acabou por valorizar os conteúdos postados na internet, desmoralizando a imprensa aos olhos de parte da população brasileira (PARRA, 2013), ao que se seguiu uma segunda fase de protestos, desta vez em números que alcançaram as centenas de milhares em grandes capitais.

Uma vez que foi postada no contexto desses acontecimentos, a montagem da Figura 1 também remete a discussões recentes, especialmente no âmbito das Ciências Sociais, acerca da relação entre os movimentos sociais, as mobilizações de rua e as

tecnologias digitais no século XXI. Para Castells (2012), por exemplo, a recente explosão de protestos de rua em todo o mundo está diretamente ligada às facilidades de comunicação e compartilhamento de informações habilitadas pela internet, que ele argumenta ter sido crucial não só para a motivação dos participantes, como para sua efetiva articulação prática, em eventos como os levantes árabes iniciados em 2010, os protestos 15M na Espanha (2011) e o *Occupy Wallstreet* (2011). Essa perspectiva aponta para o surgimento, via tecnologias digitais, de novas formas de organização (SCHERER-WARREN, 2006) e de atuação (MACHADO, 2007) dos movimentos sociais ou mesmo de grupos e indivíduos que, embora não se considerem engajados politicamente, podem vir a se mobilizar de diferentes maneiras em face a acontecimentos específicos pelos quais se sentem afetados ou com os quais se identifiquem mesmo que temporariamente, como ressalta Bruns (2012). As dinâmicas desses novos modos de organização e participação em ações coletivas podem ser mais ou menos estáveis, ora consolidando-se através de vínculos fortes e duradouros que poderíamos associar aos conceitos de formais “ativismo” e “movimentos sociais”, ora assumindo formas efêmeras, em associações que rapidamente se dispersam, como indicam os estudos de Haythornthwaite (2012), às quais poderíamos associar o conceito de espaços de afinidade (GEE, 2005), ou mesmo a noção de “jornada” como uma mobilização (de corpos e recursos) que tem duração e percursos delimitados.

Considerando este segundo caso, autores como Gladwell (2010) contestam a consideração de que a internet é palco de novas formas efetivas de ativismo e engajamento, uma vez que promoveria um distanciamento de formas mais efetivas de mobilização — daí o uso de termos como *slacktivism* (para o qual um possível equivalente em português seria “ativismo de sofá”), com o objetivo ironizar aqueles que consideram “ativismo” práticas como o compartilhamento de informações *on-line*, a assinatura por petições digitais e as campanhas para gerar visibilidade, em *sites* de redes sociais, de determinadas causas.

O mesmo tipo de discussão foi travado acerca das Jornadas de Junho: embora algumas reflexões, como a de Leitão (2013), indiquem que a televisão pode ter sido muito mais preponderante na divulgação dos protestos, em especial em regiões onde o acesso às tecnologias digitais é restrito, a maior parte dos que se debruçaram sobre o assunto defendem a força da atuação primeira dos usuários de redes sociais *on-line* na convocação e

organização dos protestos, bem como na já mencionada divulgação dos acontecimentos das ruas sob um direcionamento distinto do que foi dado ao caso pelos grandes veículos midiáticos (alguns exemplos são os trabalhos de Almeida, 2013; Castañeda, 2013 e Pereira, 2013). Assim, parece inegável que, em paralelo à ocupação das ruas, houve uma verdadeira inundação de conteúdos associados às Jornadas nos *sites* de redes sociais (RODRIGUES, 2013), e é sobre esses conteúdos, exemplificados pela Figura 1, que recai o escopo deste trabalho.

É comum que a ideia de mobilização política na internet esteja associada, por exemplo, à já mencionada assinatura de petições *on-line*, ou às operações de curtir e repassar *links* com conteúdo político em *sites* de redes sociais; contudo, ao abordar a produção e publicação de *mashups* políticos, este trabalho trata de formas “mobilização semiótica”, por assim dizer, que envolvem procedimentos de desmontagem, recorte e às vezes recombinação de conteúdos de mídia. Nesse sentido, caberá questionar, como farei adiante, o próprio uso de termos como *slacktivism*, já que o processo de criação de um *mashup* pode ser bastante dispendioso em termos intelectuais e motivacionais.

As discussões sumarizadas até aqui são de extrema relevância, e serão abordadas com maior detalhe no capítulo 2 deste trabalho, especialmente para delimitar de maneira mais clara a ebulição social e semiótica que caracterizou as Jornadas de Junho de 2013. Mais do que produzir um estudo etnográfico ou sociológico acerca dessas manifestações, porém, o interesse específico deste trabalho é investigar o modo como se manipulam textos e sentidos em um momento de efervescência e contradição como esse, tomado como *locus* propício à análise de formas textuais que evidenciam claramente para seu leitor seu próprio processo de produção — caso, por exemplo, do *mashup*, exemplificado na Figura 1.

No exemplo, fica claro que, caso identifique as fontes em questão (o vídeo publicitário, a bandeira brasileira, as palavras de ordem das Jornadas), o leitor se verá não apenas convidado a interpretar determinada mensagem, mas também provocado a refletir sobre o processo pelo qual tais fontes foram articuladas na peça em questão, e poderá se perguntar em que grau os elementos montados foram desviados em relação a seus sentidos anteriores, quando eram parte de outras obras. A essa provocação, Buzato e colegas (2013) chamam de “efeito metassemiótico do *mashup*”, entendendo remixes e *mashups* como

objetos que remetem, de maneira mais acentuada que outros textos e gêneros, à reflexão sobre as relações transtextuais, por sua vez constitutivas da linguagem concebida como processo enunciativo, e manifestas, na cultura digital, em formas textuais específicas (BUZATO et al., 2013).

Ora, a existência de textos derivados, sob a forma de paráfrase, plágio, paródia e outros, não é exclusiva das tecnologias digitais; contudo, estas tornam possível, e facilitada, a composição de textos que não apenas recriam suas fontes, ou fazem remissões a elas, mas que efetivamente reproduzem partes dessas fontes, recombinando-as. É esse tipo de obra derivada que caracterizo aqui como *mashup*, com base no trabalho de Navas (2010) e na leitura que dele fazem Buzato e colegas (2013), em sua proposta taxonômica multidimensional para as formas e relações transtextuais.

Nessa concepção, os *mashups*, por combinarem pelo menos duas fontes a partir de processos de montagem, são entendidos como textos cujo caráter processual salta aos olhos, pois escancaram a maneira como articulam vozes distintas, arregimentadas pelo montador para produzirem, juntas, um sentido “desviado” em relação ao pretendido por cada voz individualmente. Os *mashups* produzidos durante as Jornadas de Junho textualizam a instabilidade da disputa sobre o conteúdo político dos protestos, assim como sobre seu significado (revolução? vandalismo? indignação? transformação do país? etc). Assim, evidenciam claramente determinado regime de enunciação em que o texto é claramente um percurso de ação: não apenas *meaning-making*, mas *meaning in the making* (MILLER 2011).

Como será abordado no capítulo 3, o processo de produção de um *mashup* envolve a negociação de vínculos semióticos entre diferentes textos, para que venham a convergir na criação de uma nova obra que não se pretende original, mas reivindica para si o estatuto de texto, mensagem, discurso, etc, e não de mera justaposição de elementos heteróclitos. Analogamente, na busca por direcionar a força política das manifestações de junho, diversos grupos e indivíduos buscaram negociar com os diferentes atores e elementos das Jornadas, na tentativa de fazê-los convergir com seus próprios interesses, para criar uma narrativa unificadora e estável, ainda que temporariamente, sobre os protestos, a partir da qual seria possível reverter a indignação e esperança expressas nas

ruas (SILVA JÚNIOR, 2013) em algo de “concreto” em termos institucionais oficiais. Assim, o interesse deste trabalho é deflagrar, a partir de uma situação específica de mobilização, efervescência, disputa e instabilidade de um determinado agregado social, o caráter processual e aberto que é constitutivo da linguagem, que comumente se mostra obscurecida no estudo de formas (trans)textuais já consagradas e estabilizadas. É esse o argumento mais geral que define os objetivos e a justificativa para este estudo, bem como suas contribuições à LA como área, e as escolhas teóricas aqui realizadas, conforme elucidarei mais adiante.

As Jornadas de Junho: uma breve apresentação

Havia aqueles que cantavam o hino Nacional, aqueles que caminhavam enrolados na bandeira nacional, aqueles que tinham cores verdes e amarelas no rosto, e aqueles que carregavam flores e estavam vestidos de branco. Havia aqueles que estavam felizes, como se fosse Carnaval, aqueles que estavam nas ruas pela primeira vez, e crianças andando ou carregadas nos ombros dos pais. Havia tanto jovens quanto pessoas mais velhas. Havia partidos políticos, movimentos sociais, e os rostos de alguns conhecidos militantes que podiam ser vistos, no meio da multidão, de tempos em tempos. (GUTERRES, 2013, s/p)¹

O excerto apresentado corresponde a uma das descrições que se produziu sobre a realidade das ruas brasileiras durante as manifestações populares ocorridas depois do dia 13 de junho de 2013. Embora o tom seja um tanto romantizado, o breve relato faz menção a alguns aspectos muito característicos dessas manifestações, como o uso de símbolos nacionais e, em especial, a diversidade de manifestantes que participaram dos protestos. Entretanto, uma narrativa um tanto mais completa sobre as Jornadas de Junho não poderia passar sem a menção a outros acontecimentos, como a presença massiva da máscara de Guy Fawkes², tão utilizada nas ruas, ou os embates violentos entre a polícia e os

¹ A tradução aqui é minha, como em todos os demais casos em que os textos citados estiverem em inglês. Por questões práticas (uma vez que são muitos os casos desse tipo), optei por não transcrever os textos fonte em nenhum caso neste trabalho.

² A máscara remonta à participação do soldado inglês Guy Fawkes na chamada Conspiração da Pólvora, que em 1605 pretendia explodir o Parlamento inglês durante uma sessão em que seus membros estavam reunidos com o rei protestante Jaime I, dando início a um levante católico na Inglaterra. O soldado, encarregado de guardar os barris de pólvora em local adequado no Parlamento, foi capturado, torturado e morto, não sem

manifestantes, ou ainda o modo como a multiplicidade de reivindicações levantadas foi alvo constante de diversos grupos de interesse, que buscavam “domesticar” (PARRA, 2013) a força política daqueles acontecimentos a seu próprio favor.

Com efeito, houve e há inúmeras interpretações em disputa quanto ao significado do fenômeno das Jornadas de Junho, e cada uma delas buscou (e ainda busca, em alguns casos) estabilizar os fatos de modo a “produzir realidades” (PARRA, 2013) que lhe interessassem. Justamente por isso, não me proponho, aqui, a apresentar uma interpretação única dos acontecimentos de junho de 2013, mas sim a apresentar um breve relato dos eventos ocorridos, e algumas reflexões levantadas por pesquisadores interessados no assunto, de modo a sustentar mais claramente as reflexões teóricas e análises apresentadas nos capítulos seguintes. Na verdade, as Jornadas de Junho em si não são o foco específico deste estudo, que também não pretende, portanto, esgotar todas as frentes de discussões a esse respeito, mas sim esboçar, de maneira genérica, alguns dos principais elementos dessas mobilizações que permitem contextualizar os eventos em meio aos quais se produziram os textos estudados, tomando-se como limite aquilo que delas for fundamental à compreensão da proposta de análise aqui focalizada.

É consenso que as Jornadas nasceram de protestos contra o aumento das tarifas de transporte público urbano, organizados nos primeiros dias de junho em diversas cidades brasileiras por grupos como o Movimento Passe Livre, que considera o transporte gratuito um direito do cidadão. Somando no máximo algumas centenas de participantes, esses primeiros protestos ganharam visibilidade na internet, em jornais e na televisão a partir do dia 13 de junho, que foi palco de confrontos violentos entre manifestantes e policiais (TELES, 2013)³. Quatro dias depois, teve início uma segunda onda de manifestações

antes revelar os nomes de outros membros da Conspiração, que acabaram vivendo o mesmo destino. Posteriormente, no filme “V de Vingança”, a imagem do rosto de Guy Fawkes foi usada como máscara pelo personagem principal, como símbolo da revolução que ele próprio buscava inaugurar em uma Inglaterra fictícia, na década de 90, também a partir de uma explosão do Parlamento.

³ Os embates foram registrados de maneira amadora por alguns dos manifestantes, e publicados em *sites* como o *Youtube*, onde receberam muitas visualizações no próprio dia 13. Um exemplo pode ser encontrado em <<https://www.youtube.com/watch?v=E13BKzwXCho>> (Manifestantes fazem protesto pacífico gritando: ‘Sem violência’ e polícia parte para a agressão, 2013), gravação que ficou famosa por retratar a ação policial contra manifestantes que gritavam o bordão “sem violência”.

simultâneas em todo o Brasil, agora com uma explosão de milhares de pessoas dos mais diversos grupos sociais enchendo as ruas das grandes capitais e de inúmeros outros municípios, em reivindicações que extrapolavam as exigências em mobilidade urbana para incluir demandas como o fim da corrupção política e a melhorias dos serviços públicos de saúde e educação (COELHO, 2013). Se até então as mobilizações protestavam contra o aumento, em geral da ordem de 20 centavos, nas passagens de ônibus e metrô, passou a circular, nessa segunda leva de protestos, o *slogan* “não é só por 20 centavos”, em referência às outras exigências da população, que agora estava massivamente presente nas ruas.

Além dessa multiplicidade de requisições e participantes, esse segundo momento das Jornadas marcou-se pela cobertura constante da imprensa brasileira e de grupos de mídia alternativa na internet, bem como pela presença dos chamados *blackblocs* (do inglês, *black*, “negro”, e *bloc*, “agrupamento de pessoas para uma ação conjunta”) formados por manifestantes de rosto coberto que aplicavam táticas de ação direta contra lojas, agências bancárias e prédios de instituições governamentais, quebrando fachadas e pichando paredes. De modo geral, divulgou-se que os *blackblocs* agiam nos momentos finais de cada ato público, e a polícia fazia uso disso para justificar a repressão, efetivada com balas de borracha e bombas de gás lacrimogênio contra os manifestantes; em contrapartida, relatos e gravações em vídeo divulgados na internet mostravam que muitas vezes a ação policial dispersiva precedia qualquer gesto agressivo dos manifestantes, atingindo-os mesmo quando os protestos eram pacíficos (OLIVEN, 2013).

A esse respeito, versões conflitantes dos fatos passaram a circular pela televisão, pelos jornais e pelos *sites* de redes sociais, o que torna muito difícil definir claramente o que efetivamente ocorria nos protestos, bem como o direcionamento que a opinião pública tomou na segunda quinzena de junho. Havia quem dissesse que as manifestações já não passavam de arruaça e bagunça, havia jornais descrevendo-as como “atos de vandalismo”, e havia quem defendesse que os *blackblocs* e seus atos de

depredação eram, na realidade, operados pelos próprios policiais, infiltrados nas multidões no intuito de deslegitimá-las⁴.

O que se seguiu, ao final do mês, e no início de julho, foram tentativas de reação, por parte dos governos municipais, estaduais e federais, às demandas da população, de modo a acalmar os ânimos. Em diversos estados e municípios, o preço da tarifa de transporte público regrediu, e Dilma Rousseff (então na presidência da República) anunciou um Pacto Nacional pela Mobilidade Urbana, bem como uma série de medidas que entraram rapidamente nas pautas do Congresso Nacional, como a criação de programas que ampliassem o número de médicos disponíveis ao atendimento público, a destinação de uma ampla parcela dos recursos derivados da exploração de petróleo na região do Pré-Sal brasileiro para investimentos em educação e saúde, e a elaboração de uma reforma política que garantisse mecanismos mais representativos dos interesses da população. O Legislativo, por sua vez, aprovou rapidamente, ainda que com alterações e ressalvas, boa parte dessas medidas, bem como o projeto de lei que tornaria a corrupção um crime hediondo. Considera-se que tais atitudes reativas dos poderes públicos somaram-se à incidência constante de atos de depredação e repressão policial como principais motivadores para o arrefecimento dos protestos ao final de junho, embora o Movimento Passe Livre continuasse organizando eventos até mesmo em julho e agosto.

O Gigante e as Novas Tecnologias

Até aqui, apresentei de maneira sumarizada os principais acontecimentos referentes às Jornadas de Junho; contudo, é preciso abordar alguns detalhes acerca de suas características fundamentais, como a imprevisibilidade das manifestações, o perfil variado dos manifestantes (que implicava, também, em reivindicações múltiplas), as

⁴ À época, circularam pela internet alguns vídeos que supostamente mostram policiais preparando-se para se misturar às manifestações à paisana. Um exemplo pode ser encontrado no vídeo “Policiais infiltrados em manifestação do Passe Livre” (2013), disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9HNxpvYpyB0>>.

particularidades de organização dos protestos e o papel que assumiram as mídias (televisão, jornais, revistas e internet) em sua repercussão e divulgação.

Quando eclodiram os grandes atos públicos nacionais do dia 17 de junho, a impressão geral foi de espanto, dado que nenhum analista político ou cientista social havia previsto eventos de tão grande proporção, na conjuntura política vigente (PARRA, 2013). Naquele momento, ganhou força na internet e nos próprios protestos o bordão “o gigante acordou”, que descrevia o Brasil como um colosso a despertar depois de um longo sono, causando grande rebuliço; contudo, muitos se questionaram quem efetivamente estava acordando, uma vez que os movimentos sociais já vinham realizando muitas mobilizações nos anos anteriores, com lutas históricas que remontam a décadas atrás (PINHEIRO-MACHADO; DENT, 2013).

Para Silva Júnior (2013), por exemplo, os interesses da sociedade brasileira à época das Jornadas de fato não permitiam prevêê-las, mas também não autorizam o tom de surpresa com que foram tratadas. Tal surpresa originou-se, para ele, da avaliação de que o Brasil supostamente “estava bem” no momento dos protestos, dado que as empresas nacionais de mídia abordavam de maneira muito velada os efeitos da crise econômica mundial, ao mesmo tempo em que as medidas assistencialistas do governo (através de programas como o Bolsa Família e o Minha Casa, Minha Vida) garantiram a ascensão dos padrões de renda e consumo das classes C e D, o que, esperava-se, deveria resultar em satisfação popular (SILVA JÚNIOR, 2013). Entretanto, atos públicos de indignação vinham ocorrendo já por alguns anos, em frequência cada vez maior: em 2011, por exemplo, o Brasil viveu greves de funcionários públicos em todos os setores, incluindo bombeiros, bancários e policiais, isso sem falar nas lutas contra a construção da represa hidrelétrica de Belo Monte, e em 2012 o cenário se repetiu, com o maior número de greves no país desde 1997 (SILVA JÚNIOR, 2013) e com a ampliação das lutas contra racismo, machismo e homofobia.

Como explica ainda Silva Júnior (2013), o resultado, em 2013, foi um cenário de amplo descontentamento com a política, o qual perpassava não apenas as questões econômicas, mas também aspectos ambientais, relacionados, por exemplo ao estímulo à aquisição de automóveis (fomentado por políticas de redução e isenção tributária), sem a

contrapartida de melhora na infraestrutura urbana, e ao uso indiscriminado de fontes hidrelétricas e termelétricas para produção de energia, sem iniciativas firmes quanto às fontes consideradas mais limpas. Também estavam em voga questões sociais, como a falta de perspectiva de melhora dos números da violência urbana, a pressão conservadora pela imputabilidade criminal dos menores de 18 anos, a negligência dos poderes públicos em relação ao jovem brasileiro (em especial quando negro e pobre), e o custo econômico e social das obras para a Copa do Mundo de Futebol de 2014, que envolveram a desapropriação de famílias e a remoção desrespeitosa da população mais pobre de áreas valorizadas das cidades-sede.

Todos esses elementos ajudam a entender não só as motivações para as Jornadas, como também o caráter diversificado das demandas que elas passaram a representar de 17 de junho em diante. Nas palavras de Silva Júnior (2013, p.106);

o preço das tarifas dos transportes públicos serviu apenas como estopim para uma explosão de indignação dos nossos jovens frente a uma política que “garante” uma estabilidade econômica momentânea, mas não permite uma melhoria na qualidade dos serviços prestados à população.

Outros pesquisadores que se debruçaram sobre o assunto, como Coelho (2013) também salientam como fatores motivadores do protesto a articulação entre a situação econômica de ascensão das camadas mais pobres e a conjuntura social vivida em 2013. Ele afirma que o quadro econômico e social positivo, instaurado ao longo dos dois governos de Luiz Inácio Lula da Silva, fez com que a população brasileira se tornasse mais exigente, dado que as classes C e D passaram a gerenciar melhor o próprio orçamento, elevando suas expectativas quanto ao conforto e à qualidade de vida. Para Coelho (2013), a queda do crescimento econômico vivida no governo Dilma entrou em choque com o otimismo social construído nos anos anteriores. A população, agora menos disposta a tolerar o “não” dos governantes, que frequentemente prometem e não cumprem, teria ido às ruas expressar a ampla falta de legitimidade da política brasileira, demonstrando sua insatisfação em relação a todos os serviços públicos:

O cidadão-consumidor, sem recursos ainda para morar perto do local de trabalho ou de estudo, sem sobras para matricular os filhos na escola particular, muitas

vezes sem convênio privado para atendimento médico, viu sua condição de ‘classe média’ limitada por tudo o que ainda faz dele um membro da ‘classe popular’: o transporte público em especial (COELHO, 2013, p.137)

Mas não foram apenas as classes C e D que engrossaram os protestos na segunda metade de junho: a participação de classes médias com maior poder aquisitivo também foi muito marcante, a ponto de alguns considerarem que a maior parte dos manifestantes fazia parte desses grupos econômicos. As explicações para essa confluência de interesses entre brasileiros de perfil econômico tão distinto variam. Para Holston (2013), por exemplo, o que uniu o povo nas ruas brasileiras foi a baixa qualidade da vida urbana no Brasil, que resulta numa experiência física cotidiana extremamente desagradável para todos os grupos sociais: se os habitantes da periferia, para ir trabalhar, gastam em média três horas por dia em ônibus e trens de baixo conforto, amontoados como gado, aqueles que andam de carro também passam horas presos no trânsito todos os dias.

A visão de Soares (2013) corrobora essa perspectiva e a amplia, apontando também que as múltiplas vozes das ruas tinham em comum o extremo descrédito em relação ao sistema de representação política em face à situação social vigente. Para além disso, ele coloca que, nos protestos, a repressão policial atingiu a todos indiscriminadamente, de modo que a classe média se viu experimentando a mesma brutalidade policial com que os mais pobres são tratados diariamente nas favelas e periferias, o que teria ajudado a construir o senso de união e solidariedade entre os manifestantes (SOARES, 2013), tão importante à articulação de mobilizações públicas, como apontam Castells (2012) e Jordan (2002).

Pode-se dizer que esse senso de coletividade concretizou-se, tanto nas ruas, como na internet, através do uso dos símbolos nacionais brasileiros (como a bandeira ou o Hino Nacional), ou da máscara com o rosto de Guy Fawkes, empregada massivamente durante as Jornadas. Associada a tentativas reais e fictícias (como no filme “V de Vingança”) de explosão do Parlamento inglês, a máscara passou a ser usada, nos últimos anos, pelo grupo ativista *Anonymous*, cujos membros vêm articulando intervenções e protestos em todo o mundo desde 2006, atuando de maneira aberta e anônima, através das tecnologias digitais. Trata-se, portanto, de um símbolo do anonimato e da ação coletiva:

conforme afirma Parra (2013), “os *Anonymous* podem ser qualquer um e ao mesmo tempo todos nós”. A máscara também funcionou como símbolo do descontentamento geral com a política institucional brasileira, que se consolidou na forte tendência antipartidarista dos protestos, em que alguns manifestantes chegaram a ser agredidos por carregarem as bandeiras de seus partidos políticos.

Por fim, cabe ressaltar a massiva participação dos jovens brasileiros nas manifestações, e o modo como muitos deles carregavam celular e câmeras, empregando as tecnologias digitais tanto para articular os atos públicos quanto para registrá-los e divulgá-los, compartilhando vídeos e fotos em redes como o *Twitter* e o *Facebook*. Essa atuação foi crucial para a repercussão que os protestos tiveram, a partir do dia 13 de junho, em todo o país. Ao relatar sua experiência de participação em quatro dos protestos, por exemplo, Castañeda (2013) descreve os manifestantes como uma maioria de jovens sem vínculo organizações oficiais ou partidos, cuja articulação teria se originado nos *sites* de redes sociais, em que, diante de um sentimento de indignação com as instituições políticas, cada manifestante passou a mobilizar suas próprias redes pessoais a sair às ruas e protestar.

Com efeito, o papel da internet nas Jornadas de Junho foi discutido por muitos, de muitas maneiras. Para Pereira (2013), por exemplo, a ideia de uma “nova” forma de mobilização, apoiada fortemente pelas redes sociais, é a que surge como resposta usual à rápida expansão do número de manifestantes nas ruas, mas pode conter uma explicação simplista demais, se eliminar as variáveis que envolvem o jogo de poder e os interesses econômicos, políticos e históricos em embate nos eventos em questão. Ainda assim, é preciso reconhecer, de maneira crítica, que a possibilidade de as informações sobre os protestos circularem via internet, em fluxo e de maneira quase imediata, certamente contribuiu para a articulação de mobilizações simultâneas em todo o país, dado que viabilizou a criação do já mencionado sentimento de solidariedade compartilhada pelos manifestantes. Nesse sentido, a adoção, na internet, de palavras de ordem como “vem pra rua”, “vamos para o protesto” e outras convocatórias, em geral associadas a símbolos da identidade nacional, foi certamente muito significativa para o estabelecimento dessa solidariedade, e para o alinhamento de diferentes grupos de interesses num mesmo conjunto de massivos protestos.

Em outras palavras, a maneira como as manifestações eram representadas e divulgadas na internet — em *blogs*, em perfis do *Twitter*, ou em páginas do *Facebook* — buscava em muitos momentos traduzi-las como símbolos da luta por uma certa brasilidade (supostamente nova), de modo que participar delas fosse visto, fundamentalmente, como sinônimo de ser brasileiro (PEREIRA, 2013). A emergência da exploração desses símbolos é vista, frequentemente, como uma explicação para o fato de pela primeira vez no Brasil terem-se organizado protestos sem divulgação prévia, sem panfletos, sem carros de som ou sem reuniões que visassem a ressaltar sua necessidade.

Evidentemente que esse chamamento ao nacionalismo foi aproveitado de diferentes modos, por diversos grupos de interesses, no que também encontrou resistência. O próprio Movimento Passe Livre, por exemplo, chegou a recuar nos momentos em que grupos de extrema direita tentaram canalizar esse sentimento patriota de modo a contestar a democracia brasileira, sugerindo a derrubada e a substituição de Dilma Rousseff e do Partido dos Trabalhadores (com clamores de “Fora Dilma” e “Fora PT”). Mas foi na televisão e nos jornais que se deram as reações mais evidentes ao avanço dos símbolos nacionais nos protestos: se nos primeiros dias de junho as manchetes e chamadas descreviam os que estavam nas ruas como “vândalos” e “baderneiros”, o termo empregado do dia 17 em diante foi muito mais neutro: eram apenas “manifestantes”, e agora lutavam, “com coragem”, pela reorganização de seu país.

Não é que as corporações midiáticas brasileiras tenham abandonado termos negativos como “arruaça” e “vandalismo”; contudo, elas passaram a direcioná-los a grupos específicos de manifestantes: àqueles que, ao final do protesto, cobriam o rosto e se organizavam como *blackblocs*. Como explica Guterres (2013, s/p),

A mídia criminalizou um lado enquanto neutralizou outro. Ela o fez sensibilizando um terceiro grupo, de observadores distantes, que acompanhavam as manifestações pelos jornais e pela televisão. Essa estratégia midiática parece induzir esse terceiro grupo a escolher um “lado”.

O ponto é que tais atitudes foram veementemente denunciadas e contrapostas por grupos de mídia alternativa, como o Mídia Ninja, que registrava os acontecimentos das ruas e os transmitia *in loco*, divulgando uma série acontecimentos (em especial envolvendo

a ação policial) não abordados pela televisão, e apresentando versões que contradiziam as grandes empresas de mídia, como destaca Almeida (2013). É nesse sentido que as Jornadas deixaram transparecer aspectos do fenômeno mais amplo de convergência de mídias, estudado por Jenkins (2009), para quem as tecnologias digitais possibilitam a consolidação, diante de certos eventos, de olhares alternativos aos das corporações de mídia. Nas palavras de Almeida (2013, p.89),

A ocupação dupla — das ruas e das redes — provou que teorias de passividade das audiências não funcionam na análise dos públicos, que rejeitam posturas que não convêm às suas necessidades e questionam empresas comprometidas com interesses particulares

Assim, ainda que com ressalvas, admite-se que a compreensão das Jornadas de Junho passa, necessariamente, pela reflexão acerca da relação entre a ação política e as tecnologias digitais, presentes tanto na organização dos protestos, quanto em sua divulgação e posterior sustentação em face aos interesses que procuravam dispersá-los (como os das forças policiais, os de grupos políticos específicos e os das próprias corporações midiáticas). A existência de um embate tão evidente entre a informação circulada na internet e aquela divulgada em publicações impressas e nos noticiários ajuda, assim, a justificar a relevância deste trabalho, dado que as montagens multimodais que compõem o *corpus* de análise foram produzidas justamente no contexto desse embate. Como se verá, trata-se de textos que remetem diretamente às questões levantadas nesta sessão, e evidenciam claramente a disputa de interesses concretizada nas escolhas semióticas realizadas na produção de cada *mashup*. São justamente essas escolhas que constituem o interesse específico desta pesquisa: a textualidade enquanto processo, e o modo como isso se torna muito mais claro e palpável na cultura digital, em especial num contexto de ebulição política como esse das Jornadas de Junho.

Objetivos e Justificativa

Esta dissertação de mestrado tem por objetivo ampliar a compreensão da LA acerca das relações entre o regime de enunciação da política, o ativismo na

contemporaneidade e, sobretudo, o caráter processual da textualidade digital, evidenciado em certas formas textuais características da cultura digital, em especial quando produzidos em situações de efervescência entre contextos *on-line* e *off-line*, como as ações coletivas das Jornadas de Junho. Nesse mesmo sentido, propôs-se como objetivo teórico a formulação de um arranjo teórico que favorecesse justamente a interpretação dos acontecimentos e textos em questão como processos abertos, e não produtos estabilizados, o que se tencionou alcançar por uma ampliação de conceito de ressemiotização, da Semiótica Social (IEDEMA, 2001), a partir de aportes da teoria Ator-Rede (LATOUR, 1994). Como objetivos empíricos, o estudo buscou descrever os percursos de montagem de produções textuais/discursivas com mensagens políticas publicadas no *Facebook* no período das Jornadas de Junho de 2013, identificando que manobras de ressemiotização foram empreendidas, e quais as diferentes características semióticas dessas produções, de acordo com as intenções políticas pretendidas em cada caso.

Para atingir esses objetivos, foi organizado um *corpus* empírico composto por 88 capturas de tela de montagens verbovisuais publicadas no *Facebook*, durante o mês de junho de 2013, em páginas criadas especificamente para tratar das Jornadas. Como apresentarei adiante, essas formas textuais é que foram alvo das análises, que buscaram descrever o *corpus* do ponto de vista representacional, e retratar diferentes operações de ressemiotização empreendidas na construção de diferentes representações do Brasil e da nação brasileira nos textos em questão.

O interesse por esse tipo de estudo na LA se baseia no fato de que esta tem assumido para si, recentemente, a caracterização que Moita Lopes (2006, p.96) lhe atribui, quando diz que a LA “precisa ter algo a dizer sobre o mundo como se apresenta”. Aproximando a LA das Ciências Sociais, mais do que da própria Linguística em si, ele formula que:

uma agenda ética de investigação para a LA envolve crucialmente um processo de renarração ou redescrição da vida social como se apresenta, o que está diretamente relacionado à necessidade de compreendê-la. Isso é essencial para que o linguista aplicado possa situar seu trabalho no mundo, em vez de ser tragado por ele ao produzir conhecimento que não responda às questões contemporâneas em um mundo que não entende ou que vê como separado de si como pesquisador [...]. (MOITA LOPES, 2006, p.90)

Com efeito, o mesmo Moita Lopes, já em 1998, salientava que, para além de estudos de mera “aplicação” da teoria linguística, o *proprium* da LA está na investigação de problemas de uso da linguagem, em situações sociais específicas e bastante contextualizadas. Compartilhada por outros especialistas na área, como Signorini e Cavalcanti (1998), essa perspectiva é encarada aqui como a justificativa mais ampla tanto para esta pesquisa, quanto para o uso de aportes teóricos de outras áreas do conhecimento, como as Ciências Sociais, a Ciência Política e os estudos em Comunicação. Demandados pela complexidade do objeto, esses aportes teóricos evidenciam que a transdisciplinaridade e a indisciplinaridade da LA são condição *sine qua non* para a compreensão das questões sociais mais amplas da atualidade:

Se quisermos saber sobre linguagem e vida social nos dias de hoje, é preciso sair do campo da linguagem propriamente dito: ler sociologia, geografia, história, antropologia, psicologia cultural e social etc. [...] Parece essencial que a LA se aproxime de áreas que focalizam o social, o político e a história. Essa é, aliás, uma condição para que a LA possa falar à vida contemporânea. (MOITA LOPES, 2006, p.96)

Assim, assumindo que este estudo é transdisciplinar (ou mesmo indisciplinar), não tive como objetivo tratar profundamente de todas as frentes dos diferentes conhecimentos em questão, mas busquei realizar um trabalho respeitoso, reconhecendo os momentos em que a literatura de outras disciplinas poderia amparar a compreensão de meu objeto, bem como minhas próprias limitações ao tratar dessas outras áreas.

Ainda nesse sentido, cabe salientar que as formas textuais que proponho analisar aqui não foram ainda alvo de estudos mais sistemáticos no campo da LA. Salvo em alguns trabalhos recentes (o de Buzato e colegas, 2013, por exemplo), os processos e produtos associados a procedimentos de montagem e remontagem, em especial o *mashup*, carecem de uma teorização mais específica para o campo aplicado dos estudos da linguagem. Análises mais detalhadas a seu respeito existem, de fato, mas em outras áreas do conhecimento, como as artes e a comunicação (MANOVICH, 2001; NAVAS, 2010; SONVILLA-WEISS, 2010), áreas que, embora também envolvidas com a linguagem, não têm o mesmo tipo de preocupação relacionada à linguagem em uso, que caracteriza a LA.

O mesmo se pode dizer acerca dos movimentos sociais na contemporaneidade, que, em geral, vem sendo abordado sob as óticas da Ciência Política e das Ciências Sociais (PRUDÊNCIO, 2006; SCHERER-WARREN, 2006; MACHADO, 2007) e até mesmo da Comunicação (ASSIS, 2006; MALINI, 2007), mas não explicitamente na LA, até onde me foi possível verificar, embora esta se proponha justamente a contribuir para a construção de inteligibilidades acerca das práticas sociais contemporâneas. Assim, a pesquisa aqui proposta tencionou apresentar uma contribuição parcial e modesta, porém necessária, à caracterização desse objeto de estudo e às discussões correspondentes, de modo a fornecer subsídios a futuros estudos que aprofundem essas reflexões.

Cabe, por fim, reconhecer as limitações deste estudo, especialmente as de caráter metodológico. Primeiramente, a de que não é possível entender a linguagem como processo sem vinculá-la à prática social em que se desenrola: idealmente, a presente pesquisa deveria conjugar as análises de orientação semiótica, como sugere a Teoria Ator-Rede, com uma etnografia das práticas de produção de *mashups* no contexto das Jornadas de Junho. Tal conjugação, contudo, mostrou-se inviável no prazo limitado de um mestrado, e sobretudo em vista do esforço teórico envolvido no percurso interdisciplinar de problematização, bem como no caráter inovador da reflexão teórico-metodológica acerca da linguagem digital. Como forma de compensar, em parte, essa impossibilidade de etnografar a prática, e de tentar, ao mesmo tempo, escapar da armadilha do fechamento do olhar do pesquisador no e sobre o texto, usual em análises semióticas que não guardam compromisso com o a LA, busquei conhecer e apresentar, da maneira mais detalhada possível, os acontecimentos das Jornadas de Junho enquanto contexto em que as fotomontagens aqui focalizadas foram produzidas.

Ainda assim, foram muitas as reduções e recortes em cada uma das escolhas do percurso metodológico aqui traçado, o que se reflete claramente nas 88 montagens que compõem o *corpus* empírico deste trabalho. Estas se dividem em dois grupos: 31 delas foram coletadas de maneira exploratória, no próprio momento de ebulição das manifestações, na busca por capturar a riqueza de produções que caracterizou aqueles eventos; as demais, em número de 57, correspondem aos três primeiros resultados obtidos a partir de uma busca, no *Google*, dos termos “Facebook” e “vempraruá”, um dos bordões

mais disseminados durante as manifestações (PEREIRA, 2013). É preciso salientar, portanto, que boa parte do *corpus* (as primeiras 31 montagens) foi coletada de maneira contingente, livre e pessoal, de acordo com o que me foi possível acessar (como usuário do *Facebook*) no período das Jornadas de Junho. A escolha dessas 31 produções e não de outras foi completamente marcada, portanto, por minha avaliação dos eventos das Jornadas, e condicionada por meus referenciais sociais, econômicos e políticos à época: outro pesquisador (ou eu mesmo, em outro momento) teria possivelmente feito escolhas diferentes, ou acessado montagens de fontes outras, que poderiam evidenciar outros aspectos das mobilizações. Embora não inviabilize, portanto, a análise dessas fotomontagens tendo em vista dos objetivos aqui pretendidos, tal limitação é inegável, e implica inevitáveis reduções quanto ao escopo da pesquisa.

Ainda que coletadas de maneira mais sistemática, as outras 57 montagens evidenciam limitações semelhantes, como a escolha dos termos de busca, que poderiam ter sido outros e, portanto, já induzem uma redução na amostra dos conteúdos postados em junho de 2013. A própria escolha do *Facebook* (em vez de outros *sites* de redes sociais), do *Google* como buscador e de procedimentos analíticos que não puderam dar conta, em tempo hábil, da análise do contexto em que cada postagem foi publicada (incluindo os comentários que ela recebeu, opções curtir etc.) são outros aspectos que reduzem drasticamente as possibilidades de generalização sistemática dos resultados aqui apresentados.

Finalmente, fica evidente, pelo exposto acima, que o próprio percurso metodológico empreendido numa pesquisa como esta é um processo, o que, em parte, justifica as escolhas aqui apresentadas, em especial no tocante à Teoria Ator-Rede, que se oferece justamente como aparato teórico para pensar fenômenos em seu caráter processual. O que decorre disso tudo é que não foi proposta, aqui, a elaboração de um método geral para o estudo e a análise do *mashup* político, tampouco uma descrição e análise totalizadora dos eventos e textos das Jornadas de Junho: o que busquei foi tão somente testar a efetividade e o poder de explicação, para a análise dessas instanciações específicas do *mashup* enquanto forma discursiva, de uma associação entre as ferramentas teóricas e metodológicas da Semiótica Social e da Teoria Ator-Rede.

Organização do Texto

Pode-se dizer que a organização deste trabalho segue, de certo modo, o percurso de pesquisa que empreendi ao longo de sua construção, apresentando nesta introdução os acontecimentos e reflexões gerais acerca das Jornadas de Junho que vieram a suscitar, posteriormente, a revisão teórica exposta nos capítulos seguintes.

No capítulo 1, discute-se a conceituação do termo “cultura digital” e o uso, um tanto solto, que dele se faz em diversos estudos recentes acerca das tecnologias digitais. Definem-se, para tanto, as particularidades técnicas das mídias digitais segundo Manovich (2001), e a noção de “habilitação contingencial”, segundo Miller (2011), que oferece uma alternativa a formas deterministas de compreensão da relação entre tecnologia, cultura e sociedade, entendidas como elementos que se coagenciam na constituição da contemporaneidade. Apresentam-se, ainda, os pontos de sobreposição entre a cultura digital, os fenômenos da convergência de mídias abordados por Miller (2011) e Jenkins (2009), e a emergência de empreendimentos coletivos e de novas formas de participação na internet, no que tange a produção e publicação de conteúdos midiáticos, como apontado por Bruns (2007).

Em seguida, o capítulo 2 discute as particularidades do regime de enunciação da política, tal qual definido por Latour (2003), e oferece, a partir dele, uma compreensão mais detalhada dos acontecimentos das Jornadas de Junho e da articulação que se deu, neles, entre a internet e a rua. Para isso, apresenta-se uma breve revisão teórica dos estudos que as Ciências Sociais e a Ciência Política empreenderam tendo em vista a definição do conceito de movimentos sociais, segundo autores como Merlucci (1999), Touraine (1998, 2003) e Scherer-Warren (2006). Retomam-se, também, as discussões acerca da relação entre esses movimentos e as tecnologias digitais, com base nas reflexões de Castells (2012), e em sua contestação, bem como no que têm a dizer sobre o assunto os estudiosos das tecnologias e das mídias, como Jenkins (2009) e Bruns (2012). Apresenta-se, ainda, uma retomada histórica das diferentes formas de atuação midiática associadas à mobilização política, de maneira a evidenciar que os movimentos sociais sempre se vincularam a formas

textuais, algumas das quais muito similares, em alguns procedimentos e operações discursivas, ao remix e ao *mashup*, aqui focalizados.

O capítulo 3 dá continuidade ao estudo esclarecendo que é justamente sobre essas formas textuais que incidem as análises e reflexões teóricas mais profundas deste trabalho. Partindo da concepção de linguagem digital como processo, apresentada por Miller (2011), apresenta-se a proposta teórica de associação entre a Semiótica Social e a Semiótica Material na análise de remixes e *mashups*, detalhando as particularidades e as categorias analíticas oferecidas por ambas as teorias, e sintetizando-as com base no conceito de ressemiotização, de Iedema (2001), que oferece sustentação teórica à análise de percursos semióticos como os que deram origem aos textos do *corpus* aqui selecionado. Assim, descreve-se, com o vocabulário da TAR, o percurso de composição de um *mashup* como uma translação, a partir da tentativa de estabilizar vínculos semióticos entre fragmentos de diferentes fontes em um novo texto.

Finalizada a revisão teórica, o capítulo 4 oferece uma breve descrição dos procedimentos metodológicos empregados neste trabalho. Nele, retomam-se e resumizam-se os já mencionados objetivos teóricos e empíricos desta pesquisa, que, filiados ao objetivo mais amplo de compreender melhor a relação entre o regime de enunciação da política e a concepção da linguagem digital como processo, desdobram-se em objetivos específicos que incluem a própria articulação teórica entre a Semiótica Social e a TAR, a verificação da aplicabilidade dessa articulação às análises de *mashups* políticos, a descrição geral do *corpus* empírico quanto a seus significados representacionais e o detalhamento de alguns dos percursos de ressemiotização empreendidos na composição de cinco exemplos de *mashups* relativos às Jornadas. Apresentam-se, ainda, as particularidades dos dados coletados, e o percurso metodológico que resultou na escolha de um ator semiótico específico (o gigante de pedra) como foco para o mapeamento analítico proposto, bem como as perguntas de pesquisa, quais sejam: (1) quais foram os principais actantes mobilizados nos remixes estudados, e em que tipo de processos semióticos tais actantes apareceram com maior frequência?; e (2) quais foram algumas das operações de ressemiotização empregadas nas desreestabilizações sucessivas das diferentes versões de Brasil e realidade brasileira constituídas nesses textos?

Com a primeira pergunta, tencionou-se descrever o *corpus* quanto ao que, especificamente, estava sendo representado, levantando-se os diferentes atores e processos semióticos empregados para retratar os principais actantes envolvidos na translação das Jornadas de Junho. Como se evidencia no capítulo 5, dedicado às análises e discussões, os actantes identificados foram, em geral, os próprios manifestantes (representados como as multidões das ruas, ou pela máscara de Fawkes, ou ainda pelo gigante de pedra), o Brasil (representado pela bandeira e também pelo gigante de pedra) os poderes públicos constituídos (representados sobretudo por Dilma Rousseff e, eventualmente, por outros políticos eleitos), as forças policiais (representadas pela tropa de choque da Polícia Militar) e as grandes empresas de mídia (representadas pelo logotipo da Rede Globo de Televisão). Os resultados evidenciam ainda que predominam, no *corpus*, os processos transacionais verbais e conceituais simbólicos atributivos, o que indica que a articulação entre as publicações do *corpus* e as Jornadas se deu através de legendas escritas, ou de atributos visuais considerados representativos deste ou daquele actante.

Ainda no capítulo 5, apresentam-se também as respostas à segunda pergunta de pesquisa, com a qual se tencionou produzir um mapeamento das operações de negociação semiótica envolvidas na representação da realidade das Jornadas e do Brasil, no momento em que ocorreram. A partir da análise de 4 *mashups* que trabalharam com a imagem do gigante de pedra, e de 1 *mashup* que, embora não a reproduzisse, continha referências textuais a ela, identificaram-se procedimentos de desmontagem e remontagem semiótica em que diferentes montadores aproveitaram *affordances* de fontes variadas para caracterizar de vários modos o Brasil à época das manifestações: primeiro, como um país a despertar contra a corrupção; segundo, como um país que, por mais desejoso de mudança que estivesse, precisaria enfrentar forças opositoras há muito consolidadas; terceiro, como um país que, embora gigante, recuou facilmente em suas exigências, depois de um mês de protestos.

Em todos os casos, priorizou-se, nas análises semióticas, a relação com o regime de enunciação da política, salientando-se o modo como o ator semiótico do gigante de pedra propunha-se a representar, de maneira unificada, os diferentes interesses que produziram a realidade das Jornadas de Junho. Como expresso na última sessão, em que se

apresentam as considerações finais deste estudo, os percursos semióticos analisados revelam que essas operações de sentido correspondem, no contexto das Jornadas, a atitudes políticas ou apolíticas que efetivamente ajudaram a definir os rumos dos protestos, e suas consequências para o Brasil como um todo. Nesse sentido, os resultados e análises deste trabalho oferecem um retrato, ainda que drasticamente reduzido e limitado, da controvérsia mais ampla que caracterizou as Jornadas de Junho, cuja força política foi reconhecida por todos, mas cujos conflitos de interesses nunca chegaram a se resolver claramente, ao contrário do que expressa a imagem do gigante de pedra, que representa a nação de maneira unificada, resoluta e harmoniosa.

Para além dessa percepção, a sessão final deste trabalho sumariza ainda suas limitações teóricas e práticas, e sugere possibilidades de dar continuidade a estudos do tipo, focalizando o próprio fenômeno das Jornadas de Junho de maneira mais completa (com mais textos e dados etnográficos, por exemplo), ou ainda outros eventos de repercussão política, como a campanha presidencial de 2014. Finalmente, indicam-se as possibilidades críticas de reflexão que o trabalho oferece à LA, como contribuições que ressaltam a necessidade de se compreender o regime de enunciação da política como *locus* de produção de contextos, de coletividades que se sentem representadas pelos enunciados políticos. Ressalta-se, assim, o papel fundamental dessa percepção e da educação na formação de cidadãos críticos, que sejam conscientes dos diferentes processos de negociação (semiótica e política), de estabilização e de contestação que determinam a realidade social em que vivem, e, justamente por isso, mais aptos a encontrar e produzir formas de agir e de sustentar seus próprios interesses nos diferentes cenários em que se inserem e circulam.

1 CULTURA DIGITAL

1.1 O Conceito de Cultura Digital

Neste capítulo, partirei das reflexões de Buzato (2010), na LA, e de Miller (2011), nas Ciências Sociais, para delimitar o escopo de referência do termo “cultura digital” nesta dissertação, de modo a associá-lo mais claramente aos fenômenos descritos na introdução, e às formas textuais que serão objeto de análise neste trabalho.

A ideia de uma “cultura digital” está relacionada não apenas à expansão e à disseminação das tecnologias digitais, com destaque para o computador, para as tecnologias móveis e para a internet, mas também ao modo como esses aparatos técnicos e as mídias digitais integraram-se ao próprio funcionamento da sociedade contemporânea (MILLER, 2011), de modo que *on-line* e *off-line* já não podem ser pensados como realidades estanques, mas sim profundamente imbricadas entre si. Para pensar essa integração, a menção a formas culturais que lhe são específicas é adotada por diversos estudiosos das chamadas mídias digitais, o que resulta em expressões como “cibercultura” (LÉVY, 1999), cultura das novas mídias (MANOVICH, 2001), culturas *mashup* (SONVILLA-WEISS, 2010) ou, na perspectiva deste estudo, como em Miller (2011), “cultura digital”.

Embora cada um desses termos coloque em evidência um aspecto específico das relações entre tecnologias digitais, práticas sociais, valores, significados compartilhados, perspectivas sobre o mundo e outros elementos normalmente vinculados ao conceito de cultura, assumi a escolha (motivada por razões práticas) de basear-me, para esta pesquisa especificamente, na problematização do que seriam os dois principais pressupostos comuns a todas essas formulações, quais sejam: (i) a noção de cultura como processo e (ii) a contestação de determinismos tecnológicos/econômicos.

Para Miller (2011) o termo “cultura digital” se define por “formas de organização, relacionamento e experiência” específicos da contemporaneidade em sua relação com as tecnologias digitais. Para essa definição, ele parte da noção de infraestrutura, indicando que “as tecnologias digitais de comunicação são importantes

enquanto um sistema de *infraestrutura* que habilita certas práticas e relações sociais” (grifo do autor). Esclarece ainda que “o termo infraestrutura refere-se ao alicerce subjacente ou à fundamentação básica de uma organização ou sistema”, e finaliza: “infraestruturas são as instalações básicas que habilitam o funcionamento de algo” (MILLER, 2011, p.5).

No marxismo ortodoxo, o efeito da infraestrutura sobre suas contrapartes (a estrutura, relacionada à organização social e econômica, e a superestrutura, relacionada ao universo simbólico e interpretativo das manifestações culturais e ideológicas), é sempre visto de maneira determinística. De fato, é muito comum que estudos envolvendo as tecnologias digitais tratem da relação entre tecnologia, sociedade e cultura de maneira determinista, incorrendo por vezes num “determinismo tecnológico” e, em outros casos, em determinismos sociais e econômicos (LATOUR, 2000). No primeiro caso, entende-se que a invenção e o uso de determinada tecnologia provoca “efeitos” e “impactos” sobre a sociedade e a cultura; no segundo, descreve-se a tecnologia como um subproduto inevitável de condições sociais e econômicas específicas, tais como o capitalismo financeiro ou a mundialização das trocas comerciais e científicas.

O trabalho de Miller (2011), entretanto, relativiza o tom determinista usualmente ligado à ideia de cultura digital ao associar a infraestrutura à noção de “habilitação tecnológica” (MILLER, 2011; no original, *technological enablement*). Nessa concepção, as tecnologias digitais, mesmo que vistas como infraestrutura, habilitam e às vezes encorajam — mas não “determinam” — transformações de ordem econômica, social, política etc. Essa perspectiva considera que, de fato, as tecnologias nascem sob condições sociais específicas, com a proposta de alterá-las de modo a alcançar certos objetivos, como resolver determinado problema, atender certas necessidades, tornar possível certa situação no futuro ou gerar alguma forma de ganho individual. Contudo, se isso por um lado indica que toda tecnologia carrega a possibilidade de habilitar alterações, em diversos aspectos, sobre a cultura e a sociedade, admite-se também que essas alterações estão condicionadas — até certo ponto, e não de modo inevitável — pelas circunstâncias sociais e culturais em que a tecnologia em questão é produzida e empregada. Isso porque qualquer fenômeno social, cultural ou técnico se dá, em alguma medida, por meio de enredamentos entre o que já está estabilizado e o que ainda pode vir a ser, em novas possibilidades de associações

entre os elementos envolvidos, e esses enredamentos pressupõem heterogeneidade e certa indeterminação, sem que se possa perceber *a priori* de que forma vão se reestabilizar (DELEUZE; GUATTARI, 1988). Sempre haverá desvios de rota, becos sem saída, caronas entre elementos até então díspares; enfim, na concepção de Latour (1994), translações (conceito que abordarei no Capítulo 3), processos semióticos e ontológicos que conjugam traduções, transporte e traições entre atores heterogêneos.

Dito de outro modo, Miller (2011) coloca que a base infraestrutural das tecnologias digitais fornece como que um alicerce sobre o qual novas formas de organização, relacionamento e experiência (na definição do autor, “cultura”), podem, contingencialmente, surgir. Tais formas de organização, relacionamento e experiência se dão, hoje, em processos econômicos, políticos e sociais que já se fazem notar de maneira marcante: por exemplo, em alterações na lógica econômica (atualmente bastante pautada pelas possibilidades técnicas de encurtamento do espaço e do tempo), nas relações interpessoais (que têm se dado, de maneira mais e mais frequente, também através de aparelhos de interação digital), nas práticas de consumo e produção de mídias (em que as possibilidades de edição e publicação deixaram de se restringir aos profissionais e às instituições) e na própria percepção que temos do corpo humano (uma vez que cada vez mais certas operações cognitivas e motoras vêm sendo compartilhadas com ou delegadas a equipamentos tecnológicos, como menciona Bendle, 2014).

Ainda para Miller (2011, p.3), a concretização de todas essas transformações evidencia que entender a cultura digital implica perceber que “a internet, a *web* e as tecnologias digitais móveis são mais do que apenas ‘tecnologias’: são um conjunto de relações sociais que incorporam o uso de tecnologias com resultados variados”. Essa percepção, por sua vez, permite associar a concepção de “cultura” adotada por ele a uma visão mais ampla de cultura como processo e movimento (em vez de produto e essência) e, assim, como “algo vivo, algo que se atualiza e se modifica constantemente” (BUZATO 2010, p.71). Tal visão, cabe explicitar, vincula-se diretamente à ótica processual sobre a linguagem e sobre o contexto (as Jornadas) proposta para a presente pesquisa, conforme o exposto na introdução.

Como coloca Richards (1996, p.22), a abordagem de “cultura como processo” deriva da Antropologia e das Ciências Sociais, e baseia-se em uma definição de cultura como “códigos de conduta imbricados em um grupo social específico”, associados aos “processos através dos quais as pessoas atribuem sentidos a si mesmas e a suas vidas [*make sense of themselves and their lives*]”⁵. Para essa abordagem, as fronteiras variáveis que definem diferentes grupos sociais definem também diferentes culturas (RICHARDS, 1996), o que permite falar, por exemplo, na cultura de uma nação (cultura brasileira), de um povo ou tribo (cultura indígena) ou mesmo da cultura daqueles que realizam uma atividade específica (cultura empresarial, cultura do surfe ou cultura do turismo, por exemplo).

A “cultura digital”, por sua vez, embora não seja totalizável, e esteja longe de ser considerada “universal”, não se restringe a uma nacionalidade, etnia ou atividade específica; corresponde, na verdade, às formas de organização, relacionamentos e experiências de um determinado grupo de pessoas que não necessariamente compartilham um espaço geográfico, nem estão necessariamente no mesmo grupo linguístico, mas que têm em comum o fato de que dependem da infraestrutura digital e/ou a utilizam sistematicamente para produzir sentidos acerca de si mesmos e de suas vidas .

Como explica Deuze (2006), compreender a cultura digital como processo e movimento implica reconhecer sua reconstituição constante, e descrevê-la em termos de tendências contingentes, em vez de tratá-la como um conjunto estabilizado de características, uma vez que estar na cultura digital é também produzi-la. Sem deixar de reconhecer essa instabilidade do conceito, o trabalho de Miller (2011) sugere que a cultura digital tem se materializado em uma série de formas culturais, novas experiências e práticas sociais que com frequência tendem à lógica da participação, da colaboração e da distribuição. Como exemplo, podem-se mencionar as diversas práticas ligadas aos empreendimentos coletivos realizados através da internet: compartilhamento gratuito e perene de informação; edição e manipulação de conteúdos em caráter colaborativo (todos fazem juntos) ou “cumulativo” (um usuário trabalhando a partir do que o outro já fez);

⁵ Tal abordagem se opõe à noção de “cultura como produto”, segundo a qual a cultura corresponde àquilo que é criado por certas atividades individuais ou de grupos específicos — de onde deriva a concepção de “alta cultura”, por exemplo, em referência às obras de grandes artistas (RICHARDS, 1996).

criação de espaços e dinâmicas de discussão e debate; estruturação de formas mais horizontais e descentralizadas de organização e liderança, entre outros. Seja em comunidades e espaços de afinidade específicos vinculados às culturas de fãs (SACHS, 2012, 2013), seja de maneira aberta, a partir de acontecimentos marcantes, como ocorreu durante as Jornadas de Junho, a existência de atividades como essas é marca da contemporaneidade, e sua relação com o digital é salientada não só por Miller (2001), mas por outros autores, como Lankshear e Knobel (2007) e Manovich (2001), conforme detalharei melhor na seção seguinte.

1.2 Aspectos Técnicos e Aspectos Culturais

O trabalho de Lankshear e Knobel (2007) sobre educação e cultura digital vem sendo muito utilizado nos estudos de LA por apresentar o conceito de “novos letramentos”, definidos, de uma perspectiva sociocultural, como práticas que vinculam particularidades técnicas do digitais (*new technical stuff*) a um novo *ethos* (*new ethos stuff*) colaborativo, participativo e voltado para a hibridização, valores que seriam contingencialmente habilitados por essas características técnicas. Assim, a relação entre esse *ethos* e os aspectos técnicos do digital é vista, pelos autores de modo semelhante ao que se pretende aqui, no sentido de que procura evitar determinismos: para eles, nem tudo o que se faz com um computador é “novo”, na medida em que, muitas vezes, tecnologias diferentes são utilizadas apenas para reproduzir práticas que as precederam (LANKSHEAR; KNOBEL, 2007). Para eles, como para Miller (2011), a relação entre *technical stuff* e *ethos stuff* se ampara na noção de habilitação contingente (*technological enablement*), o que a torna interessante para a compreensão dos fenômenos que este trabalho descreve.

Por *new technical stuff*, Lankshear e Knobel (2007) entendem a maneira como o computador facilita a criação e a manipulação de uma infinidade de objetos de mídia, dado que tudo o que foi digitalizado está representado numericamente em código binário:

Basicamente, os programadores escrevem um código fonte que é armazenado como código binário (combinações entre os algarismos 0 e 1) e que conduz diferentes tipos de aplicativos (de texto, som, imagem, animação, funções

comunicativas etc.) em aparelhos eletrônicos digitais (computadores, *hardware* de games, tocadores de CD e MP3 etc.). Alguém que tenha acesso a um computador considerado padrão e à conexão com a internet, e que possua um conhecimento bastante básico acerca de aplicativos de *software*, é capaz de criar uma gama variada de artefatos que carregam sentido, usando um conjunto estritamente finito de operações ou técnicas (digitar, clicar, cortar, arrastar), em um espaço pequeno, com apenas uma ou duas (embora complexas) ferramentas. (LANKSHEAR; KNOBEL, 2007).

A isso corresponde o que Manovich (2001), em seus próprios termos, denomina “princípio da representação numérica”, o primeiro dos cinco princípios que o autor utiliza para definir o que chama de “novas mídias” (ou “mídias digitais”, por oposição às “velhas mídias”, analógicas). Do princípio da representação numérica decorre que todo tipo de objeto acessado através das tecnologias digitais corresponde a uma representação formal e matemática, e, justamente por isso, está sujeito à manipulação com base em algoritmos. Nas palavras do próprio Manovich (2001), o princípio da representação numérica implica que “as mídias se tornam programáveis”, podendo ser editadas das mais variadas maneiras.

O processo de digitalização de um objeto analógico consiste, justamente, na transformação do que são dados de natureza contínua (uma fotografia, uma escultura, por exemplo) em dados estruturados em unidades discretas, pequenos blocos de informações, de *pixels*. Dessa estruturação decorre o “princípio da modularidade”:

Os elementos das mídias, sejam eles imagens, sons, formas ou comportamentos são representados como coleções de *samples* discretos (*pixels*, polígonos, *voxels*, caracteres, *scripts*). Esses elementos são integrados em objetos de maior escala, mas continuam mantendo uma identidade separada. Os próprios objetos, por sua vez, podem ser combinados para gerar objetos ainda maiores — também sem perder sua independência. (MANOVICH, 2001, p.51)

Dessa maneira, o princípio da modularidade descreve a possibilidade de inserirmos, por exemplo, uma imagem dentro de um documento de texto, sem que ambos percam sua independência como objetos de mídia distintos. A combinação de texto escrito e imagem, por sua vez, pode integrar outros objetos, que agreguem ainda outros elementos (uma página da *web*, por exemplo), e mesmo assim cada um dos componentes manterá suas propriedades individuais.

Dos princípios da representação numérica e da modularidade decorre o terceiro princípio de Manovich (2001): a automação, que se refere ao modo como algoritmos e *templates* podem conduzir muitos dos processos envolvidos na criação de mídias e no acesso a elas, sem a participação direta de seres humanos. Os exemplos são muitos: as câmeras de diversos *smartphones* apresentam ajuste automático de foco, e muitas vezes realizam ajustes automáticos nas próprias fotos, no exato momento em que são tiradas; os diversos mecanismos de personalização de mídia permitem oferecer automaticamente ao usuário publicidade de acordo com os interesses manifestos em sua atividade na *web*; e as próprias ferramentas de busca de maior popularidade hoje são baseadas em algoritmos.

Conforme acrescenta Miller, ao discutir o trabalho de Manovich, exemplos como esses deixam claro que

Grande parte do que experimentamos nas mídias digitais é “único”, no sentido de que foi criado especificamente para nós, mas não é “original”, no sentido de que essas criações únicas não são compostas por material criado por humanos de maneira personalizada, mas sim por elementos de dados pré-existentes, situados num banco de dados, e compilados por uma máquina através de um algoritmo (MILLER, 2011, p.18)

Essa reflexão já aponta para o quarto princípio enunciado por Manovich (2001), o princípio da variabilidade, que evidencia como traço comum aos objetos das novas mídias a ausência de uma existência fixa e estável como aquela dos objetos analógicos: em vez disso, o objeto digital é sempre recriado *ad hoc* por cada computador em que é reproduzido, em cada situação de reprodução, de modo que cada contato com ele é o contato com uma montagem automática diferente (ainda que aparentemente idêntica) do arquivo em questão. Assim, Manovich (2001, p.56) coloca que um objeto de nova mídia “pode existir em versões diferentes, potencialmente infinitas”, salientando que um mesmo arquivo digital pode ser copiado, desmontado, comprimido, transferido e remontado em inúmeras versões independentes entre si, seja em aparelhos diferentes (propriedade conhecida como *addressability*), seja num mesmo aparelho, dentro de um processo de edição baseado em tentativa e erro.

Por fim, o último princípio entre os cinco descritos por Manovich (2001) é o princípio da transcodificação (*transcoding*), considerado por ele a consequência mais

substancial da digitalização das mídias. Tal princípio reconduz a discussão ao estabelecimento de uma relação entre tecnologia, sociedade e cultura, pois enuncia justamente que as mídias digitais põem em diálogo a cultura humana e a “cultura do computador”:

Enquanto, por um lado, a mídia computadorizada ainda exhibe uma organização estrutural que faz sentido para seus usuários humanos — as imagens retratam objetos reconhecíveis; os arquivos de texto são compostos por sentenças gramaticais; os espaços virtuais são definidos em consonância com o conhecido sistema cartesiano de coordenadas; e assim por diante —, por outro lado, essa estrutura agora segue as convenções estabelecidas para a organização de dados de computador. (MANOVICH, 2001, p.63)

Em outras palavras, as mídias digitais (ou digitalizadas) têm, culturalmente, as propriedades daquilo que reconhecemos como mídias, mas mantêm, paralelamente, uma organização baseada na representação numérica e no funcionamento do computador que as armazena, e, nesse nível, dialoga com outros arquivos e dados desse computador, de acordo com a lógica de funcionamento deste. Em qualquer objeto de nova mídia, esses dois traços estão sempre em codeterminação, influenciando-se mutuamente:

Em resumo, a camada do computador e a camada das mídias/da cultura influenciam uma à outra. Para usar outro conceito derivado das novas mídias, pode-se dizer que ambas as camadas vão sendo compostas juntas. O resultado desse composto é a nova cultura do computador: uma mistura entre significados humanos e computacionais, entre os modos como a cultura humana tradicionalmente modela o mundo e as maneiras como o computador o representa (MANOVICH, 2001, p. 64).

Do ponto de vista das possibilidades e especificidades técnicas, essa “nova cultura do computador” envolve ainda outros processos técnicos, salientados por Miller (2011). Ele ressalta que as tecnologias digitais habilitam a circulação e a conexão (de pessoas, de conteúdos, de mídias) em redes imateriais, aumentando as possibilidades de distribuição desses elementos e contato entre eles no tempo e no espaço. Nesse sentido, as tecnologias digitais seriam tecnologias de ampliação das possibilidades de escolha oferecidas ao usuário, uma vez que uma ampla gama de mídias e conteúdos está disponível, em rede, em qualquer ponto da rede, a qualquer momento.

A questão da escolha é, para Miller (2011), um traço fundamental para a descrição da relação sociotécnica entre o usuário das novas mídias e tais mídias em si. Ele aponta, por exemplo, o modo como as mídias digitais oferecem alto grau de responsividade em relação às ações do usuário, que muitas vezes é efetivamente convidado a manipulá-las, como no caso do hipertexto, que estruturalmente coloca seu leitor em posição de escolha. Dessa responsividade decorrem ainda as possibilidades de que cada usuário dispõe para adaptar as mídias digitais às suas preferências, atividades e necessidades, desde a produção de enunciados políticos até a articulação de protestos por exemplo.

Por fim, Miller (2011) salienta que as mídias digitais são *databased*: organizam-se em bancos de dados, coleções estruturadas de dados (como também aponta Manovich, 2001). Miller (2011) ressalta que a diferença entre um banco de dados digital e outras formas de estruturação de coleções, como arquivos ou bibliotecas está justamente na flexibilidade:

Os bancos de dados digitais podem oferecer um conjunto quase infinito de possibilidades para a recuperação, filtragem e organização dos dados. Esses bancos de dados consistem em listas, tabelas e estruturas que têm unidades, objetos ou *bits* de informação que são discretos. Esses objetos com frequência tem pouco ou nenhum significado por si mesmos, mas têm o potencial para serem relacionados a outros bits de informação ou outros objetos, e assim, em conjunto, podem alcançar uma camada de significado (MILLER, 2001, p.18)

Os exemplos dessa especificidade técnica são mais pervasivos do que imaginamos, já que, a rigor, qualquer *website* é, em seu funcionamento, uma interface para um banco de dados, uma vez que as informações que o compõem estão armazenadas indistintamente, até que o usuário acione, através de cliques, os mecanismos para sua recuperação, que a organizam de maneira significativa e coerente para visualização em tela. Para Miller (2011), o efeito resultante dessa lógica de funcionamento é a ilusão da coerência: o usuário enxerga a *web* como uma experiência contínua de elementos visuais e auditivos, experimentando-a como uma totalidade coerente, que na realidade corresponde a um processo contínuo de rearranjo e montagem das unidades de uma vasta coleção de arquivos.

Esta, destaco, é uma das formas de instanciação do que chamamos aqui de linguagem como processo, assim como o é o *mashup* digital. Com efeito, os princípios enunciados por Manovich (2001) e as colocações de Miller (2011) aplicam-se claramente aos *mashups* tomados para análise neste trabalho: trata-se de objetos de novas mídias, representados numericamente, montados através dos algoritmos de *softwares* de edição de imagem e reproduzíveis em qualquer computador ou *smartphone* conectado à internet. Essas propriedades é que possibilitaram, por exemplo, sua ampla utilização e disseminação no período das Jornadas de Junho, e por conta delas é que se tornou possível falar em uma ocupação dupla (ALMEIDA, 2013) e simultânea, das ruas e das redes.

A participação das tecnologias digitais nas Jornadas pode ser situada em um conjunto mais amplo de contrapartes sociais e culturais em relação às possibilidades técnicas levantadas até aqui. Lankshear e Knobel (2007), por exemplo, falam no novo *ethos* (*new ethos stuff*), que pode, contingencialmente, ser habilitado por essas particularidades técnicas, e que se define por valores como a participação, a colaboração e a distribuição, em contraposição aos valores da “cultura impressa”, como a lógica da publicação, a individualidade e a centralidade do autor. O uso da noção de “*technological enablement*”, como em Miller (2011), reconhece, como já dito, que as formas culturais e experiências associadas às tecnologias digitais nem sempre consistem em práticas colaborativas e participativas, até porque, em muitos casos, o digital vem a promover justamente o oposto; contudo, há muitas características e práticas relacionadas à cultura digital que deixam transparecer os princípios gerais desse *ethos*, que estão resumidos nos itens a seguir:

- O desejo por informação livre, gratuita e distribuída, de modo a facilitar sua utilização em práticas criativas de remontagem e remix;
- A valorização das possibilidades de distribuição da informação, em detrimento da posse de artefatos materiais;
- A valorização das relações interpessoais baseadas no sentimento de afinidade e no prazer de se compartilharem significados e sentimentos;
- O surgimento de formas textuais novas e variadas, associadas às mídias digitais e o abandono do livro impresso como grande paradigma cultural;

- A difusão de novas maneiras de se entender o espaço ou o tempo, evidenciadas, por exemplo, no modo como as pessoas hoje tendem a se envolver simultaneamente em múltiplas atividades (multitarefa);
- O abandono da centralidade da figura do autor, em nome de modelos de publicação e produção mais marcados pela lógica da participação e da coletividade.

Em vez de falar em um novo *ethos*, o próprio Miller (2011) prefere comentar transformações desse tipo como “formas culturais”, argumentando que os modos de organizar a informação, derivados de condições técnicas e sociais específicas, sempre estão associados a questões culturais significativas, em especial em termos das “geometrias do poder” que definem quem tem a possibilidade de gerenciar essa informação. A esse respeito, ele afirma:

As redes de comunicação em duas vias possibilitam ao usuário “responder”, bem como contribuir para o ambiente midiático por meio de esforços individuais ou colaborativos. A digitalização facilita a produção de obras originais, ou a cópia e manipulação de obras já existentes. Os ambientes hipertextuais e hipermediáticos possibilitam ao usuário ser autônomo na escolha de seu próprio caminho por entre os materiais disponíveis, e os bancos de dados possibilitam aos usuários recuperar e recombinar infinitamente os objetos, textos e dados existentes. Como resultado, a geometria do poder, nas mídias, já começou, em muitos aspectos, a distanciar-se da posição hegemônica do produtor (ou autor), em direção a posição anti-hierárquica do consumidor/produtor [...]. (MILLER, 2011, p.20).

As implicações desse distanciamento são variadas, e recaem tanto sobre o tipo de conteúdo que se produz (e a maneira como o experimentamos), quanto sobre as dinâmicas efetivas de sua produção. Em relação ao primeiro aspecto, ressalta-se, por exemplo, que a reprodutibilidade técnica dos conteúdos digitais, amparada no princípio da variabilidade, torna possíveis e facilitadas experiências de republicação: seja copiando e colando, seja através de botões como “compartilhar”, “retuitar” e “reblogar”, os usuários das redes sociais *on-line* reproduzem, em suas páginas pessoais, uma infinidade de conteúdos de terceiros, tomando-os como enunciados de si mesmos. Esse tipo de procedimento sinaliza um aspecto marcante da produção de conteúdos na cultura digital: a falta de uma vinculação clara entre texto e contexto.

Antes das possibilidades de reprodução técnica de objetos de mídia, o acesso a eles passava, necessariamente, por um contexto situacional, que também resultava em efeitos sobre o observador/leitor, descritos, por exemplo, pela noção de “aura”, associada ao sentimento de reverência por grandes obras de arte (BENJAMIN, 2000). Com o surgimento da fotografia e da filmagem, os objetos de mídia passaram a circular mais, e tornou-se possível extraí-los do contexto situacional que lhes conferia sua aura, de modo que a força discursiva desses objetos passou a depender do usuário: somente se ele conseguir recuperar, por suas próprias referências, o contexto situacional que garantia aura àquela obra, é que poderá então perceber essa aura.

A digitalização das mídias, porém, levou esse processo ainda além: como explica Miller (2011) diante da rica experiência de mídias da internet, o usuário é encorajado a perceber todos os tipos de mídias e informações como equivalentes, dotados da mesma importância ou relevância em qualquer contexto. No caso dos objetos de mídia aqui tomados como *corpus*, a questão do contexto é extremamente relevante: primeiro, porque os procedimentos de edição, montagem e divulgação de um *mashup* dependem da possibilidade de extrair certos elementos do texto fonte de seu contexto mais imediato; segundo, porque a remontagem desses elementos extraídos em uma peça nova é, de certa forma, uma operação de recontextualização num regime enunciativo específico; terceiro, porque a avaliação crítica dessas montagens e sua força discursiva dependem da percepção, por parte do usuário, das referências às fontes (BUZATO et al., 2013), que por sua vez não estão necessariamente explicitadas nesses objetos, e assim dependem, para serem reconhecidas, da memória discursiva do leitor.

Quanto às dinâmicas efetivas de produção desse tipo de conteúdos, a responsividade das mídias digitais e sua organização em rede são atributos técnicos fundamentais, pois permitem que os objetos de mídia sejam constantemente alterados não só pelo usuário que os criou/publicou, mas por uma infinidade de outros a ele associados (MILLER, 2011). A lógica do banco de dados e o princípio da variabilidade garantem um cenário de reconfigurações sucessivas e inúmeras, o que foi muito visível durante as Jornadas de Junho, em que as mesmas fotomontagens circulavam por diferentes grupos, e reapareciam constantemente em novas versões, com acréscimos e alterações relacionadas

ao encaminhamento dos eventos nas ruas. São essas reconfigurações que dão aos objetos da cultura digital o caráter aberto e processual que tanto interessa a este estudo, focalizado justamente no caráter processual da própria textualidade.

Com efeito, para Miller (2011), o próprio uso do termo “objeto” mostra-se insuficiente para a descrição dos conteúdos digitais e da internet, vistos por ele como processos contínuos. Ele explica que as mídias digitais não possuem forma material específica, ainda que possam ser acessadas através de objetos materiais, e transformadas de modo a assumir formas materiais; nesse sentido, podem ser mais bem compreendidas como processos, do que como objetos em si. Para elucidar seu raciocínio, ele compara as mídias digitais à conversação (*conversation*), dado que esta consiste num processo ou numa experiência social contínua, que pode ter um início, mas não apresenta necessariamente um propósito ou um encerramento ligados claramente a esse momento inicial (MILLER, 2011). Uma experiência de conversação é construída continuamente, e frequentemente marcada por desvios, que alteram seus rumos iniciais, reconduzindo o processo a uma série de rotas imprevistas; do mesmo modo, a representação digitalizada do Brasil como um gigante, por exemplo, começou como propaganda de uísque, mas veio a ser transformada, em diferentes montagens, num ícone para muitos participantes das Jornadas de Junho — e, posteriormente, através de outros *mashups*, em instrumento de crítica aos rumos que tomaram as manifestações. O que subjaz a ambos os exemplos é a visão, fundamental a este trabalho, de que a linguagem, e portanto a textualidade, precisa ser sempre vista em seus processos contínuos, ainda que a partir de instanciações com a forma de produtos “finalizados”.

Ainda nesse sentido, Miller (2011), assim como o faz Castells (2012) por referencia às formas contemporâneas de mobilização política, destaca a metáfora do rizoma, em referência a Deleuze e Guattari (1988), para descrever a maneira como a internet pode se articular, em seus próprios processos, de maneira não hierarquizada. A metáfora remonta a estruturas arbóreas de mesmo nome, que se comportam diferentemente de galhos ou raízes: em vez de crescer através de ramificações que partem de um eixo principal, essas estruturas se expandem horizontalmente (em geral, abaixo da terra), e

qualquer de seus segmentos, se extraído do corpo principal, pode dar origem a uma nova planta, a partir de mecanismos de reprodução assexuada.

Para Miller (2011), entender a internet enquanto rizoma requer compreendê-la à luz de cada um dos seis princípios rizomáticos enunciados por Deleuze e Guattari (1988), conforme busquei sumarizar a seguir.

1. Conexão: num rizoma, todos os pontos são interconectáveis, e as associações podem se estabelecer aleatoriamente. Na internet, a estrutura hipertextual garante a possibilidade de conexões múltiplas e aleatórias, de modo que, partindo de um ponto, pode-se chegar a qualquer outro, via *hyperlinks*;
2. Multiplicidade: o rizoma não pode ser reduzido a um todo, nem à mera soma de partes, mas caracteriza-se por suas múltiplas dimensões, pelas múltiplas linhas de conexão nele traçadas. O mesmo se pode dizer da internet, dado que as possibilidades de conexão são diversificadas, o que sugere multiplicidade, ao mesmo tempo em que cada nó da rede afeta sua totalidade, dado que cortá-lo implica reconfigurar as conexões e trajetórias possíveis;
3. Decalcomania: o rizoma opera pela expansão, pela conquista, pela captura, de modo que cresce não pela reprodução, mas pela transformação contínua, de acordo com o ambiente que o rodeia. Analogamente, a internet e sua expansão através das mídias não se dá pela substituição, mas pela transformação, não só porque a própria internet funciona de maneira processual, mas também porque seu encontro com as mídias analógicas (Miller cita o jornal impresso, por exemplo) tem resultado em transformações significativas para ambos, que se adaptaram sem se fundir;
4. Cartografia: o rizoma não pode ser representado por um único mapa, por uma única trajetória, em que as conexões estão pré-estabelecidas; ao contrário, cada ponto do rizoma pode se tornar a entrada para qualquer trajetória. Do mesmo modo, qualquer ponto da internet constitui uma entrada para a rede, e as trajetórias possíveis não estão pré-estabelecidas, mas estão por fazer, de acordo com a escolha do usuário;

5. Heterogeneidade: o rizoma não é hierárquico, de modo que não possui um centro de importância que organize os demais. A organização aparentemente caótica da internet sugere o mesmo: não há algo como um centro de importância da *web*, ao qual todos os demais estariam hierarquicamente submetidos;
6. Ruptura não significativa: qualquer rompimento no rizoma não o compromete de maneira significativa; pelo contrário, pode gerar o surgimento de novas linhas de expansão. Do mesmo modo, a internet é capaz de suportar todo tipo de rompimento em uma trajetória, sem que isso implique a alteração de suas funções, já que há sempre outras trajetórias possíveis e outros modos de alcançar o mesmo nó da rede.

Aproveitando as reflexões de Miller (2011) a respeito desses princípios, tendo em vista o objeto desta pesquisa, considero que a noção de rizoma é bastante elucidativa também para a compreensão das dinâmicas de participação na produção de conteúdos e informação que caracterizam a cultura digital, assim como para a própria emergência de formas textuais típicas dessa cultura digital, tais como *mashups*, remixes, memes e redublagens. No caso específico deste trabalho, pode-se dizer até mesmo que a produção e publicação digital de conteúdos envolvendo as Jornadas de Junho chegou a assumir articulações rizomáticas: em muitos momentos, tanto os protestos das ruas quanto sua cobertura, divulgação e organização nos *sites* de redes sociais se desenrolaram de maneira não hierárquica, sem que houvesse um centro definido, a partir de causas e princípios que se expandiram transformando-se frente às circunstâncias, em dimensões que eram múltiplas sem que nenhuma abarcasse a totalidade das mobilizações. Da mesma forma, certos elementos simbólicos, retirados dos mesmos textos fonte, apareceram relacionados de forma distinta em diferentes formas transtextuais, transformando continuamente seu sentido particular em relação aos arranjos textuais envolvidos, assim como os sentidos dos textos em que apareceram agregados em diferentes momentos das Jornadas. Essas características das Jornadas de Junho e dos textos a ela vinculados denunciam sua relação com processos mais amplos relacionados não só aos movimentos sociais na contemporaneidade (conforme

será detalhado no capítulo 2), mas também a fenômenos marcantes da cultura digital, como a convergência de mídias e a produsagem, sobre os quais me debruço na seção a seguir.

1.3 Cultura Digital, Convergência e Produsagem: Interfaces

As reflexões de Miller (2011) e Jenkins (2009) acerca do fenômeno que tem sido chamado de convergência de mídias podem suscitar discussões interessantes à compreensão dos eventos das Jornadas de Junho, uma vez que discutem a interação das mídias digitais com as mídias analógicas na contemporaneidade, bem como as dinâmicas de participação que vêm surgindo a partir dessa relação.

Como já dito na introdução, admite-se que a ocupação das ruas em 2013, com seus cartazes e gritos de guerra, foi acompanhada por uma ocupação das redes sociais na internet, com a publicação de textos, fotos, vídeos e arranjos variados entre estes. Sabe-se também que a cobertura que as grandes emissoras, jornais e revistas deram aos protestos foi contraposta aos conteúdos publicados na internet por grupos de mídia alternativa ou pelos próprios manifestantes. Esses elementos implicam que as Jornadas de Junho foram vividas como uma experiência *crossmedia*, algo típico nos fenômenos associados à convergência de mídias (JENKINS, 2009).

Entender a cultura digital como formas de organização, experiência e relacionamento ligadas às tecnologias digitais implica tratar do modo como essas tecnologias permitem que a informação e os objetos culturais sejam cada vez mais experimentados (e consumidos) num atravessamento de diversas formas de mídias, e, conseqüentemente, em uma variedade de aparelhos e interfaces distintas (MILLER, 2011). Para tratar do assunto, Miller (2011) indica como cruciais os estudos de Henry Jenkins (2009), para quem a convergência refere-se

ao fluxo de conteúdos através de múltiplos suportes midiáticos, à cooperação entre múltiplos mercados midiáticos e ao comportamento migratório dos públicos dos meios de comunicação, que vão a quase qualquer parte em busca das experiências de entretenimento que desejam. (JENKINS, 2009, p.29)

Assim, a marca da convergência seriam justamente experiências *crossmedia*, marcadas pela participação crescente do público em formas ativas de consumo dessas experiências, combinada à ampliação de estratégias empresariais que aproveitam as potencialidades dessa dinâmica para maximizar seus lucros.

Jenkins (2009) explica que, com a convergência, as mídias digitais passam a interagir de formas cada vez mais complexas com as antigas mídias, que, ao contrário do que muitos projetaram, não foram extintas. Muitas montagens fotográficas que circulam em *sites* de redes sociais — incluindo boa parte dos casos que serão analisados neste trabalho — tem como fonte os conteúdos veiculados na TV aberta, que, por sua vez, não raro assimila à própria programação aspectos daquilo que observa na *web*. Isso implica que estão disponíveis uma série de canais para a distribuição de conteúdos midiáticos (de qualquer tipo), que se multiplicam e são estendidos a todos os lugares, permanecendo acessíveis por custos baixos, como efetivamente se viu acontecer antes, durante e depois das Jornadas de Junho no Brasil.

Com efeito, as mobilizações assumiram a mesma feição de outros fenômenos da convergência de mídias, amparados pelo fato de que o usuário pode hoje associar, no mesmo aparelho e em tempo real, o consumo de conteúdos midiáticos à interação com outros interessados no assunto, e, para além disso, à criação e publicação de seus próprios conteúdos. Isso caracteriza, para Jenkins (2009), uma nova “cultura da participação”, em oposição a uma visão do consumidor de produtos midiáticos como um espectador passivo. Por isso é que ele aponta que o fenômeno da convergência ocorre “dentro dos cérebros dos consumidores”, que são levados a enxergar o consumo de conteúdos e informações como um processo coletivo marcado pela participação. Isso se evidencia claramente nos *fandoms*⁶, por exemplo, em que

[...] fãs de um popular seriado de televisão podem capturar amostras de diálogos no vídeo, resumir episódios, discutir sobre roteiros, criar *fan fiction* (ficção de fã), gravar suas próprias trilhas sonoras, fazer seus próprios filmes — e distribuir tudo isso ao mundo inteiro pela internet. (JENKINS, 2009, p. 44)

⁶ Do inglês, *fan kingdoms*, “reinos de fãs”, expressão que é usualmente utilizada para designar, de maneira genérica, os aficionados por determinada franquia do mundo do entretenimento.

O principal atributo dessa cultura da participação é justamente o engajamento do “consumidor” com os conteúdos midiáticos, que se intensifica no caso das culturas de fãs, em que a afinidade e a identificação têm papel marcante. Os megaconglomerados de mídia, por sua vez, conscientes desses processos, monitoram essas formas ativas de consumo, em especial no caso das práticas de fãs, de modo a identificar tendências potencialmente lucrativas quanto ao seu público-alvo.

Nesse sentido, Jenkins aponta para a existência de uma “convergência corporativa”, uma convergência “de cima para baixo” [*top-down*], por meio da qual as grandes corporações têm buscado acelerar o fluxo midiático, de modo a ampliar seus lucros com base numa chamada “convergência alternativa”, que ocorre “de baixo para cima” [*bottom-up*]. É por isso que as corporações muitas vezes incorporam as propostas de fãs ao conteúdos oficiais que publicam, promovendo a lógica da chamada “economia afetiva”, cujo consumidor ideal se compromete emocionalmente com o produto, e interage com este de maneira ativa e colaborativa (nas redes de que participa).

A economia afetiva busca fidelizar os consumidores e incentivá-los a consumir coletiva e criativamente, já que, assim, eles não apenas oferecem *feedback* para as empresas produtoras de mídias, como também ampliam a divulgação das marcas possuídas por estas. Uma das maneiras de se alcançar essa fidelização dos consumidores é justamente a venda de franquias que proporcionem uma experiência *crossmedia*⁷ (MILLER, 2011), em que os conglomerados midiáticos propõem que, para viver plenamente determinada marca ou franquia (usualmente associada a um universo ficcional), os consumidores devem agir como verdadeiros caçadores e colecionadores (JENKINS, 2009), experimentando aquela marca de todas maneiras disponíveis, incluindo filmes, livros, jogos, CDs, camisetas, chaveiros, brinquedos de parques de diversões etc. Mais significativo ainda é considerar que essas experiências oferecem ao consumidor a possibilidade de acrescentar a elas seus

⁷ Lemke (2005; 2009) utiliza o termo “franquia transmídia” para descrever, no mundo do entretenimento, o mesmo fenômeno, o que é endossado pelo próprio Jenkins em alguns de seus textos (JENKINS, 2009). Em outros, porém, o autor estabelece diferenças entre os termos transmídia e *crossmedia* (JENKINS, 2011), as quais não detalharei, por não serem objeto deste trabalho, nem apresentarem grandes implicações às discussões aqui propostas.

próprios conteúdos, ou mesmo elaborar a sua própria experiência *crossmedia*, e divulgar tudo isso entre outros interessados.

Ora, as consequências que essa cultura da participação pode ter em diferentes contextos são muitas. Embora todo esse potencial criativo esteja hoje associado, mais fortemente, ao mundo do entretenimento, Jenkins (2009) acredita que a convergência, por transformar nossa relação com as mídias, tem e terá certamente implicações muito amplas, podendo incidir sobre a economia, sobre a participação política e sobre a formação cidadã de maneiras novas e ainda imprevisíveis. Este trabalho corrobora tal reflexão, uma vez que evidencia o caráter *crossmedia* das Jornadas de Junho e o modo como os manifestantes produziram e publicaram conteúdos de baixo para cima (*bottom-up*), a ponto de rivalizarem os grandes noticiários e publicações impressas (*top-down*). Como descreve Almeida (2013, p.88), uma das marcas das Jornadas foi que

Por meio da internet, pessoas aparelhadas com equipamentos eletrônicos dispensaram a representação dos fatos por parte dos telejornais nacionais ou grandes publicações impressas, fazendo a informação da sua forma, configurando uma nova forma de “faça você mesmo”, o “*do it yourself high-tech*”.

Com efeito, as formas buscadas pelos manifestantes para representar e discutir, na internet, os acontecimentos das ruas incluíram não só a publicação de fotos e vídeos produzidos *in loco*, como já mencionado na introdução, mas também a produção de uma gama variada de textos escritos (artigos de opinião, relatos individuais, análises da situação política) e multimodais (incluindo toda sorte de *mashups* e remixes, alguns dos quais se tornaram memes⁸). Além disso, as muitas páginas criadas no *Facebook* e no *Twitter* para tratar das Jornadas evidenciam o modo como muitos de seus usuários efetivamente buscaram participar das mobilizações via internet, lançando mão de outro aspecto típico da cultura digital: a possibilidade de novas formas de relacionamento dos sujeitos com os

⁸ Classifico como meme, neste caso, não uma forma textual específica, com o fazem alguns autores, mas no sentido original do termo, no âmbito da teoria viral da comunicação (DAWKINS, 1989), isto é como um replicador cultural de informação que se propaga como uma unidade “evolutiva” de maneira análoga ao que fazem os genes. Assim sendo, nem todo *mashup* é necessariamente um meme, assim como nem todo meme é necessariamente um texto veiculado pela internet.

produtos midiáticos e com as mídias, das mídias entre si nas práticas dos sujeitos, e dos sujeitos entre si em torno desses conteúdos, no seio dessas práticas (GEE, 2005).

A dinâmica da participação parece ser a tônica dessas novas formas de relacionamento, que, para Bruns (2007; 2008) resultam, muitas vezes, na estruturação espontânea de empreendimentos colaborativos do tipo *user-led* (numa tradução inevitavelmente reducionista, “conduzidos” ou “capitaneados” pelo usuário), como a Wikipédia, o *Flickr*, a blogosfera como um todo, as comunidades de desenvolvimento de *softwares open source* e os *fandoms* em geral. Para Bruns, a existência empreendimentos mantidos por usuários aponta para uma tendência da cultura digital na direção de formas colaborativas de produção, que são incompatíveis com termos como “produtor”, “produto” e “consumidor”, ligados a processos de produção industrial. Por isso, ele cunhou o termo *produsage* (que aqui, como em outros trabalhos, traduzi como “produsagem”), derivado da aglutinação de *production* (“produção”) e *usage* (“uso”, “utilização”, “ato de utilizar algo”). Segundo a mesma lógica, os participantes de processos de produsagem, mais que meros usuários, seriam *producers* (que aqui traduzi por “produsuários”).

A utilização de termos como esses decorre do reconhecimento de que a cadeia de valores que descreve a produção industrial em etapas sucessivas de produção, distribuição e consumo não se aplica (mais) às cadeias de criação e de distribuição de conteúdos em rede na internet. Não se trata de defender que as formas tradicionais de produção e distribuição midiática (o *broadcast* televisivo, por exemplo) estão deixando de existir; trata-se, sim, de reconhecer que, em muitos contextos, os conteúdos e ambientes criados e mantidos por produsuários têm rivalizado com os produtos criados e oferecidos tradicionalmente. A constante expansão da Wikipédia, por exemplo, foi acompanhada pelo recente encerramento das atividades da famosa Enciclopédia Britânica, do mesmo modo que o amplo crescimento do *Youtube* tem feito muitos preferirem o *site* à televisão; analogamente, no caso das Jornadas de Junho, a informação postada em *sites* de redes sociais foi comparada à cobertura da grande mídia, e em muitos casos considerada mais confiável.

Bruns (2007) define a produsagem como uma combinação híbrida de produção e uso, que pode ser caracterizada com base em quatro princípios: o embasamento em

comunidades, a fluidez dos papéis (heterarquia), o trabalho ininterrupto com “artefatos não finalizados”, e a associação entre propriedade comum e mérito individual.

A ideia de produsagem parte do pressuposto de que nenhum núcleo de produtores qualificados pode contribuir tanto para um empreendimento quanto uma comunidade ampla e variada de produzíveis (BRUNS, 2007), o que aproxima o conceito da noção de novo *ethos* de Lankshear e Knobel (2007). Bruns indica que, nessas comunidades de criação, não costuma haver líderes fixos e os papéis, em vez de pré-estabelecidos, são fluidos: cada produzível contribui para o empreendimento em questão de acordo com suas habilidades e seus conhecimentos, alternando funções com os demais no desenrolar do projeto, em relações que Bruns (2007) descreve como “heterárquicas”, por oposição a “hierárquicas”.

Os empreendimentos de produsagem são processuais, de modo que também os artefatos e conteúdos gerados coletivamente nesses projetos estão em constante alteração e são continuamente retrabalhados. Por isso, Bruns (2007) caracteriza a produsagem como um empreendimento de objetos “iterativos” e “palimpsésticos”, em que cada versão dos conteúdos produzidos sofre alterações e acréscimos constantes por parte de outros usuários. Como os resultados desse processo de reformulação contínua não podem ser creditados a um único produzível, sua autoria recai sobre toda a coletividade envolvida, ainda que cada produzível seja reconhecido individualmente por cada uma de suas contribuições específicas (por isso “mérito individual”).

O que defendo, aqui, é que esses princípios podem ajudar a compreender as Jornadas de Junho, se considerarmos que estas emergiram repentinamente, de maneira espontânea, como ocorre com um empreendimento de produsagem: como aponta Leitão (2013), não houve movimento institucionalizado, nem lideranças claras, nem programação prévia que organizasse as manifestações; elas surgiram por si mesmas, se auto-organizaram, e muito fortemente, a partir de microinterações amparadas em tecnologias digitais. Isso aponta para a inexistência de papéis fixos no relacionamento entre os manifestantes: cada manifestante contribuía, ao mesmo tempo, como desejava e como podia, donde resultou a ausência de uma liderança geral para os protestos — fato que figurou entre os mais comentados (e criticados) pela mídia e pelo governo em junho de

2013. O regime de enunciação, no entanto, era claramente político, no sentido de que cada enunciado proferido buscava, de alguma forma, o sentido da transformação da multiplicidade em unidade, por meio de pequenas “traições” entre atores com interesses específicos (LATOUR, 2003), de modo que se permitissem agenciar em um todo coerente. Essa unidade em construção (e disputa), em determinado momento, correspondeu por exemplo à representação das Jornadas como a reunião de “todos os brasileiros lutando por melhorar o país” — ainda que essa versão dos fatos viesse, posteriormente, a ser questionada.

O caráter aberto e iterativo dos acontecimentos nas ruas também merece destaque, dado que os rumos dos eventos, e do seu sentidos, reformulavam-se constantemente. Essa propriedade pode ser observada mais claramente em processos contínuos e coletivos de produção de informação (e notícias) sobre as Jornadas, empreendidos marcadamente na *web* por diversos manifestantes, às vezes em tempo real. Também são bons exemplos os conteúdos multimodais que publicados no *Facebook* antes, durante e depois dos protestos: à época, circularam várias versões de textos e montagens multimodais muito semelhantes entre si, alteradas aqui e ali por diferentes usuários, e por vezes totalmente reformuladas, de acordo com o caminho que tomavam os acontecimentos nas ruas, ou o debate *on-line* a seu respeito. São remixes como esses que figuram no *corpus* desta dissertação, de modo que devem ser compreendidos não como objetos acabados, mas como recortes referentes a momentos específicos de processos iterativos de criação de conteúdos.

Para além disso, conceitos como produsagem e convergência ajudam a compreender os processos sociais mais amplos em que se observa a emergência das mobilizações como as das Jornadas. Se a cultura digital envolve formas mais participativas de relacionamento entre usuários e mídias, é natural pensar que também as dinâmicas de participação política e luta por causas políticas venham a ser marcadas por esses processos. Para o próprio Bruns (2007), por exemplo, a produsagem está no bojo de uma série de mudanças sociais, que têm se dado de maneira casual, mas que implicam, em certo grau, um colapso em certos valores e procedimentos anteriores ao digital. Ele explica que, à medida que as tecnologias digitais se tornam mais e mais acessíveis, integrando-se dos mais

diversos modos às atividades humanas, as antigas dinâmicas de produção, bem como as fronteiras estabelecidas por elas, podem vir a ser derrubadas, como efetivamente tem ocorrido. O termo “produsuário” evidencia as alterações quanto à criação e uso de mídias, mas há outros limites que vêm sendo contestados, como a distinção entre o público e privado, ou os direitos de propriedade intelectual, por exemplo.

Ainda para Bruns (2007), um dos motivos para perceber e estudar esse “colapso casual” está em que dele é que emergirão novas formas de fazer política na contemporaneidade. Nesse sentido, tanto ele quanto Jenkins (2009) ressaltam que práticas em que a participação é um valor tão marcado podem elucidar caminhos interessantes à estruturação de modos mais autênticos e eficientes de participação política e democrática — uma das principais reivindicações levantadas nas Jornadas de Junho. Embora tal realidade pareça muito distante, os estudos das Ciências Sociais e da Ciência Política já apontam para uma reorganização das formas de mobilização coletiva, em movimentos sociais e grupos ativistas por exemplo. Se, neste capítulo, buscamos situar as Jornadas de Junho em relação à cultura digital enquanto esse conjunto mais amplo de fenômenos associados às tecnologias digitais, o foco, a seguir, estará justamente em sua relação com os movimentos sociais contemporâneos e na maneira como a internet e a rua vêm se articulando em novas formas de mobilização e ativismo.

2 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NA CULTURA DIGITAL

2.1 A Política como Regime de Enunciação

A relação entre as Jornadas de Junho e as tecnologias digitais foi levantada e discutida por muitos autores, tal qual sinalizado na introdução: Almeida (2013), por exemplo, salientou as possibilidades de divulgação de informação que a internet propiciou aos eventos; Silva Júnior (2013), em suas reflexões, apontou para a necessidade de especificar melhor como se deu essa relação, de modo a evitar possíveis posturas reducionistas; e Theis (2013), por sua vez, está entre os que questionam a real influência da internet nos protestos, em um país em que o acesso à banda larga está longe de ser universal.

Entre essas reflexões, a de Castañeda (2013) apresenta uma associação produzida por muitos comentaristas da imprensa e da internet no próprio momento das mobilizações: a de que as dinâmicas de organização dos protestos nas ruas tiveram relação direta com os *sites* de redes sociais, tal qual Castells (2012) apontou quanto a grandes levantes populares dos últimos anos, como a Primavera Árabe em 2010 ou o *Occupy Wallstreet* em 2011, ou ainda o Movimento 15M na Espanha, também em 2011. Tal associação é justamente o tema central deste capítulo, que buscará discutir a sugestão de que as Jornadas não foram um evento isolado, mas sim que se ligam a tendências específicas dos movimentos sociais no século XXI, associadas, por sua vez, à difusão das tecnologias digitais em sua relação com o cenário político contemporâneo.

Antes mesmo de aprofundar tal discussão, é preciso ressaltar que não tenciono, com ela, apresentar respostas totalizadoras para as questões aí levantadas, muito menos produzir uma narrativa ou proposta de classificação que dê conta das Jornadas de Junho em toda sua complexidade. Filiado à LA, este trabalho não pretende detalhar com minúcias a reflexão que disciplinas como a Ciência Política ou as Ciências Sociais possibilitariam acerca dos protestos de 2013, nem tampouco abordá-los de uma perspectiva interna à prática dos participantes, o que demandaria uma verdadeira etnografia, que não

corresponde ao modo como foram gerados os dados aqui analisados; diferentemente, o que pretendo, com este capítulo, é tão somente levantar alguns elementos teóricos que possibilitem situar e contextualizar melhor os acontecimentos de junho de 2013, de modo a permitir uma compreensão mais profunda das análises apresentadas nesta dissertação, cujo enfoque é semiótico/discursivo.

Para tanto, tomo como ponto de partida a colocação de Castells (2012) de que as grandes mobilizações populares ocorridas em todo o mundo nos primeiros anos do século XXI (em especial 2010 e 2011) constituíram uma ocupação simultânea das ruas e das redes na internet, que ele descreve como uma nova instância do espaço público. Estendida às Jornadas de Junho pela reflexão de Rodrigues (2013), essa colocação traz uma referência implícita ao conceito de esfera pública de Habermas (2003), e aponta para a noção de espaço público tanto do ponto de vista filosófico, quanto do ponto de vista arquitetônico. No primeiro caso, o espaço público é entendido como a “capacidade dos cidadãos para discutir e criticar o Estado” (ROUSSEAU, 2011), fundamental à consolidação de um debate racional dos assuntos públicos por parte dos diferentes atores a eles associados. Já no segundo caso, o termo parte do ponto de vista daqueles que planejam determinado espaço, e refere-se aos “espaços que todos podem usar” (ROUSSEAU, 2011), por eles designados como abertos, como espaços de circulação de todos e, portanto, espaços de encontro entre cidadãos. Conforme explica Rousseau (2011, s/p), ambas essas compreensões do termo são importantes:

Para discutir razões políticas, precisamos encontrar lugares abertos a todos. Neste sentido, o espaço público “geográfico” é essencial para o bom funcionamento da democracia. Os gregos antigos o tinham, de fato, bem entendido. A ágora, um lugar de encontro e deliberação dos cidadãos, era uma central facilmente acessível. Ele também estava em casa, não só nas instituições políticas, como também em um mercado. A ágora era o centro da cidade.

Na contemporaneidade, muitos têm observado e discutido fenômenos de progressivo “fechamento” e consumerização dos espaços públicos físicos das grandes cidades, que têm sido transformados em espaços de trânsito, mas não de permanência (FLUSTY, 1997) ou de debate; paralelamente, outros, como Castells (2012) e segmentos da própria mídia, tendem a pensar as redes sociais na internet como esse novo ponto de

encontro e discussão racional de proposições políticas. Nesse sentido, propõem que, além de ter quem os represente politicamente nas instituições (os candidatos eleitos), a população estaria vivendo hoje uma ampliação do espaço público através das redes sociais *on-line*, em que questões de interesse geral podem, em tese, ser discutidas de maneira mais direta e livre.

De fato, ocorreu que as Jornadas de Junho foram marcadas fortemente pelo sentimento de que o sistema institucional de representação política falhou (SOARES, 2013), o que se manifestou numa forte tendência antipartidarista, expressão da crise de legitimidade que os políticos eleitos vivem aos olhos da população brasileira, por sua vez insatisfeita frente ao descumprimento de promessas e ao descaso com as políticas públicas (COELHO, 2013). Nesse sentido, os espaços de deliberação entre parlamentares, uma vez que deixam de ser representativos, afastam-se da noção de espaço público, e na ausência deste, a população parece, sim, ter buscado recriá-lo através das manifestações (na rua e na internet). Contudo, antes de dizer que os protestos ou os *sites* de redes sociais em si são mais políticos ou mais representativos desse espaço público, é preciso definir em que consiste a política do ponto de vista da presente dissertação. Para tanto, recorreremos à mesma ótica que nos orienta quanto a outras definições teóricas importante, que serão apresentadas nos capítulos 3 e 4: o pensamento do filósofo material Bruno Latour.

Para Latour (2003), o teor político de um enunciado não se define por seu tema, por quem o profere, nem mesmo pelo espaço (público ou privado) em que esse enunciado é proferido, mas por uma certa “maneira de dizer” que pode se manifestar em qualquer espaço, e pode ser utilizada por quaisquer atores. A política deve ser entendida, assim, como um regime de enunciação, um regime de fala, um modo de se engajar discursivamente, que por sua vez define certos objetivos, intenções e características quanto ao que se diz. No regime de enunciação da ciência, por exemplo, busca-se produzir fatos pela circulação de referências, que são apresentadas como a “voz da natureza”; na enunciação política, por sua vez, o objetivo dos enunciados é construir o contexto mesmo do qual e para o qual se fala, é consolidar o grupo para quem aqueles enunciados são relevantes, e assim produzir uma transição de muitos interesses, vozes, identidades e competências para um/uma, que as representa. Assim, Latour (2003) define a política não

em relação ao espaço público, ou ao espaço institucional em que as deliberações e debates devem ocorrer, nem ainda em relação aos próprios políticos eleitos: a política é, para além de tudo isso, o regime de enunciação em que se produz a ideia de uma coletividade a quem seus enunciados são significativos, e que portanto produz a própria noção de espaço público.

Para tal concepção, a ideia tradicional de representação política na democracia é apenas uma das maneiras de se construir essa coletividade: nos períodos de campanha eleitoral (em especial), os políticos buscam constantemente convencer ao eleitor de sua inserção nos grupos por eles representados, firmando, por exemplo, compromissos de interesse da população. Contudo, Latour (2003) explica que, uma vez que cada representante fala por muitos interesses heterogêneos entre si, o processo de tradução dos mesmos em apenas um representante sempre envolverá desvios e traições, isto é, transformações nas identidades e nos sentidos de quem diz e do que é dito. À época das Jornadas, a percepção de que tais desvios haviam se tornado tão bruscos e evidentes que o sentido da representação se perdera para a maior parte dos atores (populares) representados parece ter sido um dos motivos que levou a população às ruas e às redes: com a patente incapacidade dos políticos profissionais em traduzirem os múltiplos interesses que supostamente representariam em um curso unificado de ação/representação, os vínculos rompidos entre representantes e representados, os interesses ditos “de todos” e os interesses de diferentes atores específicos provocam uma ebulição, uma reconversão do uno em múltiplo, do coletivo na dispersão de muitas individualidades. Sem encontrar uma representação unificante que os constituísse enquanto coletividade, esses interesses buscaram, de maneira múltipla e conflituosa, recriar o público à sua maneira, e, de certa forma, reestabelecer o político (PARRA, 2013), nas ruas ou na internet. Os textos analisados neste trabalho, assim como o modo de análise que empregamos para tanto, como se verá, buscam materializar justamente os percalços dessa intenção “desreunificadora”, evidenciando tentativas claras de articulação e suas respectivas críticas e respostas.

Sob essa ótica é que se pode dizer que as Jornadas de Junho se pautaram pela indefinição, mas não pela indiferença: nenhuma proposta de representação unificadora, nenhuma causa única, reivindicação comum, mesmo que apelando a símbolos nacionais e

narrativas fundadoras do Brasil como nação, conseguiu unir continuamente seus participantes sob o mesmo senso de coletividade, rumo a algum tipo de estabilidade e/ou unificação. É muito significativo, nesse sentido, que a dissolução dos movimentos tenha ocorrido quando se multiplicaram as expressões da diferença entre os manifestantes, ressaltadas pela mídia e pelos políticos eleitos em muitos gestos de repúdio aos atos de vandalismo, atribuídos a grupos específicos inseridos nas mobilizações. Os atos de depredação material por parte de manifestantes que se agregavam às manifestações independentemente da palavra de ordem específica daquele evento podem ser vistos, digase de passagem, como evidência clara de que os interesses dos que saíram às ruas eram múltiplos, afastando as possibilidades de consolidação dos protestos como expressões de uma mesma coletividade.

Justamente por essa multiplicidade é que evitei interpretações classificatórias acerca das Jornadas: mais do que descrevê-las como ativismo, *slacktivism* ou expressões de redes movimentos sociais, busquei compreender, à luz de todas essas noções, o modo como processos semióticos e processos técnicos podem evidenciar o dinamismo envolvido nesses eventos, ao menos em parte do seu curso.

Mais especificamente, o foco deste trabalho foi analisar como essa associação se promoveu nos textos coletados para o *corpus*; assim, os atores selecionados para analisar esses fenômenos foram prioritariamente os textos publicados no *Facebook* durante as Jornadas, de modo que minhas análises serão, fundamentalmente, semióticas. Não custa esclarecer mais uma vez que, por tudo isso, meu propósito não é o de explicar o que foram as Jornadas de Junho a partir dos textos, mas, ao contrário, entender como texto e contexto construíram-se mutuamente nas Jornadas, vistas como o político enquanto regime de enunciação. É tão-somente para a construção desse contexto que apresentarei, neste capítulo, algumas noções básicas do estudo dos movimentos sociais, e, em especial, as reflexões dos que relacionam as tecnologias digitais a novas formas de fazer política.

2.2 Movimentos Sociais, Ativismo e Redes de Movimentos

As Jornadas de Junho podem ser consideradas uma expressão de movimentos sociais? Seriam elas exemplos de ativismo? Se o que ocorreu nas ruas foram claramente protestos, e portanto ações coletivas, o mesmo se pode dizer dos acontecimentos ocorridos paralelamente, nos *sites* de redes sociais? Para discutir essas questões, cabe refletir brevemente sobre alguns dos termos e conceitos empregados aqui, partindo primeiramente da noção de “movimentos sociais”.

O conceito de movimentos sociais, considerado central para muitos estudos em Sociologia, originou-se no século XX, em referência às organizações sindicais de trabalhadores; contudo, sua utilização vem sendo expandida progressivamente, de modo a contemplar, hoje, todas as formas de associação da sociedade civil. Diante dessa expansão indiscriminada, autores como Merlucci (1999) chegam até a propor que o termo seja substituído por variações mais genéricas, como “ação coletiva”. Merlucci (1999) justifica essa proposição elucidando ainda que o conceito de “movimentos sociais” surgiu, primeiramente, nas próprias lutas sociais, para só depois ser empregado por pesquisadores que passaram a estudá-lo — donde resulta, muitas vezes, que o termo seja utilizado de maneiras pouco objetivas, carregadas com as expectativas otimistas de estudiosos engajados. Nesse sentido, Merlucci (1999) defende que tanto “movimentos sociais” quanto “ação coletiva” sejam entendidos enquanto categorias analíticas, e não como fenômenos empíricos.

A proposição de Merlucci (1999) é confirmada pelo trabalho de Scherrer-Warren (2006), para quem a noção de movimentos sociais corresponde às diferentes formas de organização da sociedade civil, estabelecidas ao redor de interesses públicos sob a perspectiva da cidadania, o que as distingue, por exemplo, dos fenômenos de mercado e de Estado, caracterizados pela lógica da regulação e do exercício de poder. A autora explica que

A sociedade civil é a representação, de vários níveis, de como os interesses e os valores da cidadania se organizam em cada sociedade para encaminhamento de

suas ações em prol de políticas sociais e públicas, protestos sociais, manifestações simbólicas e pressões políticas. (SCHERER-WARREN, 2006, p.2)

Ainda para Scherer-Warren (2006), essas formas de organização se estruturam, no Brasil, em três níveis: o associativismo local, as formas de articulação interorganizacionais e as mobilizações na esfera pública. Por associativismo local entendem-se movimentos comunitários envolvidos com causas sociais ou culturais ligadas ao cotidiano de seus membros; por exemplo, algumas ONGs, expressões locais do Movimento dos Sem-Terra e até tribos urbanas com proposta política marcada (grupos neoanarquistas, por exemplo). Os coletivos que estabelecem mediação entre essas diferentes associações civis e destas com o Estado constituem as chamadas formas de articulação interorganizacionais, como os fóruns da sociedade civil, as associações nacionais de ONGs ou a organização nacional do MST, por exemplo. É a partir desses grupos que se negociam e se estabelecem, de maneira institucionalizada, parcerias entre a sociedade civil e o Estado. Esses dois níveis de organização da sociedade civil apresentam regularidades de funcionamento e são, de alguma maneira, institucionalizados, seja através de registros legais, seja através de normas de conduta que disciplinam o cotidiano do movimento, e determinam suas possibilidades de filiação. Contudo, o mesmo não se pode dizer do terceiro nível, correspondente às manifestações na esfera pública, que, para Scherrer-Warren (2006, p. 4)

são fruto da articulação de atores dos movimentos sociais localizados, das ONGs, dos fóruns e redes de redes, mas buscam transcendê-los por meio de grandes manifestações na praça pública, incluindo a participação de simpatizantes, com a finalidade de produzir visibilidade através da mídia e efeitos simbólicos para os próprios manifestantes (no sentido político-pedagógico) e para a sociedade em geral, como uma forma de pressão política das mais expressivas no espaço público contemporâneo.

O desdobramento da noção de movimentos sociais em diversas instâncias de atuação não é exclusivo de Scherer-Warren (2006): o trabalho de Touraine (2003), por exemplo, sugere evitar o uso do termo “movimento social” para descrever todo tipo de ação coletiva, grupo de interesse ou instrumento de pressão. Ele explica que a concepção de movimentos sociais inclui, na realidade, três tipos de movimentos, os movimentos societais

(suscitados pela existência de um conflito e consequente projeção de um adversário), culturais (ações focalizadas na afirmação de direitos culturais e baseadas na noção de pertencimento) e históricos (caracterizados pela oposição a uma elite, e pela apelação ao povo, contra o Estado). Entretanto, além dessas classificações restritivas, que não são interesse desta pesquisa, Touraine (1998) propõe também refletir sobre os movimentos sociais a partir da noção de “chamamento ao sujeito”, que, para estudos posteriores, permite abrir as possibilidades de análise dos fenômenos coletivos (GOSS; PRUDÊNCIO, 2010).

A noção de “chamamento ao sujeito” consiste, para Touraine (1998), numa concepção que propõe olhar os movimentos sociais como formas de resistência, em defesa de direitos individuais, o que se observa claramente nos chamados “novos movimentos sociais”, articulados nas últimas décadas do século XX, como o feminismo, o movimento negro e o movimento LGBT. Até então, a noção de movimento social reduzia-se à identidade de uma classe trabalhadora, articulada aos sindicatos; contudo, com o surgimento e a consolidação dos novos movimentos sociais, disseminaram-se ações coletivas suscitadas não pelo sentimento de pertencimento e igualdade de classe social, mas pela lógica da identificação entre indivíduos que, embora diferentes em muitos aspectos, enfrentam um mesmo problema enquanto sujeitos. Essa perspectiva relaciona-se às discussões de Latour (2003) acerca do regime de enunciação da política: neste, busca-se constantemente constituir o público, constituir uma coletividade a partir da identificação, do mesmo modo que, para Touraine (1998), a organização de lutas sociais por direitos individuais surge como um chamamento a sujeitos que se identificam por compartilhar um mesmo problema.

O mesmo tipo de reflexão é levantado por Jordan (2002), para definir o termo “ativismo”. Para ele, o ativismo corresponde justamente a fenômenos coletivos articulados por princípios compartilhados de transgressão e solidariedade. Por transgressão, entende-se a busca por mudar o *status quo*, a partir do confronto com o modo como normas, crenças desigualdades e opressões sociais são reproduzidas (JORDAN, 2002). Já a solidariedade refere-se à experiência de identidade compartilhada, no sentido de que os participantes de uma ação coletiva reconhecem uns nos outros o mesmo sentimento (raiva, desejo, angústia) em relação às mudanças que propõem. Para Jordan (2002), transgressão e solidariedade

produzem formas diversas de ativismo, mais ou menos comprometidas com a manutenção das instituições vigentes e de sua dinâmica de funcionamento.

Embora todas essas concepções possam ser relacionadas aos acontecimentos de junho de 2013, não é minha intenção discutir os pormenores acerca de cada um dos termos que se poderiam utilizar para descrever as Jornadas. Assim, não pretendo aqui definir as manifestações, enquanto ação coletiva, como mobilizações da esfera pública, segundo Scherer-Warren (2006), ou enquadrá-las em algum dos movimentos descritos por Touraine (2003), ou ainda classificá-las como ativismo segundo Jordan (2002). Mais que isso, penso que cabe refletir sobre o modo como cada dessas concepções lança luz à compreensão das Jornadas enquanto acontecimento político, segundo a compreensão de Latour (2003): nos dias dos protestos, por exemplo, a conclamação “vem pra rua” foi muito difundida, consolidando um verdadeiro chamamento à população, para que lutasse por problemas supostamente compartilhados por todos, de modo a garantir direitos individuais negligenciados pelos governos.

O sentimento de transgressão em busca das reivindicações levantadas e o sentimento de solidariedade construído através do uso de símbolos nacionais também foram marcas das manifestações, o que repercutiu na publicação de *mashups* em *sites* de redes sociais, por exemplo, as quais foram apontadas como componentes centrais à articulação contemporânea de movimentos e ações coletivas em rede. Assim, é sobre as particularidades da relação entre as tecnologias digitais e ação coletiva que me debruço na seção a seguir.

2.3 Ação (Política) Coletiva e Tecnologias Digitais

Como já mencionado, o trabalho de Castells (2012) tem sido referência para a alegação a internet teve papel central em uma série de levantes populares de variadas proporções, no mundo todo. Para Castells (2012), isso ocorreu porque a internet possibilita a diferentes grupos e sujeitos comunicar e compartilhar emoções que misturam a raiva (*outrage*) e a esperança (*hope*) em relação a problemas sociais específicos. De alguma forma relacionados ao que Jordan (2002) definiu como transgressão e solidariedade, esses

sentimentos de raiva e a esperança, bem como seu compartilhamento, são descritos por Castells (2012) como fundamentais para que se passe da emoção coletiva para a ação coletiva, uma vez que permitem a criação de um senso de identificação entre aqueles que se sentem tocados pela mesma indignação frente a determinada questão social.

Nessa perspectiva, manifestações de rua como as da Primavera Árabe, o *Occupy Wallstreet*, e outras em 2011 teriam sido suscitadas pela internet e fortalecidas por esta, porque motivadas pela circulação de mensagens políticas de diferentes grupos e movimentos sociais. A internet seria para estes um “espaço de autonomia” (CASTELLS, 2012), operando não apenas como ferramenta decisiva para a mobilização, organização, deliberação, coordenação e decisão em movimentos sociais, mas, efetivamente, como veículo de conscientização política, o que ajudaria a engrossar as fileiras de diferentes formas de ação coletiva. Isso porque, para Castells (2012, p.237), “quanto mais o movimento consegue transmitir sua mensagem pelas redes de comunicação, mais aumenta a conscientização dos cidadãos, e mais a esfera pública da comunicação se torna um terreno em disputa”.

Apesar de muito difundida, a visão de Castells (2012) recebeu muitas críticas que a consideraram determinista. Para Fuchs (2012), por exemplo, é admissível que a internet possibilitou, em 2011, compartilhar a experiência das ruas, e que as redes sociais digitais tiveram papel importante na convocação e organização dos manifestantes, mas isso não seria suficiente para traçar uma relação direta entre divulgação de informação e a formação de consciência política. Na realidade, com base no conceito de modo de enunciação (LATOUR, 2003), o que Castells (2012) propõe como político estaria mais próximo do que é descrito como “científico”, uma vez que privilegia a circulação de referências entre grupos tomados como constituídos *a priori*. Além disso, ao sugerir essa relação, Castells (2012) parece desconsiderar o fato de que as mensagens políticas que circulam em redes sociais não têm sentido homogêneo (como bem enfatizam justamente os *mashups*), e que “conscientização” política não corresponde, unicamente, à decodificação dessas mensagens e sua republicação, mas justamente à sua retradução, do uno ao múltiplo, e vice-versa (LATOUR, 2003).

No extremo oposto à perspectiva de Castells (2012) figura, por exemplo, o trabalho de Gladwell (2010), para quem a ação política mantida nas redes sociais digitais só funciona efetivamente em situações de baixo risco, sem a exigência de real comprometimento ou sacrifício. Esse tipo de reflexão é afeita a expressões como “ativismo de sofá”, ou, no inglês, *slacktivism* (*slack*: do inglês, preguiçoso), usadas em referência a práticas de compartilhamento de informações ou doações *on-line* em nome de causas sociais. Para Gladwell (2010), esse tipo de atividade não implica ganhos reais às mobilizações políticas, uma vez que não tem efeitos concretos, e parece funcionar não como estímulo à participação em protestos de rua, como se viu em 2011 e nas Jornadas de Junho, mas como alternativa a formas de atuação ditas mais “concretas”.

Refletindo sobre esses termos, o trabalho de Butler (2011), indica que seu uso evidencia uma visão dicotômica acerca do ativismo, baseada numa comparação das práticas de ativismo *off-line* e *on-line* que pode ser organizada em três eixos de oposição, quais sejam:

- dificuldade/facilidade: o ativismo face a face, em relação ao *on-line*, é tomado como aquele que implica maiores esforços e, portanto, alcança melhores resultados;
- alto risco/baixo risco: assume-se que o “verdadeiro ativismo” implica exposição a situações de violência e risco de morte, que exigem laços fortes — algo que o ativismo *on-line* seria incapaz de alcançar;
- apoio/sabotagem: o ativismo *on-line* é visto como prejudicial aos objetivos de longo prazo mantidos por movimentos sociais, no sentido de que afasta indivíduos com efetivo potencial de engajamento da realização de ações concretas, já que lhes oferece alternativas mais simples de participação e comprometimento.

Para Butler (2011), posturas dicotômicas como essa têm como base a maneira dramatizada e emocional como a mídia e a cultura ocidental construíram, nas últimas décadas, as representações de protestos e manifestações políticas, bem como a visão de que contribuir com uma ação coletiva apenas com conhecimentos e informações (sem

envolvimento direto do corpo) não caracterizaria envolvimento efetivo, e, portanto, não consistiria em participação política de fato.

O que defendo, neste trabalho, é uma compreensão menos afeita a radicalismos definidores dos fenômenos ligados ao ativismo na internet, e mais interessada na variedade e heterogeneidade de práticas que o termo contempla, as quais buscamos sumarizar no Quadro 1.

Quadro 1 - Principais formas de atuação associadas à ação coletiva na internet

Forma de ativismo	Descrição	Referências	Exemplos
Ativismo <i>hacker</i> (hacktivismo)	Articulação de grupos de <i>hackers</i> via internet para execução de medidas de protesto, derrubando <i>sites</i> do ar, e coletando informações confidenciais para depois divulgá-las, muitas vezes como mecanismo de pressão social.	JORDAN, 2002 MACHADO, 2007	Invasão do perfil da revista Veja no <i>Twitter</i> pelo grupo <i>Anonymous</i> , durante as Jornadas de Junho de 2013
<i>Culture Jamming</i> (ou “terrorismo semiótico”)	Produção e publicação de montagens que modificam textos publicitários de maneira a contestar, pelo choque, sua intenção primária	JORDAN, 2002 ASSIS, 2006	Montagens do grupo <i>Adbusters</i> trocando as estrelas da bandeira dos Estados Unidos pelos logotipos de grandes corporações
Campanhas de conscientização <i>on-line</i>	Compartilhamento de informações relacionadas a causas sociais e pedidos de doação.	ROTNAM et.al, 2011	Pedidos de doação via SMS em auxílio às vítimas do terremoto no Haiti em 2010; campanhas para se trocar a foto do perfil por um <i>cartoon</i> em demonstração de repúdio ao abuso infantil
Jornalismo alternativo e/ou “guerra da informação”	Produção e compartilhamento de informações e notícias via internet, de maneira paralela à cobertura realizada por veículos de mídia tradicional, e muitas vezes de modo colaborativo	MACHADO, 2007 MALINI; ANTOUN, 2013; JENKINS, 2009	Divulgação de notícias e informações por <i>blogs</i> ; cobertura coletiva dos protestos 15M na Espanha, organizada através de <i>hashtags</i> (#) que agregavam informações postadas por fontes variadas.

Continuação do Quadro 1

Forma de ativismo	Descrição	Referências	Exemplos
Dinâmicas de organização de “coletivos em rede” (ou “redes de movimentos sociais”)	Utilização da internet como ferramenta de articulação entre diferentes instâncias dos movimentos sociais, de modo a disseminar informações, buscar apoio e estabelecer estratégias de ação conjunta	GOSS; PRUDÊNCIO, 2010; SCHEREN-WARREN, 2006; MACHADO, 2007	Articulação de diversas entidades sociais ao movimento Zapatista, no México, através da internet

Mais que esmiuçar cada um dos exemplos indicados pelo Quadro 1, o propósito deste trabalho é refletir sobre a impossibilidade de fazer generalizações acerca das atividades que caracterizam a relação entre a internet e o cenário contemporâneo dos movimentos sociais. A multiplicidade de possibilidades de ação levantadas sinaliza que essa relação é complexa, de modo que a produção e compartilhamento de conteúdos e informações, por exemplo, não pode ser reduzida imediatamente a “ativismo de sofá”. Primeiro, porque, como evidenciam os *mashups* analisados neste trabalho, produzir e republicar informações vai além de um simples clique, e envolve dispêndio de tempo e mobilização de competências técnicas e semióticas variadas; segundo, porque esse tipo de atividade pode ser mais que um gesto simbólico de apoio à determinada causa, filiando-se, por exemplo, à cobertura coletiva de grandes protestos de rua, ou a ações organizadas de terrorismo semiótico, ou ainda à estruturação de formas de atuação de coletivos em rede.

Em contrapartida, também não se pode dizer que a ocorrência de atividades como essas é que gera a multiplicidade de protestos de rua que temos visto ocorrer desde 2011, como quer Castells (2012), já que muitas vezes o que ocorre é o oposto, quando os movimentos das ruas é que vêm a suscitar uma resposta nas redes. Desse modo, antes de abordar parte dos textos que compõem o *corpus* deste trabalho, e sua relação com as Jornadas de Junho, é preciso situá-los em relação ao quadro mais amplo das formas de ação coletiva associadas à internet. Esses textos também têm caráter múltiplo, uma vez que ora se filiaram à cobertura coletiva dos acontecimentos das ruas, ora à busca por angariar mais participantes, através da articulação e do chamado a diferentes grupos sociais. O que isso

evidencia é que essas diferentes formas de atuação não são necessariamente excludentes, e podem estar ligadas a diferentes dinâmicas de engajamento e participação na constituição do político.

À luz dos trabalhos de Scherer-Warren (2006) e de Goss e Prudêncio (2010), por exemplo, a publicação desses *mashups* poderia ser situada no fenômeno mais amplo da articulação de coletivos em rede. Na concepção desses autores,

O padrão organizacional da ação coletiva contemporânea é a rede de movimentos, uma rede de grupos compartilhando uma cultura de movimento e uma identidade coletiva. Como os atores coletivos são temporários, essas redes fazem e desfazem seus nós, tornando problemática a definição de movimentos sociais como sistemas fechados. Em outros termos, o campo de ação permanece, mas não seus atores. (GOSS; PRUDÊNCIO, 2010).

Goss e Prudêncio (2010) explicam ainda que os “coletivos em rede” funcionam ou pela articulação entre diversos atores próximos conectados localmente, ou à distância através da internet, que possibilita aos grupos organizados difundir informações, buscar apoio e estruturar ações conjuntas. A participação nesses grupos em geral se caracteriza pela associação múltipla (um mesmo indivíduo acaba participando de vários coletivos), e por formas efêmeras de militância, o que não impede o surgimento, a partir deles, de novas maneiras de ler e representar a realidade social que querem transformar.

No mesmo sentido, Scherer-Warren (2006) descreve a noção de “redes de movimentos” como um processo articulatório, que conecta diversos grupos e sujeitos de modo a gerar visibilidade na esfera pública, e alcançar conquistas em nome de um sujeito identitário que não é visto como único, mas contemplado como plural. A partir daí, é possível relacionar com mais clareza essa noção às Jornadas de Junho, não só pela pluralidade dos sujeitos envolvidos, como pela disputa que se travou em torno dos objetivos e métodos desse sujeito social “em rede”, que incluiu desde meros simpatizantes da luta política, com histórico raso em termos de participação política e militância, até grupos já organizados com agendas próprias (como o Movimento Passe Livre, os partidos políticos e aqueles que se identificavam com a proposta *black bloc*).

A relação entre essas articulações e as tecnologias digitais está em que oferecem as possibilidades de comunicação e interação entre esses diferentes atores e

coletivos a um baixo custo, facilitando a rápida emergência de alianças e a organização simultânea de mobilizações na esfera pública. Para Machado (2007), esse “minimalismo organizacional-material” incentiva também a filiação individual a esses grupos, uma vez que favorece o estabelecimento de vínculos ao redor de objetivos comuns. Machado (2007, p.274) aponta ainda que justamente por isso as redes de movimentos têm existência dinâmica, e assim

[...] podem formar-se, alcançar certos objetivos, causar impacto e repercussão, expandir-se por razão de um fato político e, da mesma forma, podem rapidamente se desmanchar ou desaparecer, conforme a situação (passado o fato, com o objetivo alcançado ou o fracasso).

Essa descrição também aparece nos trabalhos de alguns pesquisadores das tecnologias digitais, que podem ajudar a detalhar melhor os acontecimentos das Jornadas, como Haythornthwaite (2012) e o próprio Bruns (2012). Ampliando para a política suas reflexões acerca da produsagem, Bruns (2012) discute, por exemplo, alguns fenômenos contemporâneos de rápida consolidação de interações entre usuários da internet diante do que ele chama de “eventos agudos”, por referência a acontecimentos pontuais, como desastres naturais ou os desdobramentos de crises políticas e econômicas. Ele explica que alguns desses acontecimentos têm despertado, recentemente, um alto nível de engajamento de diferentes indivíduos em empreendimentos *ad-hoc*, criados rapidamente na internet com o objetivo de ajudar a oferecer respostas ágeis à situação.

Bruns (2012) cita como exemplo a ajuda que a população australiana ofereceu, através da *web*, aos afetados pelas inundações que assolaram o estado de Queensland na virada de 2010 para 2011, ou às diversas manifestações de apoio que os simpatizantes do *Wikileaks* ofereceram aos responsáveis pelo *site* quando este se viu no centro de uma controvérsia global, por vaziar informações secretas de diversos governos. As dinâmicas para o surgimento desses empreendimentos políticos *ad hoc* incluem, para o autor, a existência de poucos obstáculos à participação (que tem baixo custo, e pode ocorrer em qualquer hora e lugar, de acordo com a disponibilidade de conexão à internet), sua possibilidade de distribuição através de diversas plataformas, e a existência de um sentimento de comunidade, de pertencimento, suscitado pelo fato de os envolvidos se

sentirem unidos ao redor de objetivos similares. Já a partir do conceito de regime de enunciação (LATOIR 2003), podemos dizer que o teor político dessas práticas e enunciados está, em verdade, em que eles constroem esse sentimento, viabilizam essa transição do múltiplo em uno.

Os mesmos argumentos também poderiam ser aplicados às Jornadas de Junho, que compartilha com os exemplos de Bruns (2012) as formas de atuação dos envolvidos, incluindo-se aí a cobertura coletiva dos acontecimentos focalizados através da internet (organizada, por exemplo, através de *hashtags* e grupos criados especificamente para isso), e a organização, através da *web*, de ações diretas de mobilização, entre aqueles que não se conhecem *off-line*, ou estão geograficamente muito distantes, mas que compartilham o mesmo senso de identificação com os objetivos propostos.

Bruns (2012) explica, ainda, que esse tipo de organização *ad hoc* tende a se desfazer rapidamente, tão logo os impactos dos eventos focalizados sejam amenizados, seja pela resolução dos problemas envolvidos, seja pela simples passagem do tempo. A mesma observação é feita por Haythornthwaite (2012), que discute, de maneira mais aprofundada, as diferenças entre grupos de atuação política mais duradoura (comunidades) e formas efêmeras de organização da ação coletiva na internet, surgidas em momentos pontuais de ebulição (multidões). Para ela, uma “comunidade” se caracteriza por um conjunto mais restrito de contribuintes, com maior grau de comprometimento em relação aos objetivos do grupo — o que poderia ser associado, a meu ver, a movimentos sociais organizados em coletivos, de existência mais estável. Em contrapartida, as associações que ela chama de “multidões” têm dificuldades de estabilização, uma vez que envolvem um número maior de indivíduos, unidos de modo mais leve (em *lightweight forms of organizing*, no original), sem exigência de comprometimento fixo, o que permitiria uma multiplicidade de contribuições, até mesmo anônimas, motivadas unicamente pela existência de objetivos comuns.

Novamente, a noção de política como regime de enunciação ilumina a compreensão de ambas as formas de movimentos mencionadas, e de sua relação com os textos analisados neste trabalho: uma multidão, por exemplo, é um conjunto de atores juntos do ponto de vista geográfico, mas não necessariamente um coletivo, do ponto de

vista da representação e vinculação de seus interesses. Dar “liga” à multidão para transformá-la em um “público” seria o mesmo que estabilizar esses vínculos a partir de um determinado regime de enunciação, e representá-los de forma unificada, apesar da sua evidente multiplicidade e heterogeneidade. No contexto das Jornadas de Junho, não faltaram tentativas nesse sentido, empreendidas por políticos profissionais, partidos e mesmo pelo governo federal.

Contudo, à luz dessas reflexões, fica claro que as manifestações de 2013 podem ser entendidas como um conjunto de eventos agudos que despertaram respostas por parte da população brasileira, sob diferentes formas de organização, na rua e na internet, do que como um tipo particular de mobilização política. Reuniram-se nas Jornadas, em uma rede de movimentos, tanto grupos de militância engajamento pesado (*heavyweight*), quanto multidões engajadas de maneira temporária (*lightweight*), diante do objetivo de protestar contra a péssima qualidade dos serviços públicos brasileiros e contra a crise de legitimidade da democracia. Ambas as formas de organização estiveram misturadas ao longo dos protestos, e por vezes colidiram, chegando até a se enfrentarem: enquanto uns descreviam as manifestações com o lema “o gigante acordou”, outros, há muito comprometidos com a luta social, afirmavam que os movimentos sociais nunca tinham dormido. Assim, o cenário era de disputa, e os mecanismos de luta empreendidos durante as Jornadas não encontraram estabilizações, sem chegar a se consolidar como um coletivo ou movimento social específico — daí a dificuldade de se definir a preponderância ou não da internet nos eventos em questão.

O que se pode afirmar, com certeza, é que os textos do *corpus* desta dissertação foram produtos e produtores dessa dinâmica, em meio a muitas tentativas conflitantes de estabilização, em que os diferentes envolvidos buscaram alinhar os demais atores coletivos a seus interesses, numa tentativa de definir o sujeito plural que estava agindo nos protestos. Típica do regime de enunciação da política descrito por Latour (2003), essa postura materializou-se nos *mashups* analisados neste trabalho, organizados eles próprios como redes semióticas de textos com fontes diversas, na tentativa de produzir uma representação das Jornadas de Junho que contemplasse as diferentes faces dos que a compuseram, articulando-as de acordo com os interesses de cada montador nessa disputa.

Trata-se, assim, de textos por si mesmos instáveis, porque originados através da montagem de fragmentos de outros textos, de modo que não se pretendem unos, autorais, canônicos ou genéricos, mas reconhecem-se como *assemblages*, que, uma vez passada a situação imediata em que foram montados, são facilmente decompostos, e remontados posteriormente em outros processos de desreestabilização. Essas características espelham, como abordarei adiante, alguns elementos característicos de textos que, historicamente, foram vinculados a dinâmicas de militância e ação coletiva, e parecem guardar relação com o próprio regime de enunciação da política.

2.4 O Ativismo em Textos: um brevíssimo histórico

Conforme destaca Assis (2006), um dos primeiros momentos de destaque para o uso de textos em múltiplas mídias com o objetivo de crítica social no século XX se deu com a Internacional Situacionista, movimento de cunho artístico e inspiração surrealista fundado em 1957 na Itália, em que se propunha usar o *détournement* como instrumento de conscientização popular.

Segundo Grésillon e Maingueneau (1984, p. 114), o *détournement* (do francês, “desvio”, “reencaminhamento”, “malversação”) “consiste em produzir um enunciado que possui as marcas linguísticas de uma enunciação proverbial, mas que não pertence ao estoque dos provérbios reconhecidos”⁹. No Situacionismo, a ideia era usar o *détournement* contra a programação da rotina, em nome da espontaneidade e da criatividade, a partir de “pequenos atos de sabotagem” do próprio cotidiano, que, pelo choque, promovessem a reflexão — inserir textos marxistas nos balões de histórias em quadrinhos, por exemplo (ASSIS, 2006).

Na década de 1960, movimentos de contestação como esse, juntamente à contracultura, passaram a encontrar dificuldade crescente para sua divulgação, e tiveram que buscar técnicas alternativas para a difusão de suas ideias: diante de uma crescente

⁹ Buzato e colegas (2013) citam como exemplos os seguintes *slogans* publicitários listados pela pesquisadora Denise Durante (2013): “Kaiser Gold: Nem tudo o que reluz é ouro. Às vezes, é cerveja”; “Chrysler: Por trás de todo homem tem sempre um banco de couro que é uma delícia!”; “Sony Ericsson: Z300i. As aparências não enganam”.

recusa da mídia *mainstream* em transmitir aquilo que feria seus interesses, surgiram jornais *underground*, a música popular, rádios populares, pôsteres e também histórias em quadrinhos (JENKINS, 2009).

Já na década de 1970, o destaque, segundo Assis (2006), fica com os já mencionados *culture jammers*, que permanecem ativos até os dias atuais, e cuja proposta consiste em empregar num mesmo objeto semiótico técnicas publicitárias reconhecidas e mensagens avessas à lógica do consumo. Em princípio, o *culture jamming* se colocou como “uma tentativa de reverter e transgredir o significado de códigos culturais cujo primeiro foco é nos persuadir a comprar algo ou ser alguém” (JORDAN, 2002, p. 102), de modo a resistir aos interesses corporativos e governamentais que estão por trás da publicidade. Para os *culture jammers*, a publicidade prima pelo controle do sentido através da manipulação dos desejos e necessidades inconscientes dos possíveis clientes (ou eleitores), o que ressalta a importância de buscar formas de resistência a partir dos próprios signos e textos usados na propaganda.

Constituem exemplos de *culture jamming* quaisquer montagens que modificam textos de caráter publicitário de maneira a contestar, pelo choque, sua intenção primária. Na década de 1970, por exemplo, eram comuns intervenções em *outdoors*, como descreve Assis (2006), ao narrar o famoso caso em que um sutiã rosa foi colocado por *culture jammers* sobre o peito nu de um modelo em um *outdoor* de marca de cigarro que associava o tabagismo a comportamentos machistas.

Para Assis (2006), cabe situar os *culture jammers* como uma atualização contemporânea dos situacionistas da década de 1950, enxergando como análogos o *détournement* situacionista e o emprego que os *jammers* fazem das técnicas publicitárias (uso de logotipos, qualidade fotográfica, textos impactantes, *design* experimental etc.) para contestar os próprios valores promulgados pelo mercado. Nesse sentido, a relação com as tecnologias digitais é clara, uma vez que elas não apenas facilitam a produção de peças gráficas, como também oferecem, com a internet, um escoadouro de baixo custo para essas criações (ASSIS, 2006). O caso de famosos *culture jammers* ainda ativos hoje, como os do movimento *Adbusters Media Foundation* vem confirmar essas colocações; na Figura 2, há um exemplo das produções do grupo, em que uma personagem típica das propagandas da

rede *McDonald's*, o palhaço Ronald, aparece com o termo “*grease*” (do inglês, “gordura”) tapando os lábios.

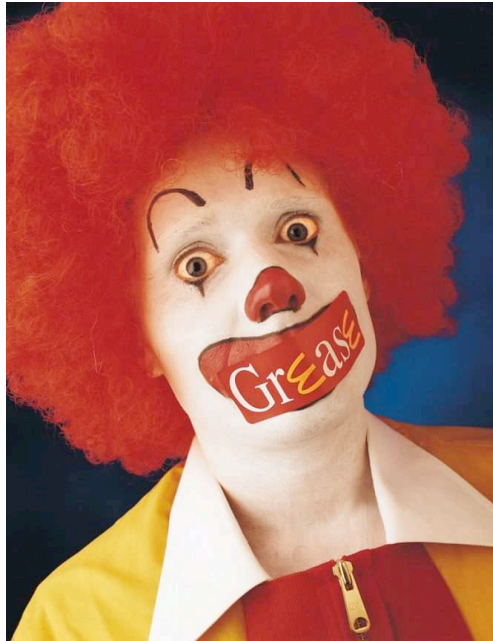


Figura 2 - Exemplo de *culture jamming* publicado na página oficial do movimento *Adbusters*.

Fonte: ILLCIC, 1993

Montagens como essa constituem exemplos claros de emprego dos métodos criativos que Buzato e colegas (2013) descreveram como típicos do remix e do *mashup*, que serão explicitados no capítulo 3. Como explicam Buzato e colegas (2013), o *détournement* se aproxima dos remixes e *mashups* contemporâneos, uma vez que, como estes, em parte repete e em parte contradiz as formas que toma como fontes. Assim, as montagens verbovisuais que esta dissertação se propôs a analisar não estariam muito distantes das intervenções da Internacional Situacionista em 1957, ou do *culture jamming* da década de 1970.

Na visão de Jenkins (2009), porém, há uma diferença crucial entre as manifestações políticas contemporâneas, características da cultura da convergência, e todas essas formas textuais associadas a ações coletivas empreendidas no século XX. O autor explica que estas últimas pressupõem “um mundo em que os consumidores tinham pouco poder para modelar diretamente conteúdos midiáticos e enfrentavam barreiras enormes para

entrar no mercado” (JENKINS, 2009, p.215), enquanto as tecnologias digitais têm hoje ênfase muito maior na postura ativa do consumidor.

Assim, o que efetivamente identifica a prática política dos textos e da transtextualidade na era da convergência, para Jenkins, é a apropriação mais simples e cotidiana das fontes circulantes, alcançada pelo uso de *softwares* e técnicas de manipulação de imagem. Conforme coloca Jenkins:

Ativistas, fãs e parodistas de todos os níveis estão usando o *Photoshop*, um pacote popular de *softwares* gráficos, para apropriarem e manipularem imagens de modo que produzam enunciados políticos. Essas imagens podem ser vistas como o equivalente *grassroots* dos cartuns políticos — uma tentativa de encapsular preocupações típicas em uma imagem poderosa (JENKINS, 2006, p.220)

Ele explica ainda que essas imagens são manipuladas com o intuito de representar e fazer circular as perspectivas políticas de alguém, e que assim caracterizam um “ato de cidadania, não menos do que escrever uma carta para o editor de um jornal local, que pode ou não publicá-la” (JENKINS, 2009, p. 222). Nesse sentido, o ato de compartilhar uma imagem em um *site* de rede social teria sentido político semelhante ao de passar adiante um panfleto ou um *botton*: trata-se de objetos de mídia cujo valor está na discussão, na conversa e nas possibilidades de persuasão que levantam.

Cabe ressaltar, ainda, o fato de que imagens como essas podem circular muito depois de postadas. Associada à democratização de ferramentas de manipulação de mídias, essa característica levanta reflexões acerca da facilidade com que hoje amadores podem posicionar-se no processo político de maneira ativa. O mesmo se poderia afirmar, por exemplo, sobre a produção de vídeos de remix político, descrita como a prática de remixar e reenquadrar imagens em movimento, com fins políticos (JENKINS, 2010). Embora tenham existido ao longo de todo o século XX¹⁰, esses vídeos ganharam hoje repercussão muito mais ampla, e sua confecção já não demanda de maneira tão indispensável conhecimentos técnicos muito especializados.

¹⁰ Tanto Jenkins (2010) quanto McIntosh (2012) apontam que os primeiros remixes políticos surgiram na década de 1920, quando cineastas russos passaram a apresentar versões de filmes hollywoodianos alterados de modo a exibir significados políticos diferentes.

Considerar que essas formas textuais, e, portanto, o próprio *corpus* empírico desta dissertação constituem enunciados políticos é um dos aspectos centrais para este trabalho, e depende de uma retomada da compreensão de Latour (2003) acerca do regime de enunciação da política. Uma vez que, para Latour (2003), os enunciados políticos são aqueles que buscam construir o próprio sentido do público, e a ideia de uma coletividade para a qual tais enunciados remetam à uma tradução de interesses múltiplos num interesse comum, não se pode dizer, por exemplo, que a mera produção e compartilhamento de imagens ou montagens via internet caracterize um gesto político, sem considerar seus efeitos pragmáticos. Dito de outra forma, não se trata de considerar que produzir um *mashup* acerca das Jornadas de Junho implica efetivo engajamento em uma luta social, mas que produzir um *mashup* pode ser uma das formas de transformar uma caminhada na rua ou uma troca de textos em evento político.

Mais que isso, trata-se, mais propriamente, de reconhecer que as relações transtextuais características da linguagem figuraram historicamente em diferentes formas de atuação dos movimentos sociais, e que o dinamismo envolvido nas práticas políticas da contemporaneidade, analogamente, parece ter encontrado em novas manifestações da transtextualidade (como o remix e o *mashup*) parte fundamental de suas possibilidades de expressão. Essas formas textuais demonstram um casamento entre processos semióticos, processos técnicos e processos coletivos e contemporâneos de mobilização, os quais não vêm de uma única fonte, não se estabilizam como uma única entidade nem se fecham num único propósito ou direção, mas estruturam um ciclo de consubstancialização de multiplicidade em unidade, de representação em ação (LATOUR, 2003).

O foco deste trabalho é justamente a observação desses processos do ponto de vista semiótico; assim, as Jornadas de Junho, e todas as reflexões que traçamos neste capítulo, serão tomadas como âncora contextual para as análises realizadas mais adiante. É preciso elucidar, antes de proceder a elas, os referenciais teóricos da Semiótica Social e da Semiótica Material que as sustentam, conforme farei no próximo capítulo.

3 O TEXTO DIGITAL COMO PROCESSO: *MEANING IN THE MAKING*

3.1 Introdução

Como exposto no capítulo 1, Miller (2011) propõe que a internet e as mídias digitais podem ser mais bem compreendidas enquanto processos, do que se tratadas como produtos. Baseando-se no critério da variabilidade e na noção de banco de dados, apontadas por Manovich (2001), Miller (2011) fornece assim as bases para o trabalho de análise proposto nesta dissertação, uma vez que descreve cada objeto das novas mídias, incluindo cada página da *web*, como um conjunto recriado a cada exibição, de modo instantâneo e *ad hoc*, em uma série de reconfigurações sucessivas que fazem emergir na tela, como feixes de luz, aquilo que está armazenado como arquivo magnético numa memória física.

As implicações para essa consideração são muitas: primeiramente, pode-se concluir que um conteúdo digitalizado (um arquivo de texto, áudio, imagem, por exemplo.) existe sempre em versões inúmeras, que, embora pareçam idênticas, são constantemente reconstruídas em cada aparelho e em cada situação em que as requisitamos. Resulta daí que a *web* e os conteúdos digitais estão em constante mudança, e, embora pareçam estáticos, são fluxos de códigos e regras de montagem e exibição, elementos em constante movimento, e sempre construídos por muitos agentes, de maneira iterativa, como também aponta Bruns (2007). É por isso, ainda, que Miller (2011) propõe a metáfora da conversação, como exposto no capítulo 1, para descrever as mídias digitais: tal qual a conversação, sua natureza é processual, reformula-se constantemente conforme se desenrola, e pode assumir trajetórias completamente imprevisíveis em relação ao momento em que foi iniciada.

Com base no trabalho de Miller (2011), proponho aqui que o texto digital seja concebido efetivamente como processo, não só porque a ele se aplicam todas as considerações anteriores, como também pela observação empírica de que os textos que serão analisados aqui são textos derivados, novas versões de obras anteriores, recriados de

maneira processual, ora por um, ora por muitos usuários, em etapas sucessivas de reconfigurações e edições cumulativas de conteúdo digital. De certo modo, a natureza do texto e sua prática emulam-se explicitamente, o que nas mídias tradicionais podíamos apontar de modo algo abstrato, mas não capturar empiricamente com a mesma facilidade. Mais que isso, trata-se, como veremos no caso dos *mashups*, de textos em algum sentido “mais vivos”, já que mais recursivos e iterativos, porque recuperam constantemente, a cada exibição, os fluxos intertextuais que estabelecem com suas fontes, não apenas como experiências vividas na interpretação feita por cada leitor/usuário, a depender de seu repertório cultural e de sua memória discursiva, mas também no sentido mais concreto da sua reconstituição calculada a partir de códigos e dados vindos de outros sítios da rede.

Como este trabalho se propõe a assumir uma ótica processual tanto em relação às Jornadas de Junho enquanto forma de mobilização social quanto em relação aos próprios textos que mobilizaram significados de tal mobilização, faz-se necessário levantar elementos teóricos que endossem essa perspectiva metodológica. Afinal, como conciliar uma concepção de textos digitais como processos com a necessidade de, em alguma medida, “dissecá-los” como se fossem produtos? Na busca por responder a esse questionamento, proponho-me, neste capítulo, a desenvolver alguma forma de articulação coerente entre a Semiótica Social e Semiótica Material, partindo, para tanto, do conceito de ressemiotização, trazido por Iedema (2001).

Iedema (2001) propõe que a compreensão de como um texto produz significado deve contemplar suas etapas de construção ao longo de estágios na prática social que o gerou. O conceito de ressemiotização salienta justamente o modo como certas modalidades e materialidades vão sendo transportadas e traduzidas por outras, em diferentes momentos de reconfiguração entre os elementos significantes que o compõem. No caso de empreendimentos institucionais, esse percurso pode conferir gradativamente aos sentidos produzidos mais estabilidade e perenidade, ao passo que, por analogia, também desestabiliza e redireciona, a cada etapa, os sentidos estabelecidos anteriormente por meio de novas configurações de elementos e novos transportes e traduções entre sistemas e materialidades semióticas.

Defendo que o conceito de ressemiotização permitirá, no caso deste estudo, flagrar a relação entre percursos de sentido empreendidos nos *mashups* estudados, obtidos por remontagens e rearranjos de elementos semióticos e fontes intertextuais, em diferentes momentos das Jornadas de Junho.

Assim como faz Iedema (2001), recorro à semiótica material (LAW, 1996) ou Teoria Ator-Rede (LATOUR, 1994), para conjugar análises dos diferentes tipos de significados mobilizados nesses textos com uma reconstituição do modo como se estabeleceram os vínculos entre os elementos heterogêneos articulados no processo. Para melhor elucidar essa estratégia teórica, apresentarei primeiramente a noção de *mashup*, explicitando seu caráter processual; em seguida, levantarei os principais elementos da Semiótica Social e da Semiótica Material, para, enfim, apontar os pontos de conexão entre elas, e os ganhos e limitações que isso oferece às análises oferecidas no capítulo 5.

3.2 Remix e *mashup*: textos-processos

Nos últimos anos, os termos “remix” e “*mashup*” têm sido considerados emblemáticos da cultura digital, embora precedam o seu surgimento e remontem a outros momentos históricos e mesmo a outras mídias. Como esclareço, junto a Buzato e colegas,

remix e *mashup* são formas culturais, métodos e processos de atividade semiótico-discursiva que já existiam e já haviam sido desenvolvidos e pesquisados no âmbito das mídias e linguagens analógicas (música, cinema, literatura, artes visuais, arquitetura, gastronomia e assim por diante), mas que, no âmbito da cultura digital [...] ganharam uma nova relevância quantitativa e qualitativa (BUZATO et al, 2013, p.1214)

Historicamente, as primeiras produções de remixes remontam ao contexto das décadas de 1960 e 1970, especialmente na cidade de Nova York, onde se tornou comum produzir algumas reinterpretações de certas canções relativamente conhecidas, alteradas em diversos aspectos, de tal modo que a obra derivada passasse a ser reconhecida como outra, ainda que diretamente vinculada à canção fonte (LANKSHEAR; KNOBEL, 2008; NAVAS, 2010). Ao longo do século XX, essa primeira forma de fazer remix ampliou-se, gerando diversos outros tipos de peça musical, o que ocasionou, eventualmente, o

surgimento de *mashups* (produções musicais em que duas ou mais canções eram mescladas numa só). Já nos anos 1990 e nos primeiros anos do século XXI, as possibilidades oferecidas pela digitalização de todas as mídias permitiram então que a lógica de produção dos remixes e *mashups* se expandisse para diversos tipos de mídia (NAVAS, 2010).

Para Buzato e colegas (2013), essa expansão é que permite caracterizar remix e *mashup* como formas textuais e operações centrais na cultura digital, de modo que não se restringiriam ao universo da música, e poderiam aplicar-se a toda sorte de formas textuais. Por isso, por exemplo, autores como Navas (2010) caracterizam a contemporaneidade como uma “cultura remix”, enquanto Sonvilla-Weiss (2010), analogamente, trata de diversos fenômenos da cultura digital como representativos de “culturas do *mashup*”. Ainda para Buzato e colegas (2013), porém, é preciso considerar que remix e *mashup* podem se referir a (i) técnicas (ou “procedimentos operacionais”), (ii) métodos (ou processos) criativos, e (iii) artefatos técnico-semióticos (ou “produtos discursivos”).

Os procedimentos operacionais associados ao remix e ao *mashup* têm como ação básica o “copiar e colar”, em operações de “sampleagem”, que consistem, basicamente, na digitalização de uma amostra de um objeto fonte (BUZATO et al, 2013), a qual pode, com os devidos aparelhos, ser reproduzida indefinidamente e recombinação com outros *samples* em diversas montagens e remontagens.

Com a digitalização das mídias e o desenvolvimento de ferramentas automáticas de sampleagem e montagem digital, essas operações e os produtos delas resultantes atingiram quantidades homéricas, que não se restringem a arquivos de áudio, mas contemplam também a imagens, produções escritas, filmes etc. Considere-se, por exemplo, que cada combinação (e recombinação) entre foto e imagem, uma vez publicada na internet, pode dar origem a uma série de novas montagens que a tomam por base, em cadeias inter e hipertextuais de grande complexidade. Por um lado, isso implica que, em meio a essa infinidade quantitativa, tornam-se mais frequentes alguns resultados qualitativamente diferenciados (como explica Manovich, 2001); por outro lado, tornou-se comum descrever como remix e *mashup* alguns objetos que, a rigor, não o são, como *posts* reblogados ou retuitados, correntes de *email*, pesquisas escolares copiadas da internet ou mesmo os textos que se tornam memes (BUZATO et al, 2013).

A questão é que, embora de fato possam envolver sampleagem, objetos como esses não estão relacionados ao que Buzato e colegas (2013) chamam de métodos criativos típicos do remix e do *mashup*, estes sim característicos de formas textuais de mesmo nome. Esses métodos correspondem ao “uso especializado de dois modos básicos de montagem: sequenciação ou intercalação (montagem horizontal) e sobreposição ou composição (montagem vertical)” (BUZATO et al, 2013, p.1199)

Por sequenciação (intercalação), entende-se a “justaposição ou encadeamento de segmentos sampleados, respeitando-se ou não a ordem em que apareciam nas obras fonte” (BUZATO et al, 2013, p.1199). Esse tipo de montagem horizontal corresponde, por exemplo, à criação de sequências de filme em que diferentes segmentos de vídeo são articulados para gerar uma narrativa, seja na montagem cinematográfica profissional, seja na confecção amadora de vídeos a serem postados no *Youtube*. O método de sequenciação exige que o montador encontre certos “ganchos”, isto é, pontos de conexão entre os fragmentos que deseja conectar, de modo que seja possível estabelecer continuidade entre eles, usualmente a partir de uma lógica temporal e/ou linear (embora outras lógicas de sequenciação também sejam possíveis).

A sobreposição (composição), por sua vez, consiste na “agregação de diferentes camadas ou faixas simultâneas que passam a construir uma unidade síncrona e sinóptica” (BUZATO et al, 2013, p.1199). Esse tipo de montagem vertical é empregado, por exemplo, quando se aplicam certos filtros sobre uma foto, de maneira a alterar seus valores tonais, criando efeitos variados de cor, contraste, luminosidade etc; outro bom exemplo é a adição de áudio (trilha sonora) em sincronia com as sequências de vídeo no processo de composição em vídeo. Tal processo criativo demanda pontos de assentamento, pontos de “encaixe”, que permitam a superposição precisa das camadas articuladas, de modo a gerar o efeito de agregação e de simultaneidade entre elas.

Como veremos adiante, a lógica dessas duas maneiras de montar não difere daquela descrita pela Semiótica Social ao se referir à construção de todo tipo de sintagmas e textos multimodais, que são percebidos como tal quando diferentes modalidades se encontram contíguas espacial ou temporalmente (LEMKE, 2009). Contudo, a montagem de remixes e *mashups* apresenta uma particularidade que merece destaque: por um lado,

trabalha para concatenar consistentemente os fragmentos montados (tanto horizontal quanto verticalmente), realizando uma série de ajustes para que os elementos mesclados mantenham a consistência formal e semântica do conjunto; por outro lado, nutre-se da percepção, por parte do leitor, de que se trata de uma montagem, uma vez que parte da força discursiva desse tipo de obra decorre justamente do reconhecimento, na memória discursiva do leitor, das fontes combinadas, assim como da consciência de sua heterogeneidade recíproca (BUZATO et al, 2013).

Os objetos resultantes do uso das técnicas de sampleagem nesses processos de montagem, com essas características específicas, é que são, efetivamente, remixes e *mashups* enquanto artefatos técnico-semióticos, aos quais me refiro aqui como os textos da cultura digital por excelência. Para Navas (2010), como esclarecem também Buzato e colegas (2013), um remix, enquanto produto discursivo, é uma obra que, através dos métodos acima descritos, filia-se a outra, reportando-se a ela de alguma maneira, com diferentes graus de distanciamento e aproximação, enquanto que *mashup* é o nome que se dá a qualquer tipo de remix formado a partir da “combinação de elementos de duas ou mais fontes numa nova obra, produto ou serviço, que pode ou não retomar, de modo explícito, essas fontes” (BUZATO et al, 2013, p.1196).

Essa definição se aplica a uma série de produtos discursivos, de tal modo que é possível realizar alguns agrupamentos funcionais para descrever o amplo espectro de referência dos termos “remix” e “*mashup*”, embora não seja minha intenção aqui esgotar essas possibilidades taxonômicas. Navas (2010) explica, por exemplo, que existem remixes marcados pela ampliação de uma obra fonte, de maneira a torná-la mais extensa (remixes estendidos), bem como remixes que, ao contrário, recortam e eliminam alguns trechos de uma obra fonte (remixes seletivos), ou, ainda, remixes que se caracterizam por uma reinvenção mais marcada de sua fonte, reivindicando uma espécie de “autoria derivada” (BUZATO et al, 2013) sobre esta (remixes reflexivos).

Quanto aos *mashups*, destacam-se, por exemplo, aqueles que agregam ou integram serviços com um propósito prático específico, de maneira a fornecer, por exemplo, numa única página da *web* (que se atualiza constantemente a partir de suas fontes) informações de diversos programas combinadas entre si (o *feed* de notícias do *Facebook*,

por exemplo). Além desses *mashups* de dados/de serviços, destacam-se os *mashups* de conteúdo, que podem ter efeito regressivo mais ou menos evidente. Os *mashups* (de conteúdo) efetivamente regressivos, que serão o grande foco de análise neste trabalho, definem-se como “aqueles que recuperam mais clara e explicitamente suas fontes, criando um efeito metassemiótico importante” (BUZATO et al, 2013, p.1205). Como exemplo, podemos citar as montagens que compõe o *corpus* deste trabalho, bem como toda sorte de vídeos de remix político, em que imagem e áudio são editados de modo que personalidades políticas apareçam fazendo declarações inusitadas ou cantando alguma canção de grande repercussão popular (como se vê, por exemplo, no vídeo *System of a Dilma*, dos DJs Faroff e Xandelai, 2011). O efeito metassemiótico desses *mashups* fica evidente pelo modo como acabam sendo avaliados mais pelo trabalho de montagem em si do que pela própria mensagem que carregam.

Em todos esses exemplos, o fato de a definição de remix e *mashup* enquanto artefatos técnico-semióticos incluir relação destes com suas obras fonte determina que ambos constituam “identidades relacionais e contingentes” (BUZATO et al, 2013). Todo remix ou *mashup* só o é para alguém, de modo que esses produtos discursivos só serão reconhecidos como remix ou *mashup* caso o leitor carregue, em seu repertório de referências, os elementos necessários à percepção das fontes a que a obra derivada remete.

Nesse sentido, remix e *mashup* aproximam-se de outras formas textuais marcadas pela transtextualidade, isto é, pelo estabelecimento de relações com outros textos, de acordo com a memória e o repertório de determinada coletividade. Buzato e colegas (2013) explicam que, na Linguística Textual e na Teoria Literária, esse tipo de obra já foi extensivamente estudada e descrita em categorias como plágio, paráfrase, pastiche, paródia e *détournement*¹¹, mas nenhuma dessas formas textuais contempla o aspecto fundamental das obras de remix e do *mashup*: o fato de serem produzidas através de operações de montagem. Assim, o que particulariza a relação entre remix e *mashup* e suas fontes é a repetição (e não a recriação ou “reencenação”), de modo que o próprio objeto fonte seja

¹¹ Para aprofundar essa discussão, recomendo o trabalho de Buzato e colegas (2013), em que se discute cada uma dessas formas textuais e suas particularidades em detalhe.

levado, a partir dos ajustes e recombinações por que passa, a produzir um novo objeto, com efeitos de sentido diferentes dos que antes produzia.

No caso específico do *mashup* (em especial o regressivo, que é enfoque deste trabalho), o processo de montagem resulta em um texto derivado construído a partir de fragmentos de pelo menos dois textos fontes, o que aumenta a complexidade das relações intertextuais envolvidas. Nesse sentido

os *mashups* regressivos se aproximam tanto da paráfrase pelo valor de empréstimo, quanto da paródia, pelo valor de subversão, o que, obviamente, só é possível porque *mashups* são “montagens” em que partes de certas fonte são copiadas fielmente, mas combinadas “infielmente” com outras partes de outras fontes. (BUZATO et al, 2013, p.1211).

É justamente por essa complexidade que este trabalho se propõe a analisar casos de *mashups* do tipo regressivo e o processo de sua montagem, em especial pelo papel que têm assumido, nas redes sociais *on-line* e em outros ambientes digitais, em certas disputas por significados que estão em definição na contemporaneidade, no tocante à política, à cultura e à sociedade, como se viu ocorrer no caso das Jornadas de Junho. Essa forma textual, para além disso, revela-se claramente em processo, como texto que, de modo mais ou menos marcado, escancara suas origens e as relações transtextuais que o compõem, para que se perceba o valor do próprio processo de montagem. Mais facilmente do que no caso do texto dito comum, em que as marcas da heterogeneidade de vozes e fontes são muitas vezes perdidas, quando não propositalmente ocultadas, remix e *mashup* permitem enxergar a linguagem como processo vivo, uma vez que, ao escancararem sua constituição intertextual, evidenciam a significação como fluxo.

Pensando nisso, Buzato e colegas (2013), salientam, por exemplo, que há também *mashups* (de conteúdo) não regressivos, em situações em que as fontes de determinado *mashup*:

- não são reconhecidas claramente, seja por estarem bem “costuradas” no produto final, seja por não constituírem referências facilmente reconhecíveis no repertório do leitor;

- estão evidenciadas claramente, mas não se apresentam como referências notórias a se recuperar como obra, e/ou envolvem um trabalho de montagem que não requer perícia (e que não gera, portanto, efeito metassemiótico).

Os exemplos, em especial no primeiro item, podem incluir qualquer texto comum em determinado uso cotidiano, quando o reconhecimento de fontes ou referências não é significativo nem relevante — mas as fontes existem, e, com o devido cuidado e escrutínio, além do devido repertório de referências, sempre será possível identificá-las e rastreá-las. Assim, do mesmo modo que os *mashups* de serviços mencionados anteriormente são atualizados (“regenerados”) constantemente a partir dos serviços fonte, o texto dito “comum”, em seus usos cotidianos, funciona também segundo uma lógica processual, uma vez que é

[...] composto por enunciados cujo valor é constantemente regenerado pelas circulações dialógicas de que participa, embora poucos leitores (usualmente apenas os estudiosos da linguagem, artistas ou historiadores) se deem o trabalho de rastrear as “fontes” de tais circulações e os modos de sua integração (BUZATO et al, 2013, p. 1207)

Reside aí a escolha desse tipo de texto para compor o *corpus* de análise desta dissertação: da mesma forma que as Jornadas de Junho, em sua efervescência política, trouxeram à tona as redes de relações e os processos contraditórios que caracterizam a esfera pública, o remix e o *mashup* escancaram o caráter processual da linguagem e das relações transtextuais que a caracterizam em toda sorte de formas textuais — muitas delas, como no caso deste trabalho, multimodais.

3.3 Semiótica Social e Multimodalidade

As referências à Semiótica Social nesta dissertação têm por base os estudos de Kress e Van Leeuwen (1996) e Lemke (2002, 2009), que propõem aplicar as considerações da Linguística Sistêmico-Funcional de Michael Halliday (1978) a outros sistemas

semióticos (modalidades ou modos¹²), que não apenas o linguístico. Assim, trata-se de uma teoria que não só reflete sobre a existência de múltiplos sistemas semióticos, mas também propõe categorias analíticas muito úteis ao estudo de textos compostos nesses sistemas, e busca constantemente relacionar a produção de sentido no nível textual aos diferentes contextos de situação, produção e circulação que o envolvem.

O termo “modalidade” vem sendo recorrentemente utilizado nos estudos de Semiótica Social para tratar da combinação e coevolução dos diferentes sistemas semióticos utilizados nos processos de interação/comunicação humana. De maneira geral, podemos definir “modalidades” como “recursos de representação produzidos cultural e socialmente” (KRESS, 2005, p.6), constituídos por signos vinculados a materialidades específicas, os quais produzem significado ao articularem-se em diferentes escalas de organização sintagmática. Assim, podem ser tomados como exemplos de modalidades os sistemas de signos organizados com base na palavra (como a fala e a escrita), na imagem (como as representações pictóricas) ou no som (como a música).

A importância dos estudos em multimodalidade está em que reconhecem que a escrita ou fala não são os únicos sistemas semióticos existentes, mesmo quando estão em evidência (*foreground*). Conforme exemplifica Iedema (2003, p. 39), “ao falar, mobilizamos a linguagem sob a forma de discurso oral, e, para além disso, nos expressamos através de gestos, da postura, da expressão facial e de outros recursos corporais, como a distância física, posicionamento, movimento ou postura estática”. Portanto, a multimodalidade, para a Semiótica Social, não é um atributo deste ou daquele tipo de texto, mas um elemento presente em toda semiose (KRESS e VAN LEUWEEN, 1996), já que todo fenômeno material oferece potenciais de significação e análise a diferentes sistemas de recursos semióticos. Conforme esclarece Lemke (2009), mesmo nos gêneros impressos tradicionais não se pode falar em algo como “monomodalidade”, já que a escrita não deixa de se organizar visualmente, podendo ser analisada tanto a partir de seus elementos linguísticos, quanto de elementos tipográficos e de *layout* — e, para além disso, permitindo

¹² A tradução do termo “*mode*” em trabalhos de Semiótica Social no Brasil têm oscilado entre “modo” e “modalidade”; opto nesta dissertação pela segunda.

considerações a respeito de elementos culturais, sociais e históricos que transparecem no arranjo de elementos materiais que cada texto impresso compõe.

Com essa perspectiva, abrem-se possibilidades à descrição e análise de diferentes práticas de representação e comunicação que integram toda uma gama de modalidades (IEDEMA, 2003). Se falar em semiose é falar em ações humanas voltadas à construção de sentidos, é inevitável levar em conta que os produtos daí resultantes não se restringem a textos escritos, englobando também os desenhos, as esculturas, as construções arquitetônicas etc. (LEMKE, 2009) — criações que também podem e devem ser analisadas segundo seus diferentes potenciais de significação, ou *affordances*. Assim, a perspectiva da multimodalidade oferece categorias valiosas à análise do *corpus* desta pesquisa, compostos por textos em que vários sistemas semióticos estão integrados para a produção de sentidos específicos.

Embora trabalhasse especificamente com o sistema linguístico, o próprio Halliday (1978) já propunha, com a Linguística Sistêmico-Funcional, que todos os atos semióticos têm em comum o fato de cumprirem simultaneamente três tipos de metafunções, descritas como as metafunções ideacional, interpessoal e textual. Essas metafunções são retomadas nos princípios estabelecidos por Kress e Van Leeuwen (1996) para a análise de signos visuais, e nos três tipos de significados que Lemke (2002) considerou fundamentais ao propor o estudo de composições multi e hipermodais.

A metafunção ideacional diz respeito à representação de uma realidade externa ou interna aos seres humanos, descrevendo-a em termos de processos que envolvem participantes e circunstâncias (HALLIDAY, 1978). Numa narrativa, por exemplo, a metafunção ideacional corresponderia aos eventos narrados propriamente ditos, e, numa descrição, à situação/entidade retratada. A esta metafunção correspondem os significados representacionais que, conforme os define Lemke (2002), em qualquer modalidade considerada, apresentam certo estado de coisas, interpretado a partir do que os textos/imagens/sequências sonoras etc. expressam a respeito de processos, relações, eventos e circunstâncias. Os significados representacionais permitem visualizar, portanto, o modo como as pessoas representam sua própria experiência e as práticas sociais em que se inserem.

A metafunção interpessoal, por sua vez, corresponde ao engendramento de relações sociais pressupostas em todo ato semiótico. Considera-se aqui, na perspectiva de Halliday (1978), os papéis de fala assumidos pelo produtor e pelo leitor de um texto de qualquer natureza, e as diferentes funções pragmáticas que a linguagem assume nas situações de interação que subjazem à produção de textos e enunciados. Ao aplicar essa metafunção ao estudo da multimodalidade, Lemke (2002) a descreve em termos de significados orientacionais, os quais “indicam o que está acontecendo na relação comunicativa e qual posicionamento seus participantes podem ter um em relação ao outro e em relação ao conteúdo representacional” (LEMKE, 2002, p.304).

Em geral, as análises desses significados explicitam o modo como alguns enunciados correspondem a demandas, enquanto que outros correspondem a ofertas, havendo diferentes graus de modalização possíveis nesses atos. No caso de imagens, essas relações são codificadas por escolhas quanto aos ângulos horizontal e vertical da representação, quanto à maneira como os elementos representados projetam seu espectador (a partir do olhar, por exemplo) e quanto ao enquadramento segundo o qual se efetiva a representação. Os textos publicitários constituem bons exemplos de construções que podem ser entendidas tanto como ofertas (“este é um produto” ou “esta é uma vantagem de um produto”) quanto como demandas (“compre este produto”) (PETERMANN, 2005, traz mais exemplos).

Por fim, a metafunção textual está relacionada ao estabelecimento (i) de uma coerência interna entre os elementos que compõem um texto, a partir da qual estes se organizam em estruturas maiores, em diferentes escalas; e (ii) da coerência entre o texto e aquilo que o circunda. Na perspectiva de Lemke (2002), fala-se aqui em significados organizacionais que permitem aos outros dois tipos de significados alcançar maiores graus de complexidade e precisão. Trata-se de significados que abarcam as diferentes unidades estruturais que compõem um texto ou uma imagem, por exemplo, bem como as diferentes cadeias coesivas que essas unidades estabelecem entre si e com os elementos circundantes. No caso dos textos escritos, é possível pensar em diferentes escalas de organização sintática, e na construção, dentro de um texto, de diferentes redes de referenciação a partir das quais este se torna coeso. No caso de imagens, por outro lado, pode-se pensar nas

diferenças entre cores, nos elementos salientes e na disposição do texto (KRESS, VAN LEEUWEN, 1996).

Nem todas as categorias analíticas da Semiótica Social serão utilizadas neste trabalho; ainda assim, o Quadro 2 foi produzido de modo a sumarizar o vocabulário analítico empregado por Kress e Van Leeuwen para o estudo de signos visuais, uma vez que a maior parte dos textos focalizados na análise privilegia a representação pictórica. Entre todas essas noções, a diferenciação entre diferentes tipos de processos representacionais é fundamental, uma vez que será tomada como critério para distinguir, por exemplo, entre montagens que incitam à ação direta (através de processos materiais) e montagens que buscam associar às manifestações de Junho uma atmosfera de nacionalismo e brasilidade, ou indignação e revolta (através de processos conceituais simbólicos).

Quadro 2 - Sumário das categorias para análise de signos visuais (KRESS; VAN LEEUWEN, 1996)

PARTICIPANTES elementos atuantes no processo de significação	REPRESENTADOS (PRs): os que estão “contidos” no texto e desempenham nele papéis semânticos definidos	
	INTERATIVOS (PIs): os sujeitos da cultura em que o texto circula e que interagem entre si por meio dele (produtor/autor e consumidor/leitor)	
METAFUNÇÕES componentes funcionais fundamentais de significado numa língua ou sistema semiótico de outra natureza	REPRESENTACIONAL: aquela por meio da qual o PI informa sobre suas experiências e ações no mundo utilizando PRs	
	PROCESSOS eventos e ações que envolvem os PRs	TRANSACIONAIS: aqueles em que ao menos um PR atua como ator (destinador) de uma ação e pelo menos um segundo atua como meta (aquele a quem a ação é destinada). A ação é direcionada do ator para a meta e indicada por algum elemento visual que sirva como vetor. Pode haver ação transacional bidirecional assim como revezamento dos papéis “ator” e “meta” para um mesmo PI (conversão). Pode haver apenas vetor e meta, sem ator evidenciado (evento). Materiais: da ordem do “fazer/acontecer” Mentais: da ordem do “pensar/perceber/sentir” Relacionais: da ordem do “caracterizar/identificar” Verbais: da ordem do “dizer”
		NÃO TRANSACIONAIS: aqueles em que o PR e a ação estão evidenciados, mas não há meta, ou esta não pode ser identificada. Relacionais: da ordem do “caracterizar/identificar” Comportamentais: da ordem do “comportar-se” Existenciais: da ordem do “existir”

Continuação do Quadro 2

METAFUNÇÕES componentes funcionais fundamentais de significado numa língua ou sistema semiótico de outra natureza	ORIENTACIONAL: projeta as relações entre os PIs envolvidos no ato comunicativo, assim como a atitude avaliativa do PI em relação ao posto pelo texto
	CONTATO: relações interpessoais codificadas entre PR e PI Modo de endereçamento: qualifica a ação do PR como pedido ou oferta (de informação ou serviço) direcionados ao PI - Direto: quando olhar do PR funciona como um vetor dirigido ao PI - Indireto: quando não há vetor partindo do PR em direção ao PI
	DISTÂNCIA SOCIAL: relações de intimidade/não intimidade (proxêmicas) codificadas pelo enquadramento do PR, variando entre grande intimidade (<i>close up</i>) e reconhecimento social mínimo (planos longos em que o PR está misturado a outros PRs) com graus intermediários de intimidade codificados por planos intermediários.
	ENVOLVIMENTO: grau de implicação do PI na situação que envolve o PR, codificado pelo ângulo horizontal (frontal = máximo envolvimento; lateral = mínimo envolvimento; oblíquo = envolvimento médio)
	PODER: relações hierárquicas entre PI e PR, codificadas pelo ângulo vertical (PI e PR à mesma altura = equivalência; PR mostrado acima da linha média de visão do PI = submissão de PI a PR; PR abaixo da linha média de visão de PI = submissão de PR a PI)
	ATITUDE: grau de implicação ou desconexão subjetiva de PI em relação aos PRs ou à situação retratada - Subjetiva: manobras de perspectiva e iluminação posicionam o PI dentro da cena/ação em que os PRs são retratados - Objetiva: PR é mostrado de forma esquemática e sem profundidade de campo, neutralizando a relação entre PI e PR
	MODALIZAÇÃO: expressão de diferentes graus “realismo” da ação retratada por meio de diferentes escolhas de saturação, modulação e diferenciação cromáticas, detalhamento ou não detalhamento do plano de fundo, profundidade de campo, iluminação, brilho e contraste da imagem
	ORGANIZACIONAL: a distribuição espacial dos elementos retratados cria um campo de relações hierárquicas e funcionais entre os PRs que permite organizar o texto em diferentes escalas de concatenação sintagmática
	SALIÊNCIA: elemento destacado por seu posicionamento marcado (isto é, não esperado), ou por contrastes de cor, iluminação e volume
	COMPOSIÇÃO: Circular: oposição entre centro e periferia; centro abriga o elemento principal e as margens contêm elementos subordinados ou acessórios Polarizada: oposição entre direita e esquerda, acima e abaixo; - Direita e esquerda: o posicionamento à esquerda da linha média vertical indica que o elemento é conhecido do PI ou deve ser considerado o tópico do texto, enquanto os à direita adquirem o valor de novidade ou comentário - Superior e Inferior: o posicionamento acima da linha média horizontal indica que o elemento é ideal ou abstrato, os elementos abaixo devem ser considerados reais ou concretos

Continuação do Quadro 2

METAFUNÇÕES componentes funcionais fundamentais de significado numa língua ou sistema semiótico de outra natureza	CONEXÃO E DESCONEXÃO: molduras, espaços vazios ou descontinuidades cromáticas indicam desconexão semântica/retórica entre elementos ou grupos de elementos representados num mesmo espaço de exibição
---	---

Apesar de focalizarmos, aqui, categorias de análise de signos visuais, procedimentos semelhantes poderiam ser aplicados no desenvolvimento de um vocabulário analítico para sistemas semióticos de qualquer natureza. Com efeito, as três metafunções hallideanas constituem a base a partir da qual se sustenta a sistemática de análise de textos multimodais proposta por Lemke (2002). Para ele, os significados representacionais, orientacionais e organizacionais constituem “o denominador comum a partir do qual a semiótica multimodal produz significados híbridos potencialmente multiplicativos” (LEMKE, 2002, p.304).

A caracterização desses significados como “multiplicativos” está associada à tese sustentada por Lemke (2002, p.303) de que “o potencial de significação, a capacidade em termos de recursos e de significados, de construtos multimodais é o produto lógico, num sentido multiplicativo, das capacidades dos sistemas de recursos semióticos que os constituem”. Isso implica que, na elaboração de um construto multimodal que combine, por exemplo, texto e escrito e imagem, há que se levar em conta não apenas os recursos semióticos disponíveis em cada uma das modalidades envolvidas, mas também as milhares de possíveis combinações entre tais recursos, acionadas pela disposição contígua de ambos.

Trata-se, evidentemente, de um potencial de significação muito superior ao que seria alcançado utilizando-se, para o mesmo fim, apenas o texto escrito, ou apenas a imagem. Assim, a combinação de diferentes modalidades multiplica as possibilidades de escolhas disponíveis, possibilitando alcançar, em geral, mais especificidade e precisão na

expressão de significados que não estariam acessíveis a uma modalidade ou outras modalidades de maneira mais isolada¹³.

É verdade que, dentre todas as combinações imagináveis entre diferentes modalidades, algumas são mais prováveis que outras, dependendo do contexto social e cultural específico em que ocorre essa combinação e dependendo do indivíduo que a produz. Ainda assim, as possibilidades de combinação são múltiplas: a um determinado texto, podem ser associadas muitas imagens diferentes, uma vez que a imagem e o texto, enquanto modalidades distintas, são *sui generis*. Não se pode falar em uma correspondência exata entre textos e imagens (nem entre quaisquer modalidades), já que “nenhum texto tem o mesmo arranjo de *affordances* de sentido que qualquer imagem teria” e “nenhuma imagem ou representação visual produz significados de todas e somente das mesmas maneiras que determinado texto produz” (LEMKE, 2002, p.303).

Para Lemke (2002), essa multiplicidade permite produzir significados mais complexos do que seria possível apenas com o verbal, correspondentes a graus sutis de variação entre elementos, em lugar das diferenças por oposição que usualmente caracterizam as línguas. Lemke (2002) explica que, assim, para além da semiótica, a multimodalidade levanta questões políticas, que explicam por que ainda se privilegia tanto a escrita em ambientes institucionais: esta, ao contrário da representação pictórica, por exemplo, trabalha melhor com categorizações estanques, com o estabelecimento de relações dicotômicas entre pares, às quais Lemke (2002) denomina significados tipológicos. As instituições, extremamente afeitas a categorias fechadas, aceitam com vagar e resistência a possibilidade de se produzir, com diferentes modalidades, enunciados de significados topológicos, dado que estes evidenciam graus delicados de variação em lugar de categorizações binárias, como preto e branco, *gay* e heterossexual, homem e mulher, rico e pobre. Assim, para Lemke (2002), a valorização da escrita, tanto em contextos

¹³Além das possíveis combinações que possam ocorrer entre as diferentes modalidades dentro de um texto, não se pode ignorar que, na internet, esse texto conterá *hyperlinks* que o conectam a outros textos, em diversos outros endereços da *web*. Assim, Lemke (2002) propõe que os textos, na internet, não são apenas multimodais, mas hipermodais. Contudo, como as análises desta dissertação não se prestarão à descrição das travessias e trajetórias hipertextuais que se pode traçar a partir das montagens selecionadas para o *corpus*, não especificarei, aqui, as diferentes categorizações que nos propõe o conceito de hipermodalidade.

institucionais, quanto como veículo de erudição e cultura, traduz interesses específicos de um modo de pensar que privilegia significados tipológicos, porque mais facilmente gerenciáveis e manipuláveis.

Nesse sentido, a própria escolha de textos multimodais para composição do *corpus* desta pesquisa, assim como a opção pela Semiótica Social enquanto um dos pilares teóricos da análise, têm por fundamento a busca por circunstâncias que revelem semioticamente o momento de abertura e multiplicidade vivido nas Jornadas, o qual se traduz também na articulação, em um *mashup*, entre diferentes modalidades na produção de um texto novo. É esse, inclusive, o ponto de toque entre a Semiótica Social e a Teoria Ator-Rede neste trabalho: o estudo da textualidade como produto de agenciamentos entre diferentes sentidos, entre várias obras fonte, e entre diferentes materialidades e sistemas semióticos.

3.4 A Semiótica Material

Até aqui, tomei por base a Semiótica Social para descrever como a produção de sentidos não está restrita a elementos linguísticos, mas estende-se por diferentes sistemas semióticos e, portanto, por diferentes materialidades de representação. Neste segundo momento, tal visão será ampliada com aportes da Teoria Ator-Rede (doravante TAR), também chamada de semiótica material (LAW, 2009), que toma por base a imanência da linguagem para a compreensão de toda sorte de entidades e fenômenos, e que aqui será tomada como um dos fundamentos à análise dos *mashups* que compõem o *corpus* empírico desta pesquisa.

Como apontam Buzato (2012) e Law (2009), a TAR tem sua origem em Paris, nos estudos de ciência e tecnologia, e sociedade, e propõe-se a entender o mundo natural e social sob um olhar diferente do que tradicionalmente empregam as ciências naturais e as sociologias mais ortodoxas. Para Latour e colegas (2012), tanto as abordagens das Ciências Naturais e da Sociologia clássica adotam uma concepção de “ser” essencialista, baseada no “ser como ser” (BUZATO 2014). Tal abordagem descreve as entidades no mundo como unidades discretas, com propriedades bem definidas, e os fenômenos naturais e sociais

como resultantes das “interações” entre essas entidades atomizadas, a partir das quais emerge, como seu efeito global, o que se poderia chamar de “estrutura”. Dessa concepção essencialista derivam, para Latour (1994), várias formas de determinismo, surgidas na busca por se compreender como se dá a relação entre o individual (parte) e a estrutura social (todo): ora compreende-se que é a ação dos indivíduos que gera e mantém certa estrutura; ora compreende-se que esta é que fornece um conjunto de princípios que regem toda ação individual.

Na tentativa por escapar a tais determinismos, Latour refugia-se, para tratar de ciência, tecnologia e sociedade, em conjunto, na autonomia da linguagem (HØSTAKER, 2005), propondo entender toda e qualquer entidade não como substância, mas como agenciamento entre elementos heterogêneos. Para essa concepção, aquilo que se convencionou chamar de substância (ou natureza) de uma entidade não consiste, a rigor, num conjunto de atributos dados de antemão, mas sim em uma projeção que se faz sobre determinados agenciamentos, de modo a defini-los. Justamente por isso é que a TAR pode ser descrita como uma semiótica material: porque propõe uma ontologia do “ser como ter”, em que qualquer entidade se define não em si mesma, por sua substância, mas com base nas associações que a constituem, como num sistema semiótico qualquer.

Latour (1994) tem como ponto de partida a semiótica de Greimas (1983), donde propõe que definir uma entidade e sua natureza é, na verdade, tomá-la como ponto de partida para descrever o processo de constituição do arranjo de relações que ela mantém com outras entidades. Desse modo, a TAR é bastante condizente com a necessidade, defendida até aqui, de se compreender tanto as Jornadas de Junho quanto os textos que nela circularam, como processos abertos em que a heterogeneidade ainda não se encontra estabilizada e direcionada de forma perene.

O enfoque da TAR sobre a ideia de processo se concretiza num vocabulário próprio, derivado, em muitos aspectos, da tradição greimasiana (HØSTAKER, 2005). Um dos conceitos chave nesse vocabulário é o termo *ator-rede*, que formaliza

o pressuposto de que todo ator social (independentemente de sua substância) é uma rede (de outros atores, vistos como atributos), ou, dito de outra forma, o que há não são atores em rede, nem redes de atores, mas atores-redes e redes-atores (BUZATO, 2014, p.14)

Assim, todas as entidades que se possa conceber passam a ser consideradas atores-redes: descreve-se tudo como arranjos de relações materialmente heterogêneas, que envolvem todo tipo de atores, sejam eles entidades humanas ou não humanas, materiais ou conceituais, concretas ou abstratas. Esse princípio, conhecido pelo nome de simetria generalizada, não deixa de reconhecer as diferentes particularidades de diferentes atores, mas defende que todos eles, humanos ou não, têm “direito teórico” a possuir interesses, manifestar desejos e exercer resistência (BUZATO, 2012). É aí que residem os ganhos de se adotar a TAR como um dos fundamentos de análise deste trabalho: torna-se possível, com ela, analisar diferentes textos, fragmentos de textos ou mesmos sistemas semióticos como entidades relacionais, agenciamentos em processo, cujas *affordances* semióticas, isto é, as possibilidades de produção de sentido que elas contêm para quem as usa (KRESS, 2005), também podem ser entendidas como interesses e/ou formas de resistência, que precisam ser considerados por qualquer um que deseje manipulá-los, ou promover com eles novas associações.

O conjunto de associações que caracteriza um ator, para a TAR, não consiste apenas numa rede de interações, mas naquilo que Latour (1994) define como translações — em inglês, *translation*, que também significa “tradução”. Toda translação descreve “um processo que envolve, simultaneamente, desvios de rota na circulação de ações (transporte) e articulações nas quais cada elemento expressa os interesses dos demais elementos em sua própria linguagem (tradução)” (BUZATO, 2012, p. 67).

Para Latour (1994), qualquer translação envolve actantes e seus programas de ação, duas noções derivadas da compreensão greimasiana acerca da constituição de textos narrativos. Por actantes, entendem-se os agentes mais abstratos em processo de associação, sejam humanos ou não; cada um deles é dotado de um programa de ação — seus objetivos e funções, ou, em outros termos, o papel que tendem a continuar representando, caso nada os interrompa nem os faça desviar.

Ao se inserirem numa translação, os diferentes actantes envolvidos adquirem identidades específicas como atores, a partir de determinadas figurativizações, que descrevem seus enredamentos com os demais atores envolvidos no processo. Assim, a

noção de translação está relacionada à criação de associações que até então não existiam, e que, quando traçadas, alteram os atributos que caracterizam cada participante, produzindo assim novas identidades (ou novos participantes, do ponto de vista ontológico), de modo que todos os envolvidos se tornam mais estáveis, mais extensos, e mais heterogêneos. Um médico portando um bisturi ou um coquetel de antibióticos, por exemplo, é considerado “mais médico” do que um colega que esteja com as mãos livres, do mesmo modo que um manifestante portando um rojão, uma máscara ou um megafone pode vir a ser descrito como mais do que um mero manifestante: um terrorista, um vândalo ou algo do tipo.

Esses exemplos elucidam que toda translação pode ser descrita com base na busca, pelos atores envolvidos, de fortalecimento através do estabelecimento de novos vínculos, que são constantemente negociados e renegociados ao redor de interesses compatíveis entre os associados. Quando uma translação é malsucedida na manutenção desses interesses, acaba por esfacelar-se, mas, se for bem sucedida, consolida-se como um ator-rede, que passa a funcionar com relativa estabilidade. Esta, se continuada, pode vir a tornar opacos os arranjos e vínculos que constituem o ator-rede em questão, que se torna então uma caixa-preta (LATOUR, 1994; LATOUR et.al, 2012), passível de ser identificada como uma entidade individual. Caso algum desses vínculos apresente dificuldade em se manter, porém, a caixa-preta se abre, revelando toda a rede de relações entre os humanos e não humanos que a compõe.

Em geral, qualquer objeto de funcionamento estável, como um carro, um computador ou mesmo um texto, é reconhecido como uma caixa-preta: uma entidade única, específica, um ator consolidado. Isso só é possível porque as entidades materiais que se associam para constituí-lo mantêm-se estáticas, silenciosas, enquanto executam o papel que lhes foi atribuído sem deformar a ação; nesse caso, a TAR os descreve como intermediários. No momento em que alguma dessas entidades, por desgaste, falta de manutenção adequada ou problemas de articulação, apresenta problemas e se mostra incapaz de funcionar, ela passa a resistir à ação que lhe foi atribuída, podendo até mesmo desviá-la: se a bateria completou sua vida útil, o *notebook* não funciona; se a roda do carro foi montada incorretamente, o motorista pode não conseguir frear o veículo; se determinada palavra do texto não condiz com as que a acompanham, seu propósito não se realiza.

A entidade que resiste ou desvia a ação é identificada, na TAR, como um mediador, e o surgimento de mediadores tem como consequência a abertura de caixas-pretas: quando o freio trava, por exemplo, o carro deixa de ser uma entidade estável, e não é mais visto como um ator consolidado, mas como uma rede de associações entre metal, borracha e plástico (em diversos arranjos de peças e equipamentos). Se a lista de atributos que descrevem a rede em questão for expandida, outras caixas-pretas vão sendo desmontadas, alcançando a empresa automobilística que fabricou o veículo, os funcionários do controle de qualidade (que falharam), as demais máquinas, que não procederam com precisão no encaixe da roda, e assim por diante. É possível, ainda, que um intermediário se torne mediador pela ação de outros atores, que eventualmente buscam cooptá-lo, desviando seus programas de ação para outras translações: é o que ocorre, por exemplo, quando alguma peça do carro enferruja pela ação da umidade, ou, como aqui defendo, quando alguém utiliza parte de um texto para compor uma nova mensagem — um *mashup*, por exemplo.

O que proponho neste trabalho é justamente estender o modelo de descrição das translações apresentado pela TAR às montagens que compõem meu *corpus* de análise. O próprio Latour (2000) fez algo parecido ao discutir, por exemplo, enunciados e textos científicos, e o modo como estes, uma vez proferidos, são sempre palco de controvérsias, à medida que vão sendo reproduzidos em novos enunciados, que ora buscam confirmá-los, ora buscam confrontá-los. Latour explica que a caracterização de determinado enunciado (sua força, seu impacto, sua veracidade) sempre resultará das associações que enunciados posteriores fizerem a seu respeito: diante de qualquer enunciado, produzem-se outros, que podem fortalecê-lo ou contestá-lo, dependendo dos interesses de quem enuncia. Nesse sentido, é comum, em diferentes regimes de enunciação, que os enunciados sejam palco de disputa: se na ciência, por exemplo, disputa-se quanto à aplicabilidade e veracidade de determinada asserção sobre a realidade, na política, por sua vez, disputa-se quanto à caracterização de um grupo, dos interesses de um povo, e quanto à capacidade deste ou daquele indivíduo ou partido para representá-lo (LATOUR, 2003)

As montagens do *corpus* deste trabalho constituem, justamente, enunciados políticos, interessados em definir o momento das Jornadas de Junho, e as características

daqueles que dela participavam. Trata-se, assim, de atores, e, portanto, de enredamentos entre diferentes sistemas semióticos e fragmentos de outros textos, produzidos com o propósito de endossar ou contestar enunciados anteriores a respeito das manifestações. Para criar um texto desses, o montador agenciou, tendo em vista seus próprios interesses, uma série de actantes até então dispersos, de modo a construir sua concepção acerca do que significava participar das Jornadas e, em muitos dos exemplos, do que significava ser brasileiro. Diante da possibilidade de controvérsia e de debate, esses textos convocaram e mobilizaram, através da montagem, uma variedade de recursos, de atores aliados, para sustentar sua validade e dificultar sua contestação, e apagaram, no processo, as vozes dissidentes, eliminando fragmentos indesejáveis das obras fonte. Trata-se, portanto, nitidamente, de translações que, conforme já exposto, trataremos, como Iedema (2001), em termos de ressemiotização.

Tomemos como exemplo uma montagem visual que contrapõe frente a frente as imagens de Dilma Rousseff e de um manifestante anônimo, como num embate (Figura 3). Essa montagem não está apenas representando uma realidade de enfrentamento entre governo e manifestantes, está propondo, para além disso, que ser manifestante implica fazer parte do grupo dos que se opõem ao governo. Ao estabelecer vínculos entre fragmentos de diversos textos, fotos e imagens, um *mashup* desse tipo se consolida como uma forma de existência do embate em questão, e, no caso, como enunciado efetivamente político. Não é muito diferente, nesse sentido, do que ocorre quando, numa campanha política, os candidatos convocam como aliados os dados estatísticos, as imagens e as inscrições que constroem uma realidade positiva a seu respeito. O que muda, nesse caso, é apenas o tipo de aliado convocado para a translação, assim como o grau de flexibilidade com que esses aliados são reunidos, ao redor de questões específicas (de maneira *ad hoc*). O que se mantém é a tentativa, em ambos os casos, de produzir enunciados que construam a ideia de uma coletividade que se sinta neles representada.

Com efeito, na ótica da TAR, é dessa maneira que são continuadas as entidades ou instituições políticas: é por manter estáveis já há muito uma infinidade de vínculos, e por renegociar novos interesses, agregando humanos e não humanos de diferentes materialidades a seus textos e signos, que um partido se sustenta, elege-se, e se consolida

como “representante” da população. As manifestações das Jornadas, porém, como outras formas de ação coletiva emergentes (*bottom-up*) no digital, justamente por não estarem institucionalizadas, viveram uma existência disputada, e precisaram promover certas associações e mobilizar aliados para se fazerem políticas desta ou daquela maneira — daí a relevância dos *mashups* que aqui analiso. Através deles, manifestantes de diversas origens buscaram promover associações entre diferentes textos e fragmentos de textos, não como forma de se institucionalizar (como demonstrou o apartidarismo característico das Jornadas), mas como forma de estender a translação, aumentando seu alcance e seus vínculos.



Figura 3 - Exemplo de *mashup* como enunciado político
FONTE: BRASILJUSTO, 2013.

O ponto chave deste trabalho, porém, é que o processo de construção das montagens aqui analisadas também têm relações com o conceito de ressemiotização descrito por Iedema (2001), o que permite ampliar a relação, já sugerida por este, entre a Semiótica Social e a TAR. É sobre essa relação que me debruço na seção a seguir.

3.5 Translação e Desressemiotização: Semiótica Social e Semiótica Material

Neste trabalho, o casamento entre a Semiótica Social e a Semiótica Material se consolida com o conceito de ressemiotização, amparado na percepção de que a natureza dos vínculos negociados na produção de uma montagem ou *mashup* é semiótica. Na Semiótica Social, o conceito de ressemiotização é utilizado por Iedema (2001; 2003) para se referir ao modo como certos elementos semióticos podem ser traduzidos em outros à medida que processos sociais específicos vão se desdobrando. Para Iedema (2001), a ressemiotização aplica-se, primeiramente, ao processo social de construção de fatos, que, no seu entendimento, não se restringe aos enunciados linguísticos, mas envolve também a transposição de significados entre diferentes modalidades, e em materialidades progressivamente mais duráveis e menos negociáveis.

Uma discussão face a face mobiliza, por exemplo, como principais recursos para descrever algo como fato, os sistemas semióticos corporificados (fala e gesto), que são pouco duráveis e estão sujeitos à fácil contestação; dependendo do resultado do debate, o fato em questão pode, porém, ser transferido a textos escritos, e finalmente a construtos como máquinas ou edifícios, cuja modificação é muito mais complicada (e menos negociável) do que a mera réplica em diferentes turnos de conversação. Iedema (2001) exemplifica a discussão descrevendo, por exemplo, o modo como o processo de construção de um prédio público (um hospital, no caso) envolve uma longa cadeia de transformações semióticas, em que determinados significados vão ganhando corpo em materialidades cada vez mais estáveis, conforme diferentes processos sociais se desenrolam. De maneira simplificada: nas primeiras reuniões em que a construção é discutida, o hospital não passa de um conjunto de enunciados orais, que depois são transformados em documentos escritos (para possibilitar um registro mais duradouro), posteriormente se convertem em plantas arquitetônicas (que possibilitam a análise, visual, da construção projetada), em seguida em pedidos de compra de material e, finalmente, na construção de concreto propriamente dita (que possibilita sustentar, de maneira estável, a separação entre espaços internos e externos ao prédio).

Como se vê, em todas essas transformações, negociam-se não apenas os interesses dos humanos envolvidos no processo, mas também os interesses dos não humanos, entendidos aqui como as diferentes propiciações (*affordances*, nos termos de Kress, 2005) das materialidades e dos sistemas semióticos envolvidos. Assim, fica evidente que a lógica da translação pode ser aplicada até mesmo a formas semióticas, em que a produção de sentidos pode ser entendida como um jogo de associações entre diferentes modalidades, de acordo com os interesses (*affordances*) de cada uma.

Nas palavras de Iedema (2003, p.41), “a ressemiotização está relacionada ao modo como o processo de produção de significados muda de um contexto a outro, de uma prática a outra, de um estágio de uma prática a outro”. Assim, estudar processos de ressemiotização permite historicizar e espacializar o sentido, explicitando que sua constituição ocorre de maneira dinâmica, em diferentes recontextualizações, que se refletem em traduções (*translations*) entre diferentes sistemas semióticos e entre diferentes materialidades. Desse modo, a ressemiotização não consiste simplesmente numa cadeia de reificações dos mesmos sentidos por diferentes materialidades, mas numa cadeia de operações discursivas que podemos compreender como uma translação, que vai gerando, em cada etapa efeitos ontológicos, e não apenas efeitos de sentido. Como em toda translação, as linguagens e interesses dos atores — nesse caso, os significados potenciais de cada elemento, cada modalidade — são apenas parcialmente comensuráveis, de modo que, conforme avança o processo, os sentidos e as identidades dos atores vão sendo desviados em relação ao que eram em etapas anteriores, o que resulta na produção de enunciados novos, com efeitos variáveis, a depender do regime de enunciação em que se inserem.

O ponto é que os estudos de Iedema (2001, 2003), em geral, têm como interesse a descrição de processos de institucionalização, processos em que o sentido vai se estabilizando, à medida que se transfere/traduz para materialidades mais e mais estáveis. Trata-se de processos de silenciamento de vozes discordantes, por meio dos quais as possibilidades de negociação de fatos e sentidos vão sendo apagadas, o que implica em uma progressiva restrição das possibilidades políticas de ação e contestação a seu respeito. Nesses percursos, a transformação material dos sentidos caminha no sentido da impessoalização, afastando-se da interação face a face, de modo que o resultado sejam

enunciados estabilizados mantidos continuamente por não humanos, com os quais não se pode discutir e aos quais não se pode responsabilizar do ponto de vista ontológico, ao menos nas culturas ocidentais ditas modernas (AHEARN, 2001).

Assim, a ressemiotização, na Semiótica Social, estaria mais direcionada aos processos que, na ótica da TAR, produzem caixas-pretas, ocasionando o apagamento e a naturalização de certas redes de associações, que passam a ser vistas como uma entidade única já firmemente consolidada. Contudo, o conceito de translação, como aparato teórico, também pode se aplicar à descrição do processo inverso e à descrição do modo como certos sentidos tidos como naturalizados e estabilizados podem ser questionados a partir de uma releitura de seu processo de consolidação e dos vínculos que mantêm com outras entidades. Em outras palavras, a TAR também oferece ferramentas à descrição do modo como certas caixas-pretas podem ser abertas a partir da identificação dos atores-redes que a compõem, dos diferentes vínculos que mantêm entre si e do processo de sua associação.

Ora, neste trabalho, o conceito de ressemiotização de Iedema é claramente aplicável ao processo de produção de *mashups* com mensagens políticas, uma vez que, nas diferentes etapas da criação desses *mashups*, há evidente transformação do sentido através de diferentes materialidades: em uma etapa, alguns recursos semióticos são apagados, outros são editados de modo a excluir elementos e reabrir as propiciações de sentido das obras fonte, e outros ainda são acrescentados, de modo a construir um novo texto a partir de uma série de recontextualizações. No sentido da estabilização do produto final, caminham claramente as operações de apagamento das costuras entre as partes montadas, conforme descrevem Buzato e colegas (2013). Contudo, os *mashups* que analisarei aqui não procuram esse apagamento total de suas fontes: ao contrário, sua força discursiva está justamente em que as obras fonte sejam reconhecidas, e o percurso de desmontagem e remontagem dessas obras seja evidenciado e aclamado, como apontaram Buzato e colegas (2013) ao mencionar o efeito metasemiótico de *mashups* regressivos.

É aí que está o ganho em compreendê-los conjuntamente segundo a lógica da TAR: proponho aqui que fazê-lo torna possível descrever os percursos de criação desses *mashups* como processos de desressemiotização, termo cunhado por mim a partir da noção de “desreterritorialização”, discutida em Haesbaert (2009) e trazida para a LA por Scheifer

(2014). Embora não se aplique especificamente ao estudo de processos de produção de sentido, o termo emprega o prefixo “des” em referência à necessidade, enfrentada por qualquer construto/território estabilizado, de lidar com aquilo que tende a escapar de suas fronteiras, enquanto o prefixo “re” diz respeito às novas possibilidades de agenciamento que esses mesmos elementos geram, em especial em seus pontos de toque com aquilo que é considerado “externo”. Aqui, pode-se dizer que um *mashup* de conteúdo combina elementos de diferentes obras fontes que foram estabilizados como caixas-pretas, de modo a adquirir certa autonomia e independência de sentido em relação a essas fontes, mas sem apagar completamente os traços do processo que o constitui, convidando à investigação desse processo e à retomada de suas origens, e ao processo da desmontagem. Assim, quando as referências de uma montagem ou *mashup* às suas obras fonte são percebidas, evidencia-se um processo duplo de desmontagem e remontagem, de desfazer especificamente para refazer de outra maneira, de modo que, nas diferentes etapas de confecção do *mashup*, o sentido dos elementos montados está sempre se desconstituindo e reconstituindo de alguma maneira: mesmo quando suas possibilidades são reabertas para transformação, o sentido já está se consolidando, novamente, em alguma direção; caso contrário, não haveria sentido algum.

Em consequência das operações de desressemiotização que caracterizam sua constituição, os *mashups* políticos estudados neste trabalho têm resultado duplo: ao mesmo tempo que propõe a estabilização de certa compreensão do que está acontecendo na esfera pública, esses textos podem permitir a reflexão e discussão acerca de certos aspectos da política contemporânea, com vistas à renegociação dos interesses que envolvem, uma vez que evidenciam seu próprio processo de composição. Assim, ao mesmo tempo em que constituem, efetivamente, maneiras de criar certas realidades políticas, e de estabilizar certos enunciados políticos, esses *mashups* deixam claros os vínculos e associações que os definem, e escancaram-se, assim, como operações ontológicas, que buscam criar a realidade política que retratam, de modo a produzir em seus leitores e espectadores o sentimento de filiação e pertencimento, ou a repulsa.

Fica claro, desse modo, a importância do estudo desses textos: são composições que se reconhecem como fruto de manipulações de sentido, e reconhecem como seu

objetivo claro a recriação de proposições sobre o que existe e o que pode vir a existir, o que lhes confere potencial não apenas para a consolidação das mensagens políticas que pretendem destacar, mas para o desmascaramento de outras operações políticas que caminham no mesmo sentido, mas que insistem em se mascarar como neutras. Desse modo, a compreensão desses textos à luz das noções de desressemiotização e de translação permite divisar com mais clareza o modo como a política tradicional tende a ocultar, através de negociações que produzem estabilizações, a natureza dos vínculos que constituem sua imagem como representante dos grupos de interesse que a sustentam no poder. Ao evidenciar o próprio processo de sua composição, essas montagens permitem enxergar que o próprio processo político em que vivemos (nas eleições ou no cotidiano da democracia) é fruto de um jogo de negociações, silenciamentos e estabilizações promovidas a partir da arregimentação de atores variados a partir de seus interesses. Isso faz dessas montagens mais do que textos característicos da cultura digital, como propus anteriormente: são textos característicos do momento das Jornadas de Junho, em que a ebulição da crise de representação política vivida no Brasil escancarou a si mesma, nas ruas e nas redes da internet.

4 METODOLOGIA E DESENHO DA PESQUISA

4.1 Objetivos

Os objetivos teóricos e empíricos da pesquisa aqui proposta subordinaram-se ao interesse maior de apresentar uma contribuição teórica e metodológica para estudos em LA acerca da relação entre o regime de enunciação da política, o ativismo na contemporaneidade e a cultura digital, no que tange à noção de linguagem digital como processo. Como objetivo teórico, a pesquisa buscou conciliar o conceito de ressemiotização, formulado no âmbito da Semiótica Social, a partir de aportes da Teoria Ator-Rede (LATOUR, 1994), a uma perspectiva processual da linguagem e do texto digitais, conforme o sugerido por Miller (2011). Para ilustrar essa perspectiva teórica, e avaliar seu poder explicativo, tomou-se como objetivo empírico descrever e analisar o percurso de montagem de produções textuais/discursivas publicadas em *sites* de redes sociais no período das Jornadas de Junho de 2013, identificando-se as diferentes operações de ressemiotização empreendidas pelos montadores em relação a momentos distintos do processo em que o próprio significado das manifestações foi negociado por seus participantes.

4.2 Perguntas de Pesquisa

Para atingir os objetivos, foram elaboradas duas perguntas de pesquisa, ambas baseadas no pressuposto, por sua vez amparado na problematização apresentada na introdução, de que as Jornadas de Junho podem ser caracterizadas como uma grande translação em que diferentes versões de Brasil e de realidade brasileira foram postas em confronto, gerando sucessivas desestabilizações e realinhamentos entre atores articulados como candidatos representar o país, em diferentes momentos do processo. São elas:

1. Quais foram os principais actantes mobilizados nos remixes estudados, e em que tipo de processos semióticos tais actantes apareceram com maior frequência?
2. Quais foram algumas das operações de ressemiotização empregadas nas desreestabilizações sucessivas dessas diferentes versões de Brasil e realidade brasileira constituídas nesses textos?

Com a pergunta 1, tencionou-se obter uma visão geral do *corpus* de análise, bem como fornecer instrumentos para a seleção dos textos investigados com a pergunta 2. A opção por estudar apenas os significados representacionais dentre os três tipos de significados produzidos nos textos do *corpus* justifica-se pelas restrições de tempo e número de páginas permitidas para uma dissertação de Mestrado no PPG-LA, do qual faço parte. Além disso, essa opção deveu-se, principalmente, à ênfase processual que se pretendeu estabelecer nas análises, já que os significados representacionais também se expressam em termos de processos, o que é consistente com a ótica igualmente processual que orienta as concepções de linguagem digital (MILLER, 2011), de significação (IEDEMA, 2001; LEMKE, 2002) e de política enquanto regime de enunciação (LATOUR, 2003) aqui adotadas.

Com a pergunta 2, por sua vez, buscou-se entender, em maiores detalhes, as particularidades do processo de composição das montagens do *corpus*, de modo a evidenciar as vantagens e limitações da compreensão do texto (digital) como processo. Tencionou-se, ainda, traçar relações entre as operações semióticas empreendidas na montagem dos textos do *corpus* e a noção de política como regime de enunciação.

4.3 Natureza, Seleção e Organização dos Dados

Para responder às perguntas de pesquisa, foi constituído um *corpus* empírico composto por 88 postagens de *Facebook*, contendo cada uma montagem verbovisual contendo mensagens políticas acerca das Jornadas de Junho de 2013.

Dessas 88 mensagens, 31 compõem um segmento exploratório do *corpus*: são mensagens que coletei em junho e julho de 2013, durante as Jornadas, a partir da observação de páginas de amigos e conhecidos associados a mim pelo *Facebook*. Não houve, nesse caso, critérios pré-determinados para esse armazenamento: de modo geral, registrei as montagens visuais que julguei então mais relevantes às etapas que entrevia para o posterior desenvolvimento da pesquisa, dando preferência àquelas em que percebi evidências mais claras de remixagem, bem como àquelas que, para meu olhar, carregavam referências com maior força discursiva e notoriedade naquele período. Considerei evidências de remixagem a presença, no texto publicado, de fragmentos de outras obras, bem como as marcas deixadas pelos procedimentos de encaixe e sequenciação (montagem horizontal e vertical), mencionados capítulo 3 desta dissertação. No mesmo capítulo, também se descreveram remix e *mashup* como identidades contingentes, o que é condizente com o modo como a percepção dessas particularidades dependeu de meu próprio olhar como pesquisador, e das referências que pude perceber nos textos observados.

O *corpus* definitivo da pesquisa, por sua vez, inclui, em adição a essas 31 postagens, outras 57, extraídas das páginas dos primeiros resultados oferecidos pela ferramenta de pesquisa do *Google* para a entrada *vemprarua Facebook*, em buscas empreendidas entre maio e julho de 2014.

O termo *vemprarua* foi especificamente escolhido não só por ser um dos bordões mais marcantes das Jornadas de Junho, como atestou Rodrigues (2013), mas também por constituir uma expressão de chamamento à ação coletiva, que, no regime de enunciação da política, pode ser considerado uma tentativa de incluir o interlocutor no grupo dos que se sentiam representados pelas manifestações. Assim, essa escolha possibilitou restringir a coleta de dados ao maior número possível, nas condições em questão, de enunciados efetivamente políticos, porque situados em páginas que tinham a constituição de um contexto de representação política como foco.

O acréscimo de *Facebook* à busca se deu pela expectativa de obter mais resultados páginas desse *site* de rede social, dada sua popularidade crescente nos dias atuais. Para angariar montagens que fossem mais representativas em termos de frequência

de postagem e repercussão¹⁴, foram selecionadas para coleta as três páginas oferecidas como primeiro resultado pelo buscador, algumas das quais coincidem com um número relativamente alto de “opções curtir” (indicador quantitativo que, no *Facebook*, serve como critério de reputação e visibilidade, uma vez que evidencia por quantas pessoas a página em questão é acompanhada).

Entre as muitas publicações de cada uma das três páginas selecionadas, foram coletadas todas as postagens verbovisuais que, tendo sido publicadas em junho de 2013, com o tema das Jornadas de Junho, contivessem imagens estáticas com evidências (ao menos sugeridas) do emprego de procedimentos de montagem visual em sua composição (percepção que também dependeu de meu próprio olhar).

Todas as postagens coletadas foram armazenadas de três formas:

- em arquivos de HTML (extensão .htm), que permitiram armazenar, para cada postagem, a respectiva página da Web completa, tornando-a disponível *off-line*;
- em capturas de tela (imagens com extensão .jpeg), produzidas a partir de serviços gratuitos da *web* que registram, com base no *link*, imagens correspondentes à totalidade das páginas que se deseja arquivar;
- em arquivos do navegador, que registram os *links* específicos de cada postagem armazenada.

Em todas as três formas de armazenamento, cada postagem recebeu um identificador composto por uma letra e um número, bem como *tags* que facilitassem eventuais buscas por conteúdos representacionais específicos. No Quadro 3, o *corpus* definitivo da pesquisa aparece representado de acordo com as diferentes possibilidades de agrupamento das postagens coletadas.

¹⁴ Uma descrição mais aprofundada dos critérios de representatividade em *sites* de redes sociais pode ser encontrada em Recuero (2009).

Quadro 3 - Composição do *corpus* definitivo da pesquisa

	Quantidade	Opções “curtir” da página	Forma de coleta	Endereço
Corpus preliminar	31	Não se aplica	Armazenamento livre de postagens consideradas relevantes no período das Jornadas de Junho	Variável
Página <i>vempraruabril</i>	12	560	Entrada dos termos <i>vempraru</i> e <i>Facebook</i> no <i>Google</i> , coleta das montagens com evidências de retrabalho postadas em junho de 2013 nos três primeiros resultados oferecidos pelo buscador	https://www.facebook.com/vempraruabril
Página <i>VemPraRuaBr</i>	25	2969		https://www.facebook.com/VemPraRuaBR
Página <i>AMaiorArquibancadaDoBrasil</i>	20	35785		https://www.facebook.com/AMaiorArquibancadaDoBrasil

Todas essas escolhas de coleta, cabe retomar, resultaram inevitavelmente numa redução drástica do rico universo de textos publicados durante os protestos, uma vez que direcionam os resultados para visões específicas acerca das Jornadas. Isso porque os textos selecionados (em ambos os momentos de coleta) poderiam ser outros, contingencialmente, e guardam relação direta com minhas próprias limitações enquanto pesquisador, e minha própria visão acerca das Jornadas de Junho, além de estarem reduzidos, no segundo agrupamento, a minha própria escolha de palavras para busca, às peculiaridades do próprio algoritmo do buscador escolhido (*Google*) e à própria opção pelo *Facebook* (em vez de outros *sites* de redes sociais significativos para as Jornadas, como o *Twitter*). Ao mesmo tempo, esses recortes é que permitiram a realização concreta da pesquisa e das análises aqui propostas, dado que a complexidade do acontecimento das Jornadas de Junho em si não poderia ser abarcada em sua totalidade num estudo de mestrado, dadas suas limitações práticas para a obtenção de dados etnográficos mais completos acerca dos acontecimentos mencionados.

4.4 Geração e Análise dos Dados

Para responder à pergunta (1), todas as postagens coletadas foram individualmente analisadas, num primeiro levantamento que identificou os participantes representados em cada uma, bem como os tipos de processos representacionais estabelecidos entre eles, em cada montagem. Produziram-se então dois quadros sintéticos, de modo a apresentar quantitativamente os resultados obtidos, sinalizando quais atores da translação foram o foco das publicações do *corpus*, quais atores semióticos foram empregados para representar cada um deles, e quais processos predominaram em cada representação.

Uma vez finalizados os quadros, realizou-se novo levantamento em todo o *corpus*, de modo a escolher um ator semiótico que aparecesse em diversos textos, sustentando diferentes enunciados acerca das Jornadas de Junho e de suas características políticas, e que permitisse mapear os percursos de montagem e ressemiotização descritos na teoria. Para tanto, foi selecionado o ator semiótico do gigante de pedra, já apresentado na figura 1 da introdução, com base nas seguintes justificativas:

- Os textos em que a imagem desse gigante aparece apresentam pelo menos uma fonte em comum: um anúncio publicitário da empresa *Johnnie Walker*, do qual os fotogramas utilizados no *corpus* foram extraídos;
- É possível traçar relações entre os textos em que figura o gigante, e destes com outros do *corpus*, de modo a identificar percursos de ressemiotização entre diferentes montagens;
- Trata-se de um ator semiótico característico do modo de enunciação político, uma vez que é empregado por diferentes montadores com a proposta de representar, de maneira unificada, a totalidade e a multiplicidade das Jornadas de Junho.

Com essa escolha, foram obtidos, para análise mais detalhada, 4 *mashups* contendo a figura do gigante, e um quinto, com uma referência textual ao seu “despertar”. Estas montagens foram agrupadas de acordo com as diferentes propostas que traçam acerca

do significado das manifestações, e foram empregados para responder a pergunta (2), a partir de análises que utilizam, em consonância (i) as categorias da Semiótica Social, com base em Lemke (2002; 2009), Kress e Van Leeuwen (1996) e Iedema (2001; 2003); e (ii) o conceito de translação da teoria Ator-Rede, com as categorias que compreende, conforme proposto por Latour (1994).

Tendo por base essas duas perspectivas teóricas, apliquei um método de análise baseado no princípio metodológico da TAR, segundo o qual se deve escolher um ator-focal (no caso, escolhi o gigante) e seguir os vínculos que o constituem, de modo a desvendar a rede de associações de interesses mútuos que estabelece com outros atores. Como os atores aqui focalizados são elementos representacionais de textos digitais, tomaram-se como seus interesses as diferentes propiciações semióticas (*affordances*) de cada um, postas em evidência na composição de cada texto/montagem.

Embora implique, novamente, um procedimento analítico limitado, incapaz de abordar detalhadamente o processo de montagem desses *mashups* em toda sua complexidade, o recorte foi pensado de modo a avaliar a aplicabilidade da própria manobra teórica aqui pretendida. Uma vez que dê resultados, esse percurso de análise poderá ser gradualmente expandido, em outros trabalhos, para caracterizar de maneira mais completa translações semióticas como as aqui focalizadas.

Para sumarizar as informações referentes à pergunta (2), o Quadro 4 apresenta informações gerais sobre os 5 *mashups* analisados em detalhe no capítulo 5. Embora a maior parte deles faça parte do *corpus* exploratório da pesquisa, e tenha sido obtida em minha própria página do *Facebook*, efetuei, posteriormente, um rastreamento que permitiu associá-los aos endereços da *web* registrados no quadro, de modo a oferecer dados mais precisos quanto a sua publicação. Merecem destaque, no quadro, o *mashup* 2, que, por aparecer em diferentes versões, com diferentes adendos textuais referentes à realização de um ato de ocupação da Rede Globo de Televisão, foi analisado apenas quanto a seus componentes visuais, e o *mashup* 5, cuja publicação original, datada, no *Facebook*, de julho de 2013, não pôde ser recuperada.

Quadro 4 - Dados gerais sobre os *mashups* selecionados para análise detalhada

LEGENDA ADOTADA	DATA	PÁGINA DE PUBLICAÇÃO
<i>Mashup 1</i> (figura 8)	Entre 18 e 21/06/2013	<i>AMaiorArquibancadaDoBrasil</i> Disponível em: http://tinyurl.com/lycpohz
<i>Mashup 2</i> (figura 10)	Entre 29/06 e 03/07/2013	<i>OcupaARedeGlobo</i> Versões variáveis disponíveis em: http://tinyurl.com/mnstrab e http://tinyurl.com/ky8xe83
<i>Mashup 3</i> (figura 11)	19/06/2013	<i>Blog Apócrifo da Esbórnia</i> (link republicado no Facebook) Disponível em: http://tinyurl.com/nhby9xp
<i>Mashup 4</i> (figura 13)	15/07/2013	<i>Blog do V.P.</i> (link republicado no Facebook) Disponível em: http://tinyurl.com/otdtrsx
<i>Mashup 5</i> (figura 14)	13/07/2013	Publicação original apagada, última referencia publicada em 04/11/2013, no portal <i>Gerador de Memes</i> . Disponível em: http://tinyurl.com/n7c25jz

5 ANÁLISE DOS DADOS

5.1 Apresentação do *Corpus*

Os Quadros 5 e 6 apresentam o *corpus* utilizado nas análises voltadas à resposta da pergunta de pesquisa (1), destacando, respectivamente, os principais participantes representacionais e os tipos de processos representacionais encontrados. Cabe fazer notar que alguns itens do quadro foram expressos verbalmente, enquanto outros apareceram em representações pictóricas (modalidade predominante). Ressalta-se, ainda, que em nenhum dos quadros a ocorrência de um dos elementos listados implica a exclusão de outros: a maioria dos textos contempla pelo menos 2 elementos entre os apresentados.

Quadro 5 - Distribuição dos textos do *corpus* quanto aos participantes representados

Actantes	Figurativizações	Quantidade
Manifestantes	Pessoas nas ruas com rosto descoberto	24
	Máscara de Guy Fawkes	11
	Gigante	8
	Pessoas quebrando fachadas de edifícios públicos	6
	Pessoas nas ruas com rosto vendado	3
	Olho se abrindo	2
	Pessoas tirando <i>selfies</i>	2
	Manifestantes da Revolução Francesa	1
Brasil	Bandeira brasileira	21
	Gigante	8
	Referências ao Hino Nacional Brasileiro	3
	Favela	1
	Mapa	1
Políticos	Dilma Rousseff (presidência da República)	7
	Edifícios do Congresso Nacional	3
	Geraldo Alckmin (governo do Estado de São Paulo)	2
	Deputados do Partido dos Trabalhadores	2
	Fernando Haddad (prefeitura da cidade de São Paulo)	1
	José Serra (governo do Estado de São Paulo)	1

Continuação do Quadro 5

Actantes	Figurativizações	Quantidade
Veículos de Mídia	Logotipo da Rede Globo de Televisão	3
	Gigante mecânico com logotipo da Rede Globo de Televisão	1
	Ursinhos Carinhosos	1
Polícia	Tropa de Choque da Polícia Militar	3

O Quadro 5 revela a recorrência com que alguns grupos e entidades envolvidos nas Jornadas de Junho foram representados nos textos do *corpus*, com destaque para os próprios manifestantes, em geral representados através de fotos das multidões nas ruas, ou de jovens portando cartazes e faixas, como se vê na Figura 4, à esquerda. Por outro lado, também foram escolhidos, através de processos conceituais simbólicos atributivos, outros atores para essa representação, dos quais destaco a máscara de Guy Fawkes (em alguns casos, portada por uma figura encapuzada, como na Figura 4, à direita, em referência a outras estratégias utilizadas por alguns manifestantes para cobrir o rosto) e a imagem de um gigante de pedra (Figura 5), correspondente, como veremos nas análises referentes à resposta para a pergunta de pesquisa (2), aos montes do Pão de Açúcar no Rio de Janeiro, cartão postal do Brasil.

A figura do gigante, cabe destacar, tem sempre sentido ambíguo nos textos em que aparece, uma vez que parece ser tomada como sinônimo dos grupos populares que



Figura 4 - Exemplos de figurativizações típicas para o actante “manifestantes”
 FONTES: VEMPRARUABRASIL, 2013 (à esquerda); VEMPRARUABR, 2013 (à direita)

então tomavam as ruas para protestar, mas também como referência ao país ou nação brasileira, pela relação transtextual que guarda com o a metáfora “gigante pela própria natureza”, usada para interpelar o Brasil no Hino Nacional Brasileiro.



Figura 5 - Gigante Pão de Açúcar, empregado como figurativização dos actantes “Brasil” e “manifestantes”
FONTE: MATOS, 2013.

Depois da representação dos próprios manifestantes, é justamente a nação brasileira o elemento que mais aparece, em quase todas as ocorrências através da bandeira brasileira, evidenciando, novamente, um processo simbólico atributivo. Embora esse dado não tenha aparecido no Quadro 5 é comum, mesmo quando a bandeira está ausente, que se empreguem suas cores principais (verde e amarelo). Merecem atenção, ainda que pouco frequentes, as 3 menções ao Hino Nacional, entre as quais não aparecem as referências à figura do gigante, já contemplada em categoria própria, mas a sentença “Verás que um filho teu não foge à luta”, que posiciona o Brasil como interlocutor dos manifestantes, e representa as próprias Jornadas como um embate entre estes, como filhos corajosos da pátria, e os inimigos dela, representados, por exemplo, pelas forças policiais repressoras.

Optei aqui por detalhar ainda os demais participantes mais frequentes, dada sua relevância no contexto das Jornadas: são eles os poderes constituídos (em sua maioria associados à figura de Dilma Rousseff, ou ao cenário do Congresso Nacional); os veículos de mídia tradicional (quase sempre associados à Rede Globo de Televisão) e as forças policiais, retratadas em suas 3 ocorrências como motores de repressão dos protestos. Como a seção seguinte detalhará, essas figuras, embora pouco frequentes, têm aparições qualitativamente muito significativas entre os textos do *corpus*, e foram vistas pelos autores dessas produções como representações de uma oposição àquilo que ocorria nas ruas.

Quadro 6 - Distribuições quantitativa dos tipos de processos representacionais observados no *corpus*

Tipo de processo	Subcategoria	Quantidade
Transacional	Verbal	77
	Material	24
Não Transacional	Comportamental	36
	Existencial	15
Conceitual	Simbólico Atributivo	40
	Analítico	2
	Classificatório	2

Como se vê no Quadro 6, os diferentes participantes representados aparecem, em sua maioria, em processos verbais (presentes na quase totalidade dos textos coletados), que incluem legendas para as imagens ou reproduções do discurso verbal dos participantes das manifestações, tais como palavras de ordem em cartazes ou balões indicando falas. Há também processos transacionais materiais, que, em geral, resumem-se a usuários portando cartazes ou a bandeira brasileira, com eventuais representações de conflagração física (alterações entre manifestantes e policiais, ou atos de depredação por parte dos manifestantes). Também há processos materiais envolvendo a troca de olhares entre Dilma Rousseff e os manifestantes, como apresentado anteriormente na Figura 3.

Quanto aos processos não transacionais, boa parte do *corpus* os apresenta sob a forma comportamental: em muitos casos, o texto visual exhibe apenas fotos dos manifestantes em marcha nas ruas, em posição de protesto, sem meta especificada. Já os

processos existenciais ocorrem em textos que oferecem um retrato do Brasil, da política ou das Jornadas, caracterizando-os. Por fim, há que se destacar as representações de duas ações não transacionais bastante significativas no contexto das Jornadas: o movimento de levantar-se (ou, na modalidade verbal, “acordar”) empreendido pelo gigante do Pão de Açúcar; e a imagem de um olho entreaberto (reproduzida na Figura 6) que, embora apareça em apenas dois textos, reitera metonimicamente a vinculação das manifestações com a ideia de um “despertar”). Como a seção seguinte demonstrará, esses signos visuais são mais abertos à ambiguidade e subversão do que textos verbais, propiciação (*affordance*) amplamente aproveitada por montadores que, posteriormente, buscaram questionar a visão positiva que alguns grupos a princípio demonstraram acerca das Jornadas de Junho. Exemplificando: visualmente, numa imagem estática, a posição de quem se levanta pode coincidir com a de quem se deita, a depender do modo como tal imagem foi encaixada sintaticamente com imagens/textos anteriores e posteriores; já o entreabrir dos olhos pode indicar tanto que eles estão se abrindo, quanto que estão se fechando.



Figura 6 - Exemplo de processo não transacional com possibilidade de interpretação ambígua em representação pictórica

FONTE: FRASESNOFACEBOOK, 2013.

Finalmente, merece destaque entre os processos conceituais a elevada ocorrência de processos simbólicos do tipo atributivo, em que o participante representado carrega traços ou objetos que o associam a outra entidade, ou a algum grupo. Em sua maioria, essas ocorrências envolvem diferentes participantes portando símbolos nacionais (a bandeira e suas cores), ou símbolos das Jornadas (a Máscara de Guy Fawkes, ou capuzes, por exemplo). Mas também ocorre o oposto: na Figura 6, por exemplo, a bandeira é que remete aos manifestantes, não só por ser símbolo do país, mas por ser dotada de um olho, atributo simbólico que a humaniza e remete a narrativas sobre o despertar (ou a miopia) dos manifestantes.

Merece menção, ainda, o uso do logotipo da Rede Globo como atributo simbólico identificador das corporações de mídia e veículos tradicionais de comunicação social, como se vê na Figura 7. A ambiguidade dos signos visuais tal qual instanciada na logomarca é, novamente, aproveitada pelos montadores, podendo levar o montador a utilizá-la tanto como tela ou lente que distorce a realidade, na Figura 7, quanto como um capacete que protege um rosto, como se verá na Figura 10.



Figura 7 – Exemplo de representação da Rede Globo de Televisão a partir de seu próprio logotipo
FONTE: FIMDAREDEGLOBO, 2013

5.2 O Gigante Acordou (ou não?): alguns percursos de desressemiotização

5.2.1 *Mashup 1: o gigante e suas affordances*

O *mashup* 1, que está reproduzido na Figura 8 (e é idêntico ao da Figura 1), consiste em uma montagem verbovisual composta por uma representação pictórica sobre a qual se posicionam algumas sentenças escritas. Foi possível reconhecê-lo como um *mashup* pelo fato de associar pelo menos duas fontes distintas no processo de sua montagem, quais sejam um vídeo de propaganda produzido e publicado no final de 2011 pela marca de uísque *Johnnie Walker* e a bandeira brasileira. Há ainda a referência aos versos do Hino Nacional Brasileiro que descrevem o país como um colosso, e às muitas fotografias e postais que retratam a baía de Guanabara, do Rio de Janeiro, do mesmo ângulo que o utilizado na montagem, o que, na prática, faz de tal cenário um estereótipo de Brasil.



Figura 8 - *Mashup 1*: Representação das Jornadas de Junho como gigante que desperta

FONTE: AMaiorArquibancadaDoBrasil, 2013

O *mashup* 1 será tomado, aqui, como ponto de partida para o mapeamento de alguns percursos de desressemiotização em que o mesmo ator semiótico (um gigante de pedra, correspondente aos montes do Pão de Açúcar) será empregado em diferentes textos, e referenciado em outros, de maneira representativa das disputas que ocorreram, em diferentes momentos das Jornadas de Junho, acerca do significado das próprias manifestações.

Para proceder a essas análises, assumindo-se a dualidade ator e rede proposta pela TAR, é preciso entender os *mashups* analisados também como translações, de escala menor que a grande translação das Jornadas, e, nesse caso, empreendidas por seu criador através do alinhamento entre seus interesses, no contexto em questão, e os interesses das diferentes fontes ou atores, correspondentes às *affordances* semióticas e/ou técnicas de cada elemento representacional mobilizado. O *mashup* 1, dessa perspectiva, pode ser entendido como um ator constituído a partir de uma proposta política do montador, que buscou construir a realidade das Jornadas de Junho de 2013 de um viés bem específico, como um momento de conflito entre dois “Brasis”: de um lado, um Brasil como uma população inerte, alienada, imóvel diante das decisões dos poderes constituídos; de outro, o povo nas ruas, um Brasil ativo, que se levanta na defesa de seus próprios interesses.

Pode-se dizer que o principal ator associado a essa translação do *mashup* 1 é a figura do gigante, entendido duplamente, como referência tanto às manifestações quanto ao Brasil como nação, o que revela uma sugestão de identificação entre os protestos das Jornadas e o que seria a “verdadeira natureza” do povo brasileiro. Trata-se, assim, de um enunciado claramente político, uma vez que toma toda uma coletividade heterogênea como “nação brasileira”, traduzindo-a, apesar de seus múltiplos interesses, num representante unificado, figurativizado como o gigante, e instaurando como de “interesse público” (de todos, portanto) a luta contra a corrupção na política.

Esse tom mobilizatório, acompanhado da sugestão de um Brasil unificado, aparece em diversos dos atributos semióticos que compõem o *mashup* (até mesmo nos textos escritos). As cores do texto (verde, amarelo, azul e branco), por exemplo, são símbolos do Brasil, bem como a baía de Guanabara e o Rio de Janeiro; além disso, o gigante carrega a bandeira brasileira, é grande como o Brasil e também está vinculado à

natureza, já que é feito de pedra e coberto por vegetação. Além desses processos conceituais que o caracterizam como símbolo da nação, o gigante está numa posição sinaliza a ação não transacional de levantar-se, reforçada pela modalidade verbal com o enunciado “o gigante acordou!”. Esse processo é cooptado pelo montador para associar Brasil e manifestantes, e também para descrever as Jornadas como processo de mudança da inércia para a atividade — algo que, como se verá nos demais textos analisados, veio a ser contestado e relativizado por muitas vozes das próprias ruas.

Para retratar o Brasil como inerte e imóvel até então, o montador aproveitou-se de diversas *affordances* do signo visual Pão de Açúcar: o fato de que seu contorno geométrico pode lembrar, de determinado ângulo, a silhueta de um grande homem deitado¹⁵; a caracterização usual que se atribui a um monte, que aceita, por exemplo, tanto “grande”, quanto “imóvel” como qualificadores; e, finalmente, o fato de a paisagem da baía de Guanabara e o céu azul ensolarado permitirem ainda outra referência ao Hino Nacional Brasileiro, quando este trata o Brasil pelo vocativo “deitado eternamente em berço esplêndido, / ao som do mar e à luz do céu profundo”.

São os montes ao redor do Pão de Açúcar que aparecem, na Figura 8, como gigante em movimento, supostamente levantando-se. Esse traço, associado a outros, como a força física e a energia, atributos usuais de um gigante, permitem não só a retratação de um Brasil que desperta (gigante ativo), mas que ao fazê-lo se apruma para enfrentar os obstáculos e adversários ao seu despertar (gigante ameaçador). Tal efeito foi conseguido pelo alinhamento entre o uso, no texto escrito em branco, de formas linguísticas que podem indicar um alerta — o verbo “preparar-se” no imperativo, seguido de vocativo — e a imagem do mastro da bandeira brasileira, que pode ser visto como uma arma (uma espada, um porrete), dado seu formato e sua posição na mão do gigante.

Também as *affordances* do verbo “acordar” foram alinhadas, nesse caso, com os interesses do montador: o verbo pressupõe a existência de dois estados, o sono (imóvel, inconsciente) e a vigília (movimento consciente), característica que o *mashupper* usa para

¹⁵ O fato deu origem até mesmo a algumas lendas populares no Rio de Janeiro, como a do Guardião da Pedra, e outras envolvendo a mitologia egípcia. O *blog* Lendas traz um exemplo, disponível no endereço <<http://www.bondinho.com.br/lendas/>>, acesso em 12 set. 2014.

construir a imagem de um Brasil que acorda para enfrentar a imobilidade do próprio passado. Assim, o montador alcança, com a modalidade pictórica, um grau de expressividade que não obteria meramente com o texto escrito, pelas múltiplas interpretações que as imagens em questão ofereceriam, até mesmo por estarem carregadas de referências a outros textos de marcada brasilidade. Retraçar essas referências não apenas desvela outras *affordances* cooptadas pelo *mashupper* em questão, como também evidencia quais foram suas fontes, e o percurso de desressemiotização que resultou na produção desse primeiro *mashup*.

5.2.2 Primeiro Percurso: da Propaganda ao *Mashup*

As operações empreendidas pelo montador do *mashup* não envolveram apenas o aproveitamento dos interesses dos diferentes atores materiais agregados na montagem, mas também a renegociação dos vínculos que caracterizavam as fontes das quais esses atores foram convocados. Ao seguir as referências transtextuais contidas na Figura 9, evidencia-se, por exemplo, que a criação o *mashup* 1 só foi possível a partir de operações de desmontagem aplicadas a um vídeo publicitário da empresa *Johnnie Walker*, constituído por muitas tomadas em que se representa o despertar do monte Pão de Açúcar como gigante, observado por milhares de pessoas em toda a cidade do Rio de Janeiro.

Com trilha sonora instrumental que confere tom épico ao ocorrido, o vídeo se inicia exibindo tremores e rachaduras no monte, que aos poucos se levanta como gigante e segue, de cabeça erguida, para o Oceano Atlântico. Ao final, o *slogan* “O gigante não está mais adormecido” é entremeado ao andar da criatura, e, em seguida, logo antes de se revelar a marca *Johnnie Walker*, aparece um segundo *slogan*: “*Keep Walking Brazil*” (“Continue andando, Brasil”). Todos esses elementos visuais aparecem reproduzidos nas capturas de tela da Figura 9, que, no *mashup* foram eliminadas, com exceção do quadrante 2.

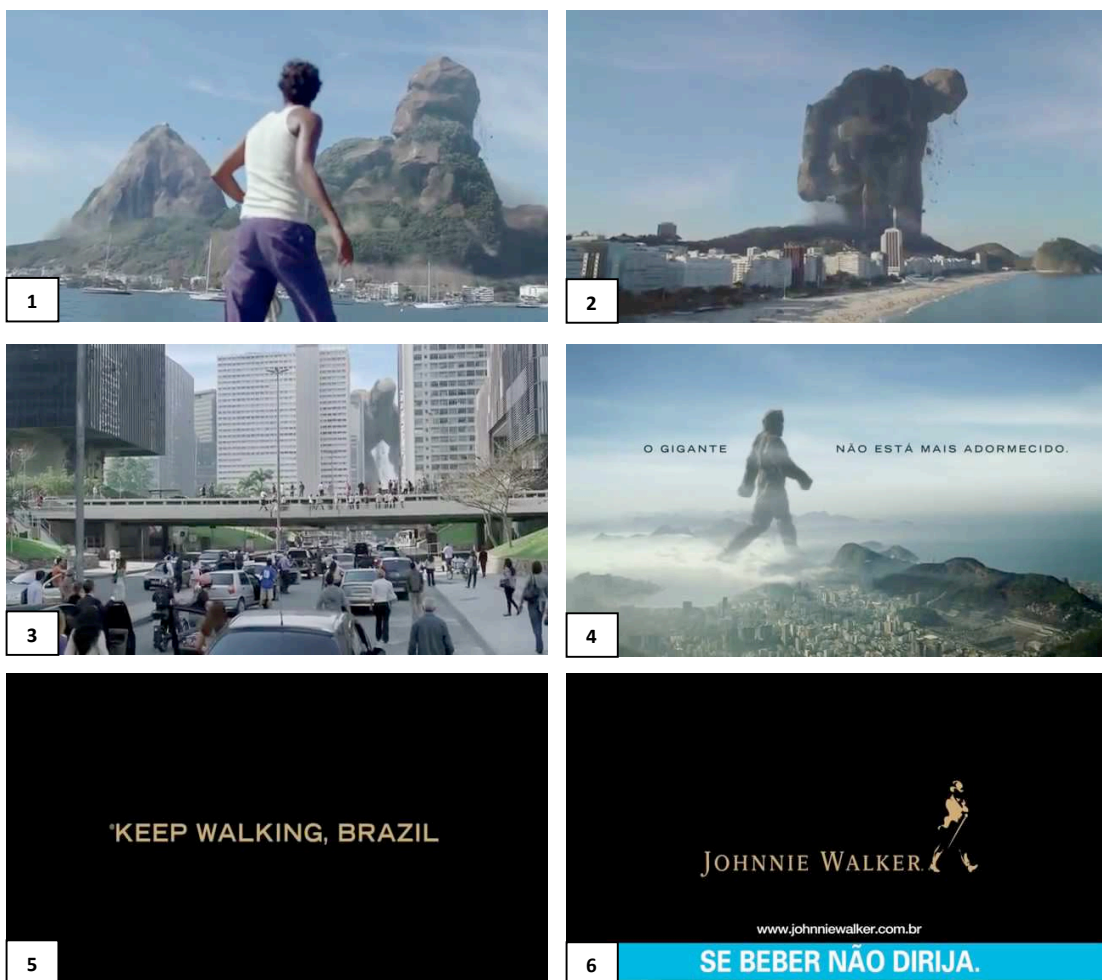


Figura 9 - Sequência de capturas de tela de vídeo publicitário da empresa *Johnnie Walker*
FONTE: KEEP WALKING, BRAZIL, 2011.

Como revelam alguns *blogs* e notícias a respeito da propaganda¹⁶, a *Johnnie Walker* publicou esse anúncio, de nome “Keep Walking, Brazil”, em outubro de 2011, reconhecendo o alto crescimento do faturamento da empresa com o país naquele ano, que alcançou a marca dos 30%. Acompanhando o vídeo, postado no canal da empresa no *Youtube*, havia uma breve narrativa, com referências literais ao Hino Nacional Brasileiro (os grifos são meus):

¹⁶ Dois exemplos são os textos do Jornal do Brasil e do portal Meio e Mensagem a respeito, respectivamente nos endereços <<http://tinyurl.com/8428zbd>> e <<http://tinyurl.com/pv4u3qj>>, ambos com acesso em 12 set.2014 (LORENTE, 2011; PROPAGANDA da Johnnie Walker com Pão de Açúcar que vira gigante faz sucesso, 2011).

No início dos tempos, na parte sul das Américas, habitava um gigante. Um dos poucos que andavam sobre a Terra. **Gigante pela própria natureza**, e sendo natureza ele próprio, era feito de rochas, terra e matas, que moldavam sua figura. Pássaros e bichos pousavam e viviam em seu corpo e rios corriam em suas veias. Era como um imenso pedaço de paisagem que andava e tinha vontade própria. Caminhava com passadas vastas como vales e tinha a estatura de montanhas sobrepostas. Ao norte, em seu caminho, encontrava sol quente e brilhante nas quatro estações do ano. Ao sul, planaltos infindáveis. A oeste, planícies e terras cheias de diversidade. E a leste, quilômetros e quilômetros de praias onde o mar tocava a terra gentilmente, desde sempre. Havia também uma floresta como nenhuma outra no planeta. Tão grande, verde e viva que funcionava como o pulmão de todo o continente à sua volta. Mesmo diante de tudo isso, um dia, enquanto caminhava, o gigante se inquietou. Parou então à beira-mar e ali, entre as águas quentes do Atlântico e uma porção de terra que subia em morros, deitou-se. E, **deitado nesse berço esplêndido**, olhou para o céu azul acima se perguntando: “O que me faz gigante?”. Em seguida, imaginando respostas, caiu em sono profundo. Por eras, que para os gigantes são horas, ele dormiu. Seu corpo gigantesco estirado, o joelho dobrado formando um grande monte, uma rocha imensa denunciando seu torso titânico e a cabeça indizível, coberta de árvores e limo. Dormiu até se tornar lenda no mundo. Uma lenda que dizia que **o futuro pertencia ao gigante**, mas que ele nunca acordaria e que o futuro seria para ele sempre isso: futuro. No entanto, com o passar do tempo ficou claro que nem mesmo as lendas devem dizer “nunca”. Depois de muito sonhar com a pergunta sobre si, o gigante finalmente despertou com a resposta. **Acordou, ergueu-se sobre a terra da qual era parte e ficou de frente para o horizonte**. Tirou então um dos pés do chão e, adentrando o mar, deu um primeiro passo. **Um passo decidido em direção ao mundo lá fora para encontrar seu destino**. Agora sabendo que o que o faz um gigante não é seu tamanho, mas o tamanho dos passos que dá.

Vídeo e texto mostram, assim, que a própria produtora do comercial é quem primeiro havia aproveitado as *affordances* descritas no item 5.2.1, também para retratar, com o gigante Pão de Açúcar, o Brasil em uma situação de mudança, em que o país, até então algo imperceptível, adormecido, levantou-se como um grande mercado aos olhos de empresas globais, elevando-se e caminhando em direção a elas (“ao mundo afora”). As menções literais ao Hino Nacional e todas as *affordances* relacionadas à paisagem do Pão de Açúcar e à figura de um gigante “feito de natureza” foram alinhadas, assim, aos interesses da *Johnnie Walker*: construir para o Brasil o *status* de um mercado emergente, que está caminhando em direção ao capital global como nunca antes.

Para criar o *mashup* a partir dessa peça publicitária, o montador se aproveita, antes de tudo, de uma *affordance* técnica: com o uso de *softwares* específicos, ele paralisa o vídeo em um momento específico (o quadrante 2 da Figura 9) e recorta tal quadrante, isolando-o dos demais, para então trabalhar com ele como imagem estática. A captura de

tela selecionada pelo montador carrega consigo boa parte das associações promovidas pela empresa de uísque, tomando-as como um construto estável, como uma caixa-preta, sem desfazer os vínculos que já haviam sido estabelecidos (pela lenda, pela propaganda, pelo próprio Hino). Apesar disso, trata-se agora de uma cena completamente diferente, pois o despertar do gigante Brasil será associado a uma nova translação: elimina-se o vínculo com a *Johnnie Walker*, pelo apagamento dos *slogans* que remetem à empresa, e promove-se, em lugar destes, uma série de associações com outros atores que remetem ao debate político levantado pelas Jornadas de Junho.

Essas novas associações são empreendidas pelo montador através de intervenções sobre a captura de tela selecionada, como a adição de textos escritos e outras imagens que, por sua vez, remetem a outras fontes e resultam em novos significados. A posição da mão do gigante é tomada como ponto de assentamento, que permite ao *mashupper* encaixar sobre a cena o mastro com a bandeira do Brasil. Como que empunhado pelo gigante, o mastro aciona um processo simbólico atributivo, pois é uma clara alusão ao civismo que a bandeira representa, mas seu formato é também o de uma arma, atributo símbolo de agressividade, como já mencionado, e algo que não era contemplado nem na propaganda, nem em símbolos nacionais, como o Hino e a bandeira.

Modificações como essas são operações de ressemiotização, que envolvem uma redistribuição e reorganização, no *mashup*, dos elementos de cada fonte, de acordo com as *affordances* a elas associadas. Isso fica bastante visível, por exemplo, na polarização que caracteriza a montagem final. Como expresso no Quadro 1, é comum, quanto ao eixo vertical de representações pictóricas, que elementos ideais e potenciais (abstratos) ocupem a posição superior da imagem, enquanto o que é concreto ocupa normalmente os quadrantes inferiores. Já no eixo horizontal, associa-se o lado esquerdo ao que é dado, e ao direito, o que é novo. Pode-se dizer que esses princípios são *affordances* da modalidade pictórica, e que o montador, ao construir sua mensagem, está cooptando essas *affordances* de acordo com seus interesses.

A figura do gigante, por exemplo, ocupa posição intermediária em ambos os eixos, apontando para a direita, o que pode ser visto como uma representação tanto de que uma mudança do Brasil está em processo de concretização, quanto de que este carece de

renovação. Entretanto, não se identificam, na modalidade pictórica, nem o espaço para onde o gigante caminha, nem contra quem pega em armas: o mastro em suas mãos funciona como vetor que aponta apenas para o mar, para o desconhecido, numa possível menção ao fato de que o sentido para o qual o país caminhará depois de despertar ainda não está definido, é “novo”.

Também ocorrem desvios e acréscimos no texto escrito, os quais particularizam a interpretação da modalidade visual. Em relação à propaganda, as menções à *Johnnie Walker* são substituídas por um alerta a “políticos inertes e corruptos”, apontados como futuro alvo do gigante que desperta. Aproveitando uma *affordance* de todo substantivo em língua portuguesa, o montador posiciona “gigante” não mais como vocativo, função que o termo ocupava no Hino (“gigante pela própria natureza,/ és belo, és forte, impávido colosso”), mas como sujeito e agente do verbo “acordar”, o que caracteriza a ação como algo que parte dele próprio, em vez de ser iniciada por outros, e opõe-se à caracterização do Brasil como um país “deitado eternamente” (portanto imóvel e inofensivo). Trata-se de uma escolha muito significativa, uma vez que os substantivos podem, igualmente, desempenhar a função de complemento verbal — o que resultaria, por exemplo, em “acordaram o gigante!”, em que o Brasil continuaria, ao menos parcialmente, em posição de passividade.

O que esta primeira análise evidencia, assim, é um percurso de desmontagem de um conjunto de cenas em que o Brasil é representado como gigante que desperta para o mundo, e uma recontextualização, com as devidas operações de acréscimo e modificações, em que o mesmo despertar passa a ser visto como o levante das ruas (constituído como luta contra a corrupção). O fato de que, do ponto de vista orientacional, a cena se coloque como oferta ao observador, que a vê de lado (envolvimento médio), sem troca de olhar com o gigante, sugere que o montador a produziu como provocação: não só aos políticos corruptos, vocativo do texto escrito, mas também ao cidadão brasileiro, que é convidado a se posicionar no que seria esse combate à corrupção política, caracterizado como fundamental à brasilidade, como bem evidencia o emprego de tantos símbolos nacionais.

Essa concepção das Jornadas de Junho é bastante diferente daquela pretendida, por exemplo, pelos grupos que a iniciaram, em especial o Movimento Passe Livre, que

tinha objetivos bem específicos quanto à tarifa de transporte público, e que veio a recuar no comando dos protestos, na medida em que estes, ao unirem vozes outras (e múltiplas), passaram a gritar por causas contraditórias e, em alguns momentos, vinculadas a setores muito conservadores da sociedade brasileira. À época em que “o gigante acordou” virou mote das Jornadas, houve muitos que questionaram se o tal colosso não estaria, na realidade, sonâmbulo. Outros, ainda, enxergaram com olhos ainda menos confiantes as mobilizações, denunciando uma série de entraves à própria sustentação dos protestos, e denunciando as reações que os poderes constituídos e a mídia estavam assumindo frente a estes. Essa disputa também foi textualizada, como se verá a seguir.

5.2.3 Outros *mashups*: o gigante acordou?

São representativos desta outra narrativa das Jornadas os *mashups* 2 e 3, reproduzidos respectivamente das Figuras 10 e 11, que retomam os dois atores mais expressivos do *mashup* 1: o gigante e a bandeira brasileira. O primeiro caso emprega a mesma figura do gigante (na mesma posição), mas acrescenta a esta um novo ator: a figura mecânica e igualmente gigantesca da Rede Globo, identificada através de um processo simbólico atributivo, que posiciona o logotipo da emissora como rosto do robô protegido por um capacete. Já no *mashup* 3, é a bandeira brasileira que recebe alterações e acréscimos: o círculo azul que fica ao centro da flâmula é representado como um olho entreaberto, no qual um policial espirra *spray* de pimenta.



Figura 10 - *Mashup 2*: representação do embate entre o gigante Brasil e o gigante Rede Globo
FONTE: OCUPAAREDEGLOBO, 2013

Nesses dois *mashups*, é significativo o uso das *affordances* organizacionais da modalidade pictórica. Em ambos os casos, há evidente polarização entre esquerda e direita, em que os poderes constituídos, figurativizados como a mídia televisiva e a repressão policial (por sua vez comandada pelos políticos), ocupam a posição associada ao que é dado, ou conhecido, e, através de um processo transacional material, atingem os atores associados ao que é novo, recém-revelado, isto é, à emergência dos protestos e manifestações. Assim, há uma inversão em relação ao *mashup* 1, em que saía do gigante, através da bandeira, um vetor que apontava para o novo ainda incerto e desconhecido: agora, gigante é bandeira é que recebem esse vetor da esquerda para a direita, emitido por forças estabelecidas muito antes.



Figura 11 - *Mashup* 3: representação da disputa entre manifestantes e forças policiais

FONTE: APOCRIFODAESBORNIA, 2013

Trata-se de *mashups* que capturam dois aspectos muito marcantes dos eventos das Jornadas: no primeiro caso, a maneira como as grandes empresas da mídia brasileira mudaram seu discurso sobre os protestos conforme estes avançavam, e aos poucos passaram a tentar direcioná-los para que contemplassem seus próprios interesses (PARRA, 2013); no segundo caso, o modo como governos estaduais e municipais utilizaram amplamente a repressão policial, justificada pela suposta ocorrência de atos de vandalismo,

para conter e dispersar as multidões das ruas, tendo como principais instrumentos balas de borracha, bombas de gás lacrimogênio e *spray* de pimenta (SOARES, 2013).

Para além disso, porém, esses dois *mashups* são interessantes por representarem (ou ao menos sugerirem fortemente) processos reativos, resultantes desse embate entre dado e novo. No *mashup* 2, por exemplo, há um movimento interessante entre o primeiro e o segundo quadros: a princípio, a posição do gigante (cooptada anteriormente para implicar seu despertar) é tomada como traço de vulnerabilidade, o que faz com que o robô Globo o ataque e, em posição verticalmente superior, tente torná-lo submisso, aprisionando-o em suas rédeas; no quadro seguinte, porém, convoca-se outro quadrante da propaganda da *Johnnie Walker*, numa cena em que o gigante está de pé, para marcar a inversão: é o gigante, agora, quem subjuga a Rede Globo, acorrentando-a.

As escolhas semióticas empregadas na produção dessa montagem contribuem para o processo: a modalidade visual permite destacar atributos similares para o gigante de pedra e o da Rede Globo. Embora sejam constituídos de materiais diferentes (um de pedra, outro de metal), e tenham origens supostamente diferentes (um na natureza e na cultura local, outro na indústria e na tecnologia global), eles têm o mesmo tamanho, a mesma forma física básica, os mesmos gestos e atitudes de guerreiros, o que os coloca como adversários, em tese, simétricos em termos de poder. Tendo posicionado os gigantes numa mesma linha horizontal, ainda que com alturas diferentes, o montador empreende um processo conceitual classificatório que torna povo e Rede Globo entidades análogas, algo que verbalmente seria mais difícil, dado que “povo” e “corporação de mídia” possivelmente não são co-hipônimos em nenhum campo semântico. A modalidade pictórica, assim, torna possível, através da representação de atributos que se repetem, uma associação que, verbalmente, exigiria uma série de concatenações entre metáforas e campos semânticos, como no caso de “pessoa física” e “pessoa jurídica”.

Os processos materiais e a variação da posição vertical de ambos os gigantes, por sua vez, também são *affordances* do visual que o montador utiliza para retratar como embate de gigantes a tentativa da grande mídia de canalizar a força política das Jornadas, e para sinalizar aquilo que muitos grupos de manifestantes salientaram à época dos protestos: para que algum gigante efetivamente acordasse e ficasse de pé, seria necessário enfrentar as

corporações de mídia, e retratar os acontecimentos das ruas com outros olhares. Isso se traduziu, por exemplo, no grande volume de gravações, fotos e relatos publicados na internet pelos próprios manifestantes, pela assim chamada Mídia Ninja e por outros grupos e ONGs.

O mesmo tipo de reflexão é evidenciado no *mashup* 3, em que policial e bandeira, embora não compartilhem atributos, estão em confronto material, numa relação bitransitiva em que um olha para aquilo que tenta cegá-lo, e o outro cega aquilo que tenta olhá-lo. Aqui, são rastreáveis os dois textos fonte: a representação artística da bandeira brasileira com um olho, empregada em algumas postagens junto à legenda “o gigante acordou” (como se viu, na seção 5.1, com a Figura 6); e uma fotografia feita nos protestos do dia 17 de junho em São Paulo, que exhibe um policial atacando com *spray* um cinegrafista (Figura 12). O montador recorta o policial, cooptando o vetor correspondente ao jato de *spray*, e substitui a meta desse processo transacional por outra, que de certo modo lhe é análoga: se, a princípio, a polícia estava atacando aquele que filma (e, portanto, alguém que permite à população “ver”, acessar os acontecimentos das ruas), no *mashup* 3, ataca-se um olhar que simboliza o de todo o povo brasileiro. Assim, do mesmo modo que no *mashup* 2, há aqui uma disputa entre o dado e o novo, agora a partir de dois processos materiais que se anulam: se a polícia atinge o olho com *spray*, este já não pode ver, enquanto que, se o olho do país efetivamente está sobre a polícia, esta já não poderá agir tão violentamente.



Figura 12 - Fotografia utilizada como fonte para o *mashup* 3
FONTE: GAZETAONLINE, 2013

Fundamental, nesse conjunto, é o texto verbal, manobra de ressemiotização pela qual se estabelece um questionamento direto ao leitor, que só seria possível, na modalidade pictórica, se os olhos dos participantes representados emitissem vetores dirigidos ao espectador, o que não é o caso. Assim, é através do texto escrito que o montador indaga, diante da cena, se efetivamente o Brasil está acordado, desperto, atento aos acontecimentos das ruas, e se efetivamente será capaz de suportar as forças que se opõem a esse olhar, simbolizadas no *spray* de pimenta. Aqui, a *affordance* visual cooptada é a já mencionada ambiguidade da representação do olho entreaberto, que pode tanto significar que a bandeira está acordando, como que está sofrendo pela ação do *spray*, e tendendo a fechar-se. Diante da incerteza nas ruas, do caráter contraditório e difuso de suas reivindicações múltiplas, da violenta repressão policial, do modo como esta afastava e atacava a própria imprensa e os agentes de mídia alternativa, o *mashup* 3 pareceu indagar se efetivamente era possível dizer que o povo brasileiro tinha acordado.

Em suma, os *mashups* 2 e 3 contrapõem-se claramente ao *mashup* 1; são *mashups* recalcitrantes (para usar um termo da TAR) em relação a certas visões mais ingênua acerca das Jornadas inicialmente circulada pela mídia oficial e pelas redes sociais *on-line*. Embora apresentem, elas próprias, traços de ingenuidade (ao manter, por exemplo, a representação das manifestações como um gigante), sua recalcitrância se manifesta justamente quando convocam os elementos anteriormente vinculados à visão ufanista, do primeiro texto para questionar essa mesma impressão, desviando o sentido dos fatos e a direção dessa interpretação inicial, que a primeira montagem tentava estabilizar.

Desse modo, pode-se associar os *mashups* 2 e 3, ainda que com ressalvas, aos momentos altos de ebulição das Jornadas de Junho, em que diversos grupos foram às ruas com propostas tão múltiplas, que provocaram o recuo de grupos mais engajados de militantes, especialmente quando vários grupos dos protestos passaram a reivindicar, por exemplo, a extinção de partidos políticos e a derrubada de Dilma Rousseff. Os questionamentos expressos nas duas montagens analisadas nesta sessão parecem incidir justamente aí: é esse o gigante que acordou? Acordou de fato? Será que reconhece que terá inimigos, e que muitos deles já tentam domá-lo, e canalizar a força política dos protestos a seu favor?

Como se vê, porém, essas duas montagens não abandonam o ufanismo que, de certo modo, questionam: o Brasil ainda se apresenta pelos mesmos símbolos nacionais, e as manifestações ainda são representadas como unas, através da figura do gigante. O questionamento empreendido por esses textos ainda privilegia, portanto, certa visão das manifestações como acontecimento político de identificação e unidade nacional, algo que, para muitos dos analistas de junho de 2013, não corresponde à multiplicidade dos que estavam nas ruas.

Para completar os percursos aqui analisados, serão apresentados ainda dois *mashups* circulados no momento seguinte a este segundo, um momento de controvérsia ainda maior sobre o que de fato tinha ocorrido com o país. Nesse terceiro momento, tematiza-se, basicamente, o arrefecimento dos protestos, e a falta de resultados concretos das jornadas na vida quotidiana do cidadão, o que leva a própria imagem do gigante a ser questionada.

5.2.4 Terceiro momento: o gigante voltou a dormir?

Os *mashups* 4 e 5, reproduzidos respectivamente nas figuras 13 e 14, foram publicados no momento de dissipação das manifestações, correspondente ao à primeira quinzena do mês de julho de 2013. Frente às manobras dos governantes (em nível Federal, Estadual e Municipal, incluindo redução no preço das tarifas de transporte público), à disseminação (espetacularizada em telejornais) de atos de depredação entremeados aos protestos, e ao recuo de grupos militantes assustados com o conservadorismo de algumas das reivindicações das ruas, os protestos foram se reduzindo gradativamente, até retomarem as proporções do início de junho, eventualmente vindo a cessar. As reações a esse arrefecimento foram múltiplas: muitos o avaliaram positivamente, descrevendo os manifestantes como manipuláveis e conservadores demais; outros lamentaram o modo como as narrativas das emissoras cobriram os eventos, com ênfase demasiada em algumas cenas de vandalismo; e outros ainda criticaram a dispersão, avaliando negativamente a efemeridade das lutas que pareciam ter vindo à tona com os protestos.



Figura 13 - *Mashup 4*: representação do gigante Brasil voltando a dormir
FONTE: PEIXOTO, 2013

Os *mashups* 4 e 5 parecem se filiar a alguns desses questionamentos. Como se vê, o primeiro dos dois também se utiliza de um quadrante extraído da propaganda da *Johnnie Walker*; neste caso, porém, a cena selecionada apresenta o gigante em uma posição intermediária entre horizontal e vertical, o que, como já mencionado, torna impossível determinar para onde aponta o vetor de seu movimento: estaria ele se levantando ou se deitando? A ambiguidade visual é reforçada pela interrogação no texto escrito, que propõe um questionamento, empregando uma sentença que circulou em *blogs*¹⁷ até mesmo durante os próprios protestos, na qual se reconhece o despertar do gigante (“o Gigante acordou”) mas se questiona o propósito disso e a efetiva continuidade desse movimento.

A menção ao “fazer xixi” sugere, nesse caso, que as manifestações não teriam envolvido um verdadeiro despertar para o trabalho e para a mudança, mas um despertar de motivação efêmera, sem origem séria, equiparável a um desabafo, à mera busca por despejar alguns incômodos que estavam bloqueando o retorno dos envolvidos à apatia política em que usualmente se situavam. Se verbalmente era possível retratar o gigante fazendo xixi, não havia recursos facilmente disponíveis para fazê-lo na modalidade pictórica, o que foi compensado pela utilização que o montador fez da posição corporal

¹⁷ Um exemplo pode ser encontrado em Carvalho, 2013.

intermediária e ambígua que o gigante ocupa no quadrante escolhido, cuja interpretação é então especificada pelo texto escrito.

Trata-se, assim, de uma montagem que parte das mesmas fontes que o *mashup* 1, mas as remonta de modo mais crítico, contrapondo o otimismo inicial do primeiro texto. O mesmo ocorre com o *mashup* 5, com a particularidade de que este toma o próprio o *mashup* 1 como uma de suas fontes: no quadro superior, aparece a mesma cena que abriu este percurso de análise, com o gigante de pedra na mesma posição, portando a bandeira brasileira. Aqui, fica evidente o processo de desressemiotização operado pelo montador, uma vez que foram excluídos alguns elementos da primeira montagem (como a menção textual à luta contra a corrupção), enquanto outros foram associados aos novos elementos do quadrante inferior. Este faz uso de outro *frame* da mesma propaganda utilizada pelos demais (a cena também aparece, por exemplo, no *mashup* 2), em que o gigante aparece em pé, levemente voltado para o mar, e em posição que insinua movimento de caminhada.



Figura 14 - *Mashup* 5: representação do gigante Brasil deixando o próprio território

FONTE: GERADORMEMES, 2013

Como nos demais casos, é o verbal que particulariza e restringe o sentido das ações expressas visualmente, e, no caso desta montagem, as duas modalidades apresentam grande coerência: tanto texto escrito quanto imagem são reproduções de fragmentos que já haviam aparecido no *mashup* 1, demonstrando que o ponto de partida remonta à retratação das Jornadas como um grande despertar. Contudo, há uma polarização da imagem entre o que está em cima (associado, convencionalmente, ao que é ideal) e o que está embaixo (correspondente ao que é real): no segundo quadrante, já não há mais gigante a despertar, já que a posição deste em relação à paisagem (de pé, virado para o mar) foi aproveitada pelo montador para produzir, com a modalidade escrita, a narrativa de que o colosso, após se levantar, optou por deixar o Brasil.

Parece formular-se, aí, uma crítica mais dura a visões idealistas acerca dos levantes de junho de 2013, o que é consistente com o fato de o *mashup* 5 ter sido publicado já em julho, quando as manifestações haviam se dispersado, e o Brasil parecia retornar a sua rotina. A princípio, o questionamento parece admitir a visão das Jornadas como um despertar; contudo, o que se representa posteriormente, no segmento inferior, não é um mero retorno à apatia, não é “voltar a dormir” como no texto anterior, mas sim um verdadeiro rompimento: visualmente, o gigante parece dar as costas ao Brasil, e a modalidade escrita atribui a ele o enunciado “vou me embora ‘dessa merda’”. Esse enunciado já não tenciona criar um grupo, um público, um contexto, já não demonstra a intenção de traduzir como brasilidade, expressa na figura do gigante, o conjunto de interesses levantados pelas Jornadas de Junho, mas diz justamente o contrário: o gigante não representa mais nada, porque o país não é visto como grupo, não chegou a constituir um único público, uma coletividade, é simplesmente uma massa material, uma “merda”.

Trata-se, portanto, de um enunciado que já não é tão claramente político, na definição de Latour (2003), e talvez possa ser descrito até mesmo como antipolítico, uma vez que expressa a negação do que seria um novo público e um novo interesse comum, unificado. Nesse sentido, pode ser entendido como um *mashup* que recria o sentimento vivido por muitos, no Brasil, após o fim dos protestos e até nos anos posteriores, de que a efervescência tão marcante nas Jornadas de Junho não alcançou nenhuma conquista frente à

intensa crise de representação e legitimidade que enfrentava e enfrenta a política nacional, diante do que a solução seria abandonar a nação.

Para além disso, pode ser entendido também como um *mashup* que ironiza suas fontes, como que parodiando aqueles que vinham representando o Brasil de maneira tão ufanista, mas que, diante dos primeiros entraves a suas reivindicações, voltavam a criticar o país, ameaçando (no caso de grupos mais abastados) trocá-lo por uma vida no exterior. Neste segundo sentido, o *mashup* 5 expressa uma crítica à própria escolha do gigante como representação do Brasil, aderindo a esta apenas como forma de satirizar os que o fizeram, de modo a desmascarar que sua intenção, a bem da verdade, não havia sido efetivamente política em momento algum, uma vez que, frente à controvérsia, revela não compartilhar os interesses das múltiplas coletividades que compõem o Brasil (retratadas como “merda”), mas apenas os seus próprios (como evidenciado no uso da primeira pessoa do singular, “vou-me embora”). Trata-se de uma interpretação interessante, na medida em que evidencia uma completa reconfiguração de sentidos nos enredamentos materiais em questão, operada através de um claro percurso de desressemiotização escancarado pelas múltiplas referências que a montagem carrega.

Com esta análise, finaliza-se a descrição do percurso de produção de significados, aqui mapeado em três momentos distintos das Jornadas de Junho: sua eclosão, e o otimismo que lhe foi característico; seu ápice, em que a incerteza aflorou frente aos conflitos de interesses que passaram a se expressar nas ruas; e seu arrefecimento, marcado pelo aparente retorno de alguns grupos à apatia política, pela intensificação do descontentamento de outros, diante das poucas mudanças alcançadas e da efemeridade dos movimentos, e pela visão crítica, de outros ainda, frente à maneira como as Jornadas foram representadas conforme ocorriam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face às análises e discussões apresentadas, pode-se dizer que este trabalho cumpre seus principais objetivos gerais, uma vez que se propunha a oferecer caminhos para a compreensão da relação entre o modo de enunciação da política e as particularidades técnicas, discursivas, semióticas e sociais da cultura digital. O que o estudo evidenciou, nas diferentes etapas do processo, é que essas particularidades efetivamente se fazem notar, de vários modos, em fenômenos como a convergência de mídias, os empreendimentos participativos de produsagem com objetivos políticos, o surgimento de redes de movimentos sociais, organizadas via tecnologias, e a articulação peculiar entre levantes populares e a internet, nos últimos anos.

Igualmente frutuosa foi a possibilidade de questionar as perspectivas deterministas com quem se costuma abordar esse tipo de questão, na busca por um estudo que não incorresse nem na ingênua exaltação das tecnologias digitais, nem na impressão falaciosa de que suas particularidades não têm nenhuma relação com a atual configuração dos acontecimentos políticos, culturais e sociais. Com esta pesquisa, ficou claro que nem sempre é política, no sentido pretendido por Latour (2003), a mera produção e compartilhamento de conteúdos que remetam a acontecimentos similares às Jornadas de Junho, o que também não invalida a percepção de que práticas como essas podem, em alguns casos, constituir muito mais que “ativismo de sofá”, quando efetivamente abarcam a tentativa de constituir o contexto de uma coletividade que se sinta neles representada, ou discutir as diferentes possibilidades de ocorrência dessa representação.

Situados nessa discussão mais ampla, os objetivos empíricos da pesquisa tencionavam associar certas propostas e intenções políticas acerca das Jornadas às operações semióticas empreendidas nos percursos de ressemiotização que deram origem aos textos coletados para o *corpus*. A resposta à primeira pergunta de pesquisa (quais foram os principais actantes mobilizados nos remixes estudados, e em que tipo de processos semióticos tais actantes apareceram com maior frequência?) ofereceu um panorama genérico quanto aos atores empregados nos textos coletados, e permitiu perceber os diferentes vínculos semióticos entre atores intratextuais e aqueles pertencentes à translação

maior das Jornadas de Junho. Traçar essas associações permitiu enxergar mais nitidamente a conexão entre as questões semióticas abordadas aqui, e o contexto mais amplo das manifestações, em que diferentes interesses se chocavam.

Embora a amostra de textos coletados seja muito reduzida em relação ao conjunto de todos os conteúdos que foram publicados na *web* ao longo das Jornadas, não deixa de ser significativa a presença marcante, no *corpus*, de processos materiais verbais e processos conceituais simbólicos atributivos. Estes endossaram a consideração de que a escolha das figurativizações empregadas em cada montagem correspondeu à tentativa de representar os actantes mais significativos na translação das Jornadas, como a mídia tradicional, os políticos e a própria ideia de uma nação brasileira. Mais que isso, porém, confirmou-se a intenção predominante, por parte dos que se manifestaram na internet, de representar aqueles que saíram às ruas, atribuindo um sentido, um propósito e uma série de atributos aos protestos, através da escolha de atores semióticos que simbolizassem, numa única figura, o conjunto dos manifestantes brasileiros, ou questionassem (como no *mashup* 5) essa tentativa de unificação.

Com efeito, fosse para criticar, fosse para exaltar as Jornadas, os textos do *corpus* tiveram como participante representado mais frequente a multidão das ruas, e promoveram diversas vezes a associação entre esta e a própria nação brasileira, através dos símbolos nacionais: cores, Hino, bandeira. A busca por essa associação (e sua discussão) é um evidente traço político desses textos, uma vez que promovia a ideia de que as Jornadas correspondiam à expressão da vontade do povo brasileiro (ou de segmentos deste), em enunciados que presumiam (ou questionavam) a existência desse povo, e sua unidade.

Também é significativo, dessa perspectiva, que os outros dois atores semióticos mais empregados, no *corpus*, para representar os manifestantes tenham sido figuras com a máscara de Guy Fawkes, e o próprio gigante Pão de Açúcar. No primeiro caso, promoveu-se a associação dos protestos à figura rebelde de Fawkes, bem como a outras manifestações do mesmo tipo, ocorridas recentemente em todo o mundo, nas quais a mesma máscara foi utilizada. No segundo caso, retomaram-se atributos tipicamente brasileiros, como o gigantismo, as riquezas naturais e a força latente, de modo a tentar condensar, como um

único ator semiótico, a vasta multiplicidade de grupos, interesses e reivindicações daqueles que foram as ruas.

Justamente por isso, as respostas à segunda pergunta de pesquisa foram muito interessantes. Tendo como foco o ator semiótico do gigante de pedra, descrever “quais foram algumas das operações de ressemiotização empregadas nas desreestabilizações sucessivas dessas diferentes versões de Brasil e realidade brasileira” foi extremamente significativo, já que os diferentes enunciados em que a figura circulou a colocaram sob disputa, e não apenas endossaram suas utilizações anteriores. Assim, tornou-se possível observar, a partir do mesmo participante representado, as diferentes expressões semióticas da controvérsia que definiu as Jornadas de Junho: o gigante, sintetizando movimentos contraditórios, foi desmontado e remontado de vários modos, prestando-se à produção de enunciados questionadores, críticos e desertores de uma proposta inicialmente unificadora e otimista quanto às manifestações em todo o país.

Com efeito, ao associar o gigante a outros fragmentos de textos visuais, ao rotulá-lo com diferentes enunciados verbais, ao apresentá-lo de outros ângulos, com outros enfoques, e ao ressemiotizá-lo, produzindo novos questionamentos, os montadores dos textos analisados neste trabalho tornaram explícito o caráter processual da linguagem na cultura digital, tal qual perscrutado na teoria, e confirmaram o paralelo, pressuposto teoricamente, entre os processos semióticos de desreestabilização e a disputa pelo significado político das Jornadas de Junho (apontada na problematização). Assim, as análises confirmaram a caracterização, proposta por Buzato e colegas (2013) de que o *mashup* regressivo de conteúdos (bem como os *mashups* de dados) é um texto vivo: a cada vez que utilizada, a imagem do gigante de pedra regenerava e revivia seus outros usos, as outras vozes que também a enunciaram, atualizando significados propostos desde o Hino Nacional, passando pela propaganda da *Johnnie Walker* e atravessando, com o mote “o gigante acordou”, a força e a controvérsia dos levantes populares de junho.

É justamente isso que explica por que era tão significativo reproduzir e remontar a figura do gigante em diferentes textos, de modo a abrir diferentes discussões acerca das Jornadas: tratava-se, pois, de um conjunto de imagens cuja força expressiva foi intensificada exponencialmente pelo número de associações e vínculos semióticos que

passou a carregar. Na montagem da *Johnnie Walker*, esse impacto discursivo já se fez presente, uma vez que apenas descrever o Brasil como gigante (como faz o Hino Nacional) não é o mesmo que efetivamente mostrá-lo na representação de um gigante — e mais, um gigante já sugerido em lendas populares no Rio de Janeiro, escondido no Pão de Açúcar e na baía de Guanabara, e, portanto no maior cartão postal do país. Para além da propaganda porém, foram muitos os textos (escritos, visuais, multimodais) que associaram a eclosão dos protestos ao despertar do gigante, promovendo novos vínculos para a imagem produzida pela empresa de uísque. Ao final do percurso representado, por exemplo, o gigante já não era apenas referência ao Hino, à *Johnnie Walker* e ao Rio de Janeiro, mas também uma remissão às próprias Jornadas de Junho e, a depender da interpretação, dos próprios enunciados nacionalistas que muitos reproduziram em sua eclosão, e que outros tantos apontaram como acrílicos e politicamente esvaziados.

Mais do que meramente constatar a expressividade da figura do gigante, essa percepção sugere uma explicação para a recorrência de práticas de montagem e colagem na contemporaneidade: reproduzir fragmentos de outros textos, concatená-los, cooptar suas *affordances* para que produzam significados de interesse individual é um processo extremamente expressivo, cuja força vai muito além do mero efeito metasemiótico típico de todo *mashup*. Por meio das diferentes associações que o texto reproduzido atualiza, envolvê-lo em novas translações torna-se muito mais significativo do que meramente recriá-lo (redesenhá-lo, mencioná-lo) em um novo enunciado. O que se sugere, assim, é que a produção de diferentes tipos de montagens, sejam remixes e *mashups*, sejam republicações e reblogagens, não é necessariamente um processo aleatório e desprovido de significados, mas pode constituir, em muitos casos, uma operação discursiva, que torna possível reconhecer cada texto (ou mesmo fragmentos de um texto) como um conjunto de associações semióticas, constantemente atualizadas a cada nova ocorrência, a depender da possibilidade, apresentada por cada leitor, de recuperar as referências e interconexões que nele subjazem.

Com isso, evidenciam-se também as limitações desta pesquisa: se mais dados fossem coletados, se houvesse mais tempo, e se fossem factíveis as possibilidades de uma pesquisa etnográfica, mais vínculos e associações entre os textos e as ruas se fariam notar.

Faltaram, por exemplo, outros textos que empregassem a figura do gigante em outras propostas de discussão acerca das Jornadas, outras propostas que questionassem, por exemplo, de maneira mais clara o próprio uso do ator em questão para descrever movimentos tão múltiplos, e a articulação de forças tão contraditórias. Faltaram também dados que permitissem perceber outras figurativizações empregadas com igual recorrência nos *sites* de redes sociais, e não houve instrumentos que permitissem verificar a real recorrência da própria figura do gigante Pão de Açúcar, em meio ao imenso volume de conteúdos publicados entre junho e julho de 2013. E faltaram, sobretudo, dados etnográficos que permitissem verificar, de dentro dos eventos em questão, outras possibilidades de associações e vínculos entre as figurativizações observadas e os acontecimentos das ruas, bem como a real natureza dessa relação, uma vez que não se sabe se os textos analisados foram efetivamente produzidos por manifestantes das ruas, por exemplo, nem foi possível esmiuçar o modo como esses textos foram recebidos no *Facebook* (nos comentários e republicações outras, por exemplo).

Todas essas limitações têm relação, primeiramente, com a natureza da pesquisa: no tempo de um mestrado, não seria possível coletar e analisar minuciosamente tamanha quantidade de dados, donde resulta que o *corpus* aqui levantado é pequeno, e restringe-se a alguns aspectos dos eventos e das práticas observadas, de modo ainda muito preso a algumas visões específicas a seu respeito. Mais que o tempo, porém, a compreensão dessas limitações exige que se admita o caráter processual do próprio percurso metodológico aqui empreendido, não só pela dificuldade de se encontrarem referências (e contexto) para o estudo do contemporâneo que aparece nas Jornadas, mas pela própria natureza processual da linguagem e da atividade de pesquisa em si, característica intensificada pela própria complexidade do objeto aqui focalizado.

Se tudo isso impede, por exemplo, que as constatações aqui produzidas sejam extrapoladas para a compreensão de remixes e *mashups* em geral, em todo tipo de situação de produção, também é verdade, por outro lado, que as Jornadas de Junho constituem um caso especial, cuja análise é bastante significativa, uma vez que ainda não se produziram ainda muitos estudos e formas de compreensão acerca desses acontecimentos nem entre os cientistas políticos e sociais, nem entre os agentes de mídia e estudiosos das comunicações,

por exemplo. Assim, ainda que restrito, este trabalho apresenta novas possibilidades de inteligibilidade sobre um fenômeno que ainda carece de outros estudos, que discutam mais profundamente seu significado social, político e discursivo, para os quais os resultados aqui compilados poderão servir, de algum modo, como subsídio.

Além disso, este estudo oferece à LA reflexões que contemplam, ao menos parcialmente, a proposta da disciplina de produzir inteligibilidades sobre diferentes aspectos da vida contemporânea, em diferentes contextos, que sustentam múltiplas relações com a linguagem (MOITA LOPES, 2006). Ainda que de maneira limitada, as discussões aqui levantadas quanto à convergência de mídias e as novas possibilidades políticas habilitadas pelas tecnologias digitais podem dar origem, por exemplo, a reflexões mais profundas acerca de novas possibilidades de participação e engajamento cidadão na cultura digital. À luz dos dados levantados, podem-se levantar, por exemplo, questionamentos acerca do real significado da militância e dos movimentos sociais hoje, acerca das relações entre o ativismo das ruas e o compartilhamento de informações na internet, e acerca do quanto o engajamento em atividades que demandam maior esforço e implicam maiores riscos (como ir fisicamente às ruas) efetivamente prescinde da circulação de enunciados políticos como os aqui analisados, e vice-e-versa.

Mais que isso, as análises semióticas aqui apresentadas sinalizam os ganhos de se empregar, no estudo de textos como o remix e o *mashup*, teorias que tratem a linguagem como processo, e não como produto. Sem recuperar as referências que uma montagem multimodal carrega consigo, sem analisar o percurso através do qual diferentes fragmentos de diferentes textos são associados para produzir novos enunciados, formas textuais como essas podem ter seu significado e sua força expressiva subestimados. Assim, mesmo que extremamente específicas, as análises aqui propostas sugerem a necessidade de desenvolver mais detalhadamente métodos de estudo que contemplem o componente processual da textualidade, e o relacionem aos diferentes modos de enunciação em que cada texto circula e é produzido. Se estendida à educação linguística, por exemplo, essa reflexão reforçará a necessidade de que o ensino de língua materna trabalhe com a formação crítica dos alunos, de modo a estimulá-los e auxiliá-los não só na consolidação de um repertório de referências culturais e sociais que permitam a percepção da transtextualidade em suas diversas

manifestações canônicas, como também no reconhecimento de que essas relações se dão cotidianamente, em textos comuns, e, mais marcadamente, em montagens produzidas e publicadas na internet.

Finalmente, este trabalho oferece contribuições, ainda que modestas, à compreensão do regime de enunciação da política, e de suas manifestações na contemporaneidade. Evidenciaram-se, neste estudo, alguns elementos da disputa acerca do significado das Jornadas de Junho, e do modo como esta se concretizou, textualmente, nos percursos de ressemiotização envolvendo a figura do gigante de pedra; estudos do mesmo tipo poderiam apontar e descrever, por exemplo, o modo como o mesmo tipo de associação parece ser traçável em outras questões políticas em disputa na realidade brasileira hoje, como a discussão acerca dos direitos LGBT, o debate acerca da descriminalização de certas substâncias psicotrópicas, e de procedimentos como o aborto, as reflexões acerca das crises ambientais e sociais vividas pelo país hoje, no tocante ao abastecimento hídrico e energético da população, e a própria crise de representação política que caracterizou, por exemplo, as eleições de 2014.

Nesse sentido, finalizar este trabalho ao mesmo tempo em que acompanhava, na televisão e na internet, um período de campanha presidencial possibilitou-me refletir, por exemplo, sobre o modo como alguns dos procedimentos de montagem observados no *corpus* desta pesquisa coincidem com certas produções textuais *top-down* publicadas oficialmente nas páginas *on-line* de cada um dos candidatos à presidência da República em 2014. A personalização dos candidatos, construída sobretudo no segundo turno das eleições, também é um traço que aproxima a disputa política de fenômenos da convergência e da economia afetiva que já grassa no mundo do entretenimento, por exemplo. Identificar acontecimentos como esses, mapear suas expressões semióticas, e analisá-las (ou ao menos percebê-las) segundo uma lógica de processo parecem ser caminhos produtivos a se adotar, por exemplo, em atividades educacionais voltadas à constituição de reflexão e consciência política entre alunos de diversas faixas etárias — para o que, nesse sentido, espera-se que esta dissertação possa oferecer *insights* e, minimamente, possibilidades de discussão e reflexão.

Todos os elementos levantados nesta seção sugerem, ainda possibilidades de continuar o trabalho aqui iniciado. As contribuições aqui ensaiadas poderiam ser expandidas, por exemplo, por pesquisas que ampliassem a reflexão sobre as Jornadas de Junho com base em *corpora* maiores, contando com uma amostra mais rica e diversificada de textos, bem como com dados etnográficos que permitissem traçar com maior clareza a relação entre o manifestante das redes e o manifestante das ruas. Um mapeamento mais completo das formas textuais publicadas no período das Jornadas e o estudo de suas particularidades nos três tipos de significados contemplados pela Semiótica Social também poderiam oferecer descrições mais precisas dos textos aqui focalizados. Para além disso, os procedimentos analíticos aqui desenvolvidos podem, futuramente, ser aplicados a outros contextos e outras práticas em que remix e *mashup* estão inseridos, de modo a verificar com maior detalhamento os ganhos e as perdas da manobra teórica aqui proposta. Finalmente, pode-se pensar em pesquisas que abordem outros acontecimentos e práticas políticas a partir da compreensão política de Latour (2003), de maneira a levantar mais elementos à caracterização do modo político de enunciação, e de suas diferentes formas de expressão na contemporaneidade e na cultura digital.

Ademais, este trabalho se conclui como um grande enriquecimento à minha própria compreensão, como pesquisador e professor de língua materna, das diferentes formas de articulação entre política, a linguagem e as tecnologias digitais na contemporaneidade. Enfrentar o percurso de pesquisa paralelamente ao ensino de língua portuguesa possibilitou-me reavaliar continuamente a prática educacional, e a necessidade de que esta faça chegar aos alunos as percepções que os estudos contemporâneos têm sinalizado acerca das tecnologias digitais, e da maneira como estão imbricadas não apenas no modo como enxergamos a política, mas também em nossa relação com a linguagem, com a sociedade e com a cultura como um todo.

É crucial, pois, que a escola se reinvente, não no sentido de incorporar tecnologias digitais a práticas já consolidadas (e talvez retrógradas) do ambiente escolar, mas no sentido de reconhecer a presença marcante dessas tecnologias nas vidas de professores e alunos, e considerá-las ao trabalhar a formação crítica dos alunos como cidadãos, de modo que possam efetivamente se engajar na política, hoje, conscientes da

rede de relações semióticas, sociais e materiais que a constituem. Suscitar essa percepção era também um dos grandes objetivos pessoais deste trabalho, que, espero, possa ajudar a promover cada vez mais análises e perspectivas que revelem as intrincadas teias de associações e interesses ocultos nos acontecimentos políticos, ou, como propõe Dagnino (2013), que explicitem e retracem as cadeias de causas mascaradas em decisões e posturas políticas que se apresentam como inevitáveis, mas que, no fundo, resultam de profundos conflitos de interesses, em que a maior parte da população, às vezes sonâmbula, acaba sufocada por outros gigantes — que, embora se pretendam neutros e idôneos, já estão há muito acordados e vigiam, incessantemente, por oportunidades de manutenção de seus privilégios.

REFERÊNCIAS

Livros e Artigos em Periódicos

AHEARN, L. M. Language and Agency. **Annual Review of Anthropology**, v. 30, n. 1, p. 109-137, out. 2001.

ALMEIDA, T. D. R. Manifestações no Brasil: uma referência de ação política integrada às novas tecnologias da informação. In: SOUSA, C. M.; SOUZA, A. A. (Orgs.). **Jornadas de Junho: repercussões e leituras**. Campina Grande: EDUEPB, 2013, p. 84-91.

ASSIS, É. G. de. **Táticas lúdico-midiáticas no ativismo político contemporâneo**. 2006. 274f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Centro de Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo. 2006.

BENDLE, M. F. Teleportation, Cyborgs and the Posthuman Ideology. **Social Semiotics**, v. 12, n. 1, p. 45-62, abr.2002. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10350330220130368>>. Acesso em: 16 fev.2015.

BENJAMIN, W. A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica. In: ADORNO et al. (1955). **Teoria da Cultura de massa**. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 221-254.

BRUNS, A. Prodisage, Generation C, and Their Effects on the Democratic Process. In: MEDIA IN TRANSITION, 5., Abr. 2007, Boston. **Proceedings...** Boston: MIT, 2007, p. 27-29. Disponível em: <<http://eprints.qut.edu.au/7521/>>. Acesso em: 16 fev.2015.

BRUNS, A. **Blogs, Wikipedia, Second Life, and Beyond: From Production to Prodisage**. Nova York: Peter Lang, 2008.

BRUNS, A. Towards distributed citizen participation: lessons from WikiLeaks and the Queensland floods. **Journal of e-Democracy and Open Government**, v.4, n.2, 2012, p.142-159. Disponível em: <<http://www.jedem.org/article/view/135>>. Acesso em 16 fev.2015.

BUTLER, M. **Clicktivism, Slacktivism, or 'Real' Activism: Cultural Codes of American Activism in the Internet Era**. 2011. 95f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Department of Communication, University of Colorado. 2011.

BUZATO, M. E. K. Cultura digital, Educação e Letramento: conflitos, desafios, perspectivas. In: HÖFLING, Camila (Org.). **Jornada de Letras**. São Carlos: Editora da UFSCar, 2010a, p.69-88. Disponível em: <http://www.academia.edu/1431378/Cultura_digital_Educacao_e_Letramento_conflitos_d_esafios_perspectivas>. Acesso em: 16 fev.2015.

BUZATO, M. E. K. Práticas de letramento na ótica da Teoria Ator-Rede: casos comparados. **Calidoscópico**, v. 10, n. 1, p. 65-82, abr. 2012.

BUZATO, M. E. K. Três concepções teóricas de rede e suas implicações particulares para o estudo de redes sociais *on-line*. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL, 29., 2014. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

BUZATO, M. E. K. ; SILVA, D. P ; COSER, D .S. C; BARROS, N. N.; SACHS, R. S. Remix, Mashup, Paródia e companhia: por uma taxonomia multidimensional da transtextualidade na cultura digital. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, Belo Horizonte, v.13, n.4, p. 1191-1221, 2013.

CASTAÑEDA, M. Protests in Rio de Janeiro: Socio-Technical Overlap between “Networks” and the Streets. **Cultural Anthropology Online**, Fieldsights - Hot Spots, dez. 2013, s/p. Disponível em: <<http://www.culanth.org/fieldsights/441-protests-in-rio-de-janeiro-socio-technical-overlap-between-networks-and-the-streets>>. Acesso em: 16 fev.2015.

CASTELLS, M. **Networks of Outrage and Hope**: Social Movements in the Internet age. Cambridge: Polity Press, 2012.

COELHO, M. Manifestações de junho: um breve balance. **Jornal de Psicanálise**, v.46, n.84, 2013, p.133-139.

DAGNINO, R. As manifestações e as políticas públicas. In: SOUSA, C. M.; SOUZA, A. A. (Orgs.). **Jornadas de Junho: repercussões e leituras**. Campina Grande: EDUEPB, 2013, p. 62-67.

DAWKINS, R. **The selfish gene**. Nova York: Oxford University Press, 1989.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **A Thousand Plateaus**: Capitalism and Schizophrenia. Londres: Athlone, 1988.

DEUZE, M. Participation, Remediation, Bricolage: Considering Principal Components of a Digital Culture. **The Information Society**, v.22, n.2, 2006, p.63-75.

EISENSTEIN, E. L. **The printing revolution in early modern Europe**. 2 ed. Nova York: Cambridge University Press, 2005.

FLUSTY, S. Building Paranoia. In: ELLIN, N. (Ed.). **Architecture of Fear**. Nova York: Princeton Arch. Press, 1997, p.47-59.

FUCHS, C. Some Reflections on Manuel Castells’ Book “Networks of Outrage and Hope. Social Movements in the Internet Age”. **tripleC: Communication, Capitalism and Critique**, v.10, n.2, 2012, p.775-797. Disponível em: <<http://www.triple-c.at/index.php/tripleC/article/view/459>>. Acesso em 16 fev. 2015.

GEE, J.P. Semiotic social spaces and affinity spaces: From the Age of Mythology to today's schools. In: BARTON, D.; TUSTING, K. (Eds.). **Beyond communities of practice**: Language power and social context. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 214-232.

GLADWELL, M. Small Change: Why the Revolution Will Not Be Tweeted. **The New**

- Yorker**, out.2010, p. 42-49. Disponível em:
<<http://www.newyorker.com/magazine/2010/10/04/small-change-3>>. Acesso em 16 fev. 2015.
- GOSS, K. P.; PRUDÊNCIO, K. O conceito de movimentos sociais revisitado. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v.2, n.1, jan-jul. 2004, p. 75-91.
- GREIMAS, A. J. **Structural Semantics: An Attempt at a Method**. Lincoln & London: University of Nebraska Press, 1983.
- GRÉSILLON, A.; MAINGUENEAU, D. Polyphonie, proverbe et détournement, ou un proverbe peut en cacher un autre. **Langages**, v. 19, n. 73, p. 112-125, 1984.
- GUTERRES, A. S. An Intimate Account of the Political Protests in Rio de Janeiro. **Cultural Anthropology Online**, Fieldsights - Hot Spots, dez. 2013, s/p. Disponível em:
<<http://www.culanth.org/fieldsights/442-an-intimate-account-of-the-political-protests-in-rio-de-janeiro>>. Acesso em: 16 fev.2015.
- HABERMAS, J. **Mudança Estrutural na Esfera Pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2009.
- HALLIDAY, M.A.K. **Language as social semiotic: The social interpretation of language and meaning**. Londres: Edward Arnold, 1978.
- HAYTHORNTHWAITE, C. Democratic Process in Online Crowds and Communities. **Journal of e-Democracy and Open Government**, v.4, n.2, 2012, p.160-170. Disponível em:
<<http://www.jedem.org/article/view/137>>. Acesso em 16 fev.2015.
- HOLSTON, J. “Come to the street”: Urban Protest, Brazil 2013. **Cultural Anthropology Online**, Fieldsights - Hot Spots, dez. 2013, s/p. Disponível em:
<<http://www.culanth.org/fieldsights/458-come-to-the-street-urban-protest-brazil-2013>>. Acesso em: 16 fev.2015.
- HØSTAKER, R. Latour: Semiotics and Science Studies. **Science Studies**, v.18, n.2, 2005, p. 5-25.
- IEDEMA, R. Resemiotization. **Semiotica**, v.137, n.1/4; p. 23-39, 2001.
- IEDEMA, R. Multimodality, resemiotization: Extending the analysis of discourse as a multi-semiotic practice. **Visual Communication**, v.2, n.1; p. 29-57, 2003.
- JENKINS, H. (2006) **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2009.
- JENKINS, H. DIY Video 2010: Political Remix (Part One). **Confessions of an Aca-Fan: The Official Weblog of Henry Jenkins**, 2010. Disponível em:
<http://henryjenkins.org/2010/11/political_remix_video_can_empo.html>. Acesso em: 16 fev.2015.

JENKINS, H. Seven myths about transmedia storytelling debunked. **Fast Company**, 2011. Disponível em: <<http://www.fastcompany.com/1745746/seven-myths-about-transmedia-storytelling-debunked>>. Acesso em: 16 fev.2015.

JORDAN, T. **Activism!:** direct action, hactivism and the future of society. Londres: Reaktion Books, 2002.

KRESS, G. Gains and losses: New forms of texts, knowledge, and learning. **Computers and Composition**, v.22, n.1, p. 5-22, 2005.

KRESS, G. & VAN LEEUWEN, T. **Reading images:** grammar of the visual design. Londres e Nova York: Routledge, 1996.

LANKSHEAR, C; KNOBEL, M. **A New Literacies Sampler**. Nova York: Peter Lang, 2007.

LANKSHEAR, C.; KNOBEL, M. Remix: The Art and Craft of Endless Hybridization. **Journal of Adolescent & Adult Literacy**, v. 54, n. 1, p. 22-33, 2008.

LATOUR, B. On technical mediation: Philosophy, Sociology, Genealogy. **Common Knowledge**, v. 3, n. 2, p. 29-64, 1994.

LATOUR, B. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

LATOUR, Bruno. What if we Talked Politics a Little? **Cont Pol Theory**, v.2, n.2, p. 143-164, 2003. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1057/palgrave.cpt.9300092>>. Acesso em 16 fev.2015.

LATOUR, B., JENSEN, P., VENTURINI, T.; GRAUWIN, S.; BOULLIER, D. The Whole is Always Smaller Than Its Parts: A Digital Test of Gabriel Tarde's Monads. **British Journal of Sociology**. 2012. Disponível em < <http://www.medialab.sciences-po.fr/publications/the-whole-is-always-smaller-than-its-parts-how-digital-navigation-may-modify-social-theory/>>. Acesso em: 16 fev.2015.

LAW, J. Actor Network Theory and Material Semiotics. In: TURNER, B. S. (Ed.). **The new Blackwell companion to social theory**. Malden: Wiley-Blackwell, 2009.

LEITÃO, R. O gigante quis apenas dar um susto? In: SOUSA, C. M.; SOUZA, A. A. (Orgs.). **Jornadas de Junho: repercussões e leituras**. Campina Grande: EDUEPB, 2013, p. 50-52.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LEMKE, J.L. Travels in hipermodality. **SAGE Publications**. London, Thousand Oaks, CA and New Delhi, v. 1, n.3; p. 299-325, 2002.

LEMKE, J. Critical Analysis across Media: Games, Franchises, and the New Cultural Order. In: LABARTA POSTIGO, M. (Ed.) **Approaches to Critical Discourse Analysis**, s/p, Valença, Universidade de Valença, 2005 (edição em CD).

LEMKE, J. Multimodal genres and transmedia traversals: Social semiotics and the political economy of the sign. **Semiotica**, v.173, p. 283-297, 2009.

- MACHADO, J. A. S. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. **Sociologias**, n. 18, jul./dez. 2007, p. 248-285.
- MALINI, F. A opinião pública distribuída: blogs e jornalismo nas Eleições Brasileiras de 2006. **E-Compós**, v. 9, 2007.
- MALINI, F.; ANTOUN, H. **A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais**. Porto Alegre: Sulina, 2013.
- MANOVICH, L. **The language of new media**. Cambridge, Mass: MIT Press, 2002.
- MCINTOSH, J. A history of subversive remix video before YouTube: Thirty political video mashups made between world war II and 2005. In: COPPA, F.; RUSSO, J. L. (Eds.). **Fan/Remix video: Transformative works and cultures**, n. 9: s/p, 2012. Disponível em <<http://journal.transformativeworks.org/index.php/twc/article/view/371/299>>. Acesso: 16 set. 2014.
- MELUCCI, A. **Acción colectiva, vida cotidiana y democracia**. México: El Colégio de México, 1999.
- MILLER, V. **Understanding digital culture**. Los Angeles: SAGE, 2011.
- MOITA LOPES, L. P. A transdisciplinaridade é possível em Linguística Aplicada? In: SIGNORINI, I.; CAVALCANTI, M. do C. (Eds.). **Linguística aplicada e transdisciplinaridade: questões e perspectivas**. Campinas: Mercado de Letras, 1998, p. 113-128.
- MOITA LOPES, L. P. Linguística aplicada e vida contemporânea. In: MOITA LOPES, L. P.; FABRÍCIO, B. F. (Orgs.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006, p. 85-107.
- MOREIRA, O. L.; SANTIAGO, I. M. F. L. Vem prá rua: os protestos de junho. In: SOUSA, C. M.; SOUZA, A. A. (Orgs.). **Jornadas de Junho: repercussões e leituras**. Campina Grande: EDUEPB, 2013, p. 13-21.
- NAVAS, E. (2009). Regressive and reflexive mashups in sampling culture. In: SONVILLA-WEISS, Stefan (Ed.) **Mashup Cultures**. Nova York: SpringerWien, 2010, p.157-177.
- OLIVEN, R. G. Taking to the Streets of Brazil. **Cultural Anthropology Online**, Fieldsights - Hot Spots, dez. 2013, s/p. Disponível em: <<http://www.culanth.org/fieldsights/427-taking-to-the-streets-of-brazil>>. Acesso em 16 fev.2015.
- PARRA, H. Z. M. Jornadas de Junho: uma sociologia dos rastros para multiplicar a resistência. **Revista Pensatta**, v.3, n.1, p. 141-150, nov. 2013.
- PEREIRA, W. Max Weber e as manifestações-de-rua na Paraíba. In: SOUSA, C. M.; SOUZA, A. A. (Orgs.). **Jornadas de Junho: repercussões e leituras**. Campina Grande: EDUEPB, 2013, p. 40-45.

PETERMANN, J. Textos Publicitários Multimodais: revisando a gramática do design visual. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28., 2005, Rio de Janeiro.

Anais... Rio de Janeiro, 2005. Disponível em <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R0413-1.pdf>>. Acesso em: 16 fev.2015.

PRUDÊNCIO, K. C. S. **Mídia ativista**: a comunicação dos movimentos por justiça global na internet. 2006. 193f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2006.

PINHEIRO-MACHADO, R.; DENT, A. S. Paradoxes of Development: Why Now? **Cultural Anthropology Online**, Fieldsights - Hot Spots, dez. 2013, s/p. Disponível em: <<http://www.culanth.org/fieldsights/444-paradoxes-of-development-why-now>>. Acesso em: 16 fev.2015.

RICHARDS, G. The Scope and Significance of Cultural Tourism. In: RICHARDS, G. (Ed.). **Cultural Tourism in Europe**. Wallinford: CABI, 1996, p. 21-38.

RECUERO, R. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

RODRIGUES, A. A. Redes sociais e manifestações: mediação e reconfiguração na esfera pública. In: SOUSA, C. M.; SOUZA, A. A. (Orgs.). **Jornadas de Junho: repercussões e leituras**. Campina Grande: EDUEPB, 2013, p. 32-39.

ROTMAN, D.; VIEWEG, S.; CHI, E.H.; PREECE, J.; SHNEIDERMAN, B.; PIROLI, P.; GLAISYER, T. From Slacktivism to Activism: Participatory Culture in The Age of Social Media. In: CONFERENCE ON HUMAN FACTORS IN COMPUTING SYSTEMS, 2011, Nova York. **Proceedings...** Nova York: ACM Press, 2011.

SACHS, R. S. **Travessias hipermodais em letramentos dos fãs de Glee**: da produsagem à reflexão metadiscursiva. 2012. 112f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Letras) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=54570&opt=1>>. Acesso em 16 fev.2015.

SACHS, R. S. A ressemiotização em plataformas hipermodais: a rediscussão de binarismos a partir dos transletramentos de fãs. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE LINGÜÍSTICA APLICADA, 10., 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

SCHEIFER, C. L. Transdisciplinaridade na linguística aplicada: um processo de desreterritorialização - um movimento do terceiro espaço. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 13, n. 3, p. 919-939, set. 2013.

SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, v. 21, n. 1, abr. 2006, p. 109-130. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922006000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 16 fev. 2015.

- SIGNORINI, I.; CAVALCANTI, M. do C. (Orgs.). **Linguística aplicada e transdisciplinaridade: questões e perspectivas**. Campinas: Mercado de Letras, 1998.
- SILVA JÚNIOR, N. A. Junho 2013: a juventude nas ruas pra balançar as estruturas. In: SOUSA, C. M.; SOUZA, A. A. (Orgs.). **Jornadas de Junho: repercussões e leituras**. Campina Grande: EDUEPB, 2013, p. 98-106.
- SOARES, L. E. Zero Hour on the Popular Clock. **Cultural Anthropology Online**, Fieldsights - Hot Spots, dez. 2013, s/p. Disponível em: <<http://www.culanth.org/fieldsights/436-zero-hour-on-the-popular-clock>>. Acesso em: 16 fev.2015.
- SONVILLA-WEISS, S. Communication Techniques, Practices and Strategies of Generation “Web n+1”. In: SONVILLA-WEISS, S. (Org.). **Mashup cultures**. Nova York: SpringerWien, 2010, p. 204-222. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1007/978-3-7091-0096-7>>. Acesso em: 16 fev.2015.
- TELES, E. A distância entre a política tradicional e as práticas de liberdade nas manifestações de junho. **Revista Pensatta**, v.3, n.1, p. 164-170, nov. 2013.
- THEIS, I. M. A primavera brasileira: em pleno outono? In: SOUSA, C. M.; SOUZA, A. A. (Orgs.). **Jornadas de Junho: repercussões e leituras**. Campina Grande: EDUEPB, 2013, p. 55-61.
- TOURAINÉ, A. **Crítica da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- TOURAINÉ, A. **Poderemos viver juntos?** Iguais e diferentes. Petrópolis: Vozes, 2003.

Textos Não Acadêmicos em Formato Eletrônico

- CARVALHO, G. O gigante acordou ou levantou para fazer xixi? **Blog do Guilherme de Carvalho**: ensaios, crônicas, artigos e embromações, 2013. Disponível em: <<https://blogdoguilhermedecarvalho.wordpress.com/2013/06/19/o-gigante-acordou-ou-levantou-para-fazer-xixi/>>. Acesso em 16 fev.2015. [texto de *blog*].
- DURANTE, D. Exemplos de *détournement* na publicidade. **Linguagem, argumentação e discurso**, 2013. Disponível em: <<http://denisedurante.blogspot.com.br/2011/09/exemplos-de-detournement-na-publicidade.html>>. Acesso em: 16 fev.2015. [texto de *blog*]
- LENDAS. Bondinho. s/d. Disponível em: <<http://www.bondinho.com.br/lendas/>>. Acesso em: 16 fev.2015. [texto de *blog*]
- LORENTE, B. A. Johnnie Walker envia mensagem para o Brasil. **Meio&Mensagem**. 7 out. 2011. Disponível em: <<http://www.meioemensagem.com.br/home/comunicacao/noticias/2011/10/07/Johnnie-Walker-envia-mensagem-para-o-Brasil.html>>. Acesso em: 16 fev.2015. [notícia de jornal]

PROPAGANDA da Johnnie Walker com Pão de Açúcar que vira gigante faz sucesso. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 8 out.2011. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/economia/noticias/2011/10/08/propaganda-da-johnnie-walker-com-pao-de-acucar-que-vira-gigante-faz-sucesso/>>. Acesso em: 16 fev.2015. [notícia de jornal]

ROUSSEAU, M. Indignação e espaço público: depoimento. [18 de outubro de 2011]. Jerusalém: **Carta Capital**. Entrevista concedida a Viviane Vaz. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/indignacao-e-espaco-publico>>. Acesso em: 16 fev.2015.

Vídeos e Imagens

AMAIORARQUIBANCADADOBRASIL (página da *web*). **Imagem sem título**. 2013. 1 arquivo de imagem digital, color, dimensões não acessíveis. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=154861574700369&set=a.154217591431434.1073741828.154216741431519&type=1&stream_ref=10>. Acesso em: 16 fev.2015.

APÓCRIFODAESBÓRNIA (*blog*). **O gigante acordou?** 2013. 1 arquivo de imagem digital, color, dimensões não acessíveis. Disponível em: <<http://apocrifodaesbornia.blogspot.com.br/2013/06/o-gigante-acordou.html>>. Acesso em: 16 fev.2015.

BRASILJUSTO (página da *web*). **Imagem sem título**. 2013. 1 arquivo de imagem digital, color, dimensões não acessíveis. Disponível em: <<https://www.facebook.com/BRJusto/photos/a.434295080003044.1073741824.434283700004182/437046083061277/?type=1&theater>>. Acesso em: 16 fev.2015.

FIMDAREDEGLOBO (página da *web*). **Imagem sem título**. 2013. 1 arquivo de imagem digital, color, dimensões não acessíveis. Disponível em: <<https://www.facebook.com/FimDaRedeGlobo>>. Acesso em: 16 fev.2015.

FRASESNOFACEBOOK (página da *web*). **Imagem sem título**. 2013. 1 arquivo de imagem digital, color, dimensões não acessíveis. Disponível em: <<http://www.frasesnofacebook.com.br/frases-de-protesto/o-gigante-acordou-2-12621/#frase>>. Acesso em: 16 fev.2015.

GAZETAONLINE (portal da *web*). **Imagem sem título**. 2013. 1 fotografia, color, dimensões não acessíveis. Disponível em: <http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2013/06/noticias/cidades/1449582-internautas-brincam-com-imagem-de-policial-jogando-spray-de-pimenta-na-manifestacao-de-sao-paulo.html>. Acesso em: 16 fev.2015.

GERADORDEMEMES (portal da *web*). **Imagem sem título**. 2013. 1 arquivo de imagem digital, color, dimensões não acessíveis. Disponível em: <<http://geradormemes.com/meme/o7xcnw>>. Acesso em: 16 fev.2015.

ILLIC, D (fotógrafo); DOBSON, H. (conceito); SEEVER, N. (modelo). **Grease**. 1993. 1 fotografia, color, dimensões não acessíveis. Disponível em:

<<https://www.adbusters.org/content/mcgrease>>. Acesso em: 16 fev.2015. [fotografia]

KEEP WALKING, BRAZIL. Produção da Johnnie Walker Brasil. 2011. 1min00.

Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=RTtcNP7lmUo&list=PL8CB36DD54800E8B5>>.

Acesso em: 16 fev.2015. [vídeo e texto que o acompanha]

MANIFESTANTES fazem protesto pacífico gritando: “Sem violência” e polícia parte para a agressão. Vídeo independente de Júnior Facundo, 2013. 2min42. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=E13BKzwXCho>>. Acesso em: 16 fev.2015. [vídeo]

MATOS, C. **Imagem sem título**. 2013. 1 arquivo de imagem digital, color, dimensões não acessíveis. Disponível em:

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=10200943754292582&set=a.4420814514987.2182863.1127658642&type=1&relevant_count=1&ref=pf>. Acesso em: 16 fev.2015.

OCUPAAREDEGLOBO (página da *web*). **Imagem sem título**. 2013. 1 arquivo de imagem digital, color, dimensões não acessíveis. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/ocupa.a.rede.globo/photos/a.274604465939144.62949.272904466109144/508419752557613/?type=1&permPage=1>>. Acesso em: 16 fev.2015.

PEIXOTO, V. (página da *web*). **Imagem sem título**. 2013. 1 arquivo de imagem digital, color, dimensões não acessíveis. Disponível em:

<<http://viniciuspeixotoblog.blogspot.com.br/2013/07/sera.html>>. Acesso em: 16 fev.2015.

POLICIAIS infiltrados em manifestação do Passe Livre. Vídeo independente de Carlos Soares, 2013. 3min06. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=9HNxpvYpyB0>>. Acesso em: 16 fev.2015. [vídeo]

SYSTEM of a Dilla. Vídeo independente de Dj Faroff e Xandelai, 2011. 1min38.

Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=OS3Lh6vc1ts>>. Acesso em: 16 fev.2015. [vídeo]

VEMPRARUABR (página da *web*). **Imagem sem título**. 2013. 1 arquivo de imagem digital, color, dimensões não acessíveis. Disponível em:

<https://www.facebook.com/VemPraRuaBR/photos/a.164914530347293.1073741828.164909270347819/164915117013901/?type=1&stream_ref=10>. Acesso em: 16 fev.2015.

VEMPRARUABRASIL (página da *web*). **Imagem sem título**. 2013. 1 arquivo de imagem digital, color, dimensões não acessíveis. Disponível em:

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=384251435007858&set=a.382299151869753.1073741826.382246511875017&type=1&stream_ref=10>. Acesso em: 16 fev.2015.